

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
ELETROBRAS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A

RELATÓRIO DE GESTÃO

2010

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL.....	08
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	08
1.1 Relatório de Gestão Individual	08
2. PARTE A, ITEM 2, ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	09
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	09
2.2 Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais	10
2.3 Programas de Governo e Ações sob a Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear.....	16
2.3.1 Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.....	16
2.3.1.1 Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).....	17
2.3.1.2 Ação 1853 – Substituição do Grupo de Geradores de Vapor a Usina de Angra 1 (RJ)	33
2.3.1.3 Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).....	34
2.3.1.4 Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).....	35
2.3.2 Programa 0276 – Gestão da Política de Energia Elétrica	42
2.3.2.1 Ação 6508 – Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica....	43
2.3.3 Programa 0807 – Investimento das Empresa Estatais em infra-estrutura de Apoio.....	44
2.3.3.1 Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.....	44
2.3.3.2 Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.....	45
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	46
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	46
2.4.2 Execução Orçamentária	46
2.4.3 Outros Indicadores Institucionais	47
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	48
3.1 Reconhecimento de Passíveis por Insuficiência de Créditos ou Recursos	48
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	48
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	48
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	48
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	48
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	50
5.3 Composição do Quadro de Servidores de Estagiários	50
5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos	50
5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	52
5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	53
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	54
6.1 Transferências Efetuadas no Exercício.....	54
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2010.....	54
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três exercícios	56
6.1.3 Informações obre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício 2011 e seguintes	57
6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse....	58
6.1.5 Informações sobre análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse59	59
6.2 Análise Crítica	60

7. Declaração da área responsável atestando que as informações ref. a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizados.....	60
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Li nº 8.730/93.....	61
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	63
9.1 Estrutura de Controles Internos da Eletronuclear	63
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	65
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	65
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	66
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	66
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	67
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	67
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal	68
14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	68
14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletronuclear	68
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	69
15.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	69
15.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	80
15.3 Recomendações do Órgão de Controle Interno, Atendidas e Pendentes no Exercício.....	80
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno	97
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	97
B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	97
18. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	97
18.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa	97
18.2 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64	97
18.3 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76	97
19. PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	97
19.1 Composição Acionária do Capital Social	98
19.2 Composição Acionária da UJ como Investidora.....	99
C. PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO	99
20. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	100
20.1 Remuneração paga aos Administradores da UJ.....	100
21. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	103
21.1 Contratação de Consultores na Modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de Cooperação Técnica com organismos internacionais	103
22. PARTE C, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU nº 107/2010	103
22.1 Informações sobre entidades fechadas de previdência complementar	103
22.2 Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício	105
Encerramento.....	111

LISTA DE QUADROS

- Quadro A.1.1 – Identificação da Eletrobras Eletronuclear – Relatório Individual.
- Quadro A.2.3.1 – Dados Gerais do Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.
- Quadro A.2.3.2 – Dados Gerais da Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).
- Quadro A.2.3.3 – Metas e Resultados da Ação 4477 no Exercício.
- Quadro A.2.3.4 – Dados Gerais da Ação 1853 – Substituição de Geradores de Vapor da Usina de Angra 1 (RJ).
- Quadro A.2.3.5 – Metas e Resultados da Ação 1853 no Exercício.
- Quadro A.2.3.6 – Dados Gerais da Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).
- Quadro A.2.3.7 – Metas e Resultados da Ação 6486 no Exercício.
- Quadro A.2.3.8 – Dados Gerais da Ação 5E88.
- Quadro A.2.3.9 – Metas e Resultados da Ação 5E88 no Exercício.
- Quadro A.2.3.10 – Licenças Expedidas para Angra 3 (RJ).
- Quadro A.2.3.11 – Evolução das Obras da Usina de Angra 3 (RJ).
- Quadro A.2.3.12 – Dados Gerais do Programa 0276 – Gestão da Política de energia elétrica.
- Quadro A.2.3.13 – Dados Gerais da Ação 6508 – Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de energia Elétrica.
- Quadro A.2.3.14 – Metas e Resultados da Ação 6508 no Exercício.
- Quadro A.2.3.15 – Dados Gerais do Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em infra-estrutura.
- Quadro A.2.3.16 – Dados Gerais da Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.
- Quadro A.2.3.17 – Metas e Resultados da Ação 4102 no Exercício.
- Quadro A.2.3.18 – Dados Gerais da Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.
- Quadro A.2.3.19 – Metas e Resultados da Ação 4103 no Exercício.
- Quadro A.2.3.20 – Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ.
- Quadro A.2.4.1 – Por Assuntos Abordados nas manifestações recebidas.
- Quadro A.5.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – situação apurada em 31/12/2010.
- Quadro A.5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – situação apurada em 31/12/2010.
- Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – situação apurada em 31/12/2010.
- Quadro A.5.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.
- Quadro A.5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – situação apurada em 31/12/2010.
- Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários.
- Quadro A.5.7 – Composição de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.
- Quadro A.5.8 – Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.
- Quadro A.5.9 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.
- Quadro A.5.10 – Distribuição de Pessoal Mediante Contrato de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.
- Quadro A.5.11 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.
- Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício 2010.

Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos Exercícios.

Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferências que Vigerão em 2011.

Quadro A.6.4 – Resumo das Prestações de Contas sobre Transferências Concedidas pela Eletrobras Eletronuclear na Modalidade de convênios e de Contratos de Repasses.

Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de convênios e Contratos de Repasse.

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da Eletrobras Eletronuclear.

Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Quadro A.12.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (T I) da UJ.

Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.

Quadro A.15.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.

Quadro A.16.1 – Recomendações da Unidade de Controle Interno.

Quadro B.4.1 – Composição Acionária do Capital Social.

Quadro C.12.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Quadro C.12.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores.

Quadro C.12.3 – Detalhamento dos Itens da Remuneração Variável dos Administradores.

NOTA SOBRE OS INDICADORES DE DESEMPENHO DA OPERAÇÃO:

Para os indicadores de desempenho de operação, a premissa básica é que as metas estabelecidas para os diversos indicadores de desempenho das usinas sejam atingidas no final de cada exercício, em dezembro do ano.

Ao estabelecer cada meta, são levados em consideração diversos fatores tais como, entre outros:

- O planejamento da operação, conforme a programação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)

- A(s) parada(s) programada(s) das usinas;

- Os resultados de usinas similares em outros países (benchmarking WANO);

- Os desafios propostos para nossa melhoria contínua;

- A disponibilidade de recursos prevista para o exercício;

- Os programas de investimentos;

Na Eletrobras Eletronuclear, com a finalidade de melhor expressar a tendência de cada parâmetro monitorado, os índices são apurados mensalmente e reportam sempre os últimos doze meses de cada indicador (por exemplo, o relatório de abril reporta o período compreendido entre maio do exercício anterior e abril daquele ano).

Desta forma, para cada indicador de desempenho de operação da seção 2.3.1, as tabelas trazem o valor apurado no mês e o valor **acumulado** que refletirá o período de 12 meses imediatamente anteriores.

Essa prática faz com que durante o ano, com exceção do mês de dezembro, o valor reflita disfunções ocorridas ainda no exercício anterior. Somente o indicador acumulado de dezembro reflete o resultado dos 12 meses do exercício em tela, sendo este o valor a ser confrontado com a meta.

ANEXOS:

1. Demonstrações Contábeis da Eletrobras Eletronuclear, incluindo Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.
2. Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza.
3. Demonstrações Contábeis do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social.
4. Item 4 da Parte C do Anexo II da DN TCU No 107 – Despesas com Publicidade e Propaganda

Lista de Abreviaturas e Siglas:

AAA – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação Auxiliar
ADR – American Depositary Receipt
AGE – Assembléia Geral Extraordinária
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA – Conselho de Administração
CAEFE – Caixa de Assistência aos Empregados de Furnas
CGE – Circular Geral
CLO – Condições Limite de Operação
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
COFIEX – Comissão de Financiamentos Externos
DA – Diretoria de Administração e Finanças
GG – Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente
DGD – Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DO – Diretoria de Operações
DT – Diretoria Técnica
EBG – Energia Bruta Gerada
EC – Elementos Combustíveis
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONUCLEAR – Eletrobras Termonuclear S.A
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
ERP – Sistema de Gestão Empresarial
ETG – Edifício do Turbo Gerador
ETN – Eletrobras Eletronuclear
FD – Fundação
FRG – Fundação Real Grandeza
FSAR – Relatório Final de Segurança da Usina
GAC.G – Gerência de Acompanhamento. Diretoria de Gestão
GDU.O – Gerência de Desempenho de Sistemas e de Reator de Angra 1. Diretoria de Operações
GOM.G – Gerência de Organização e Métodos. Diretoria de Gestão
GTD & C – Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização
GV's – Geradores de Vapor
HHT – Homem Hora Trabalhado
HSv – Homem Sieverts (unidade de dose radiológica)
JNA – Sistema de Remoção de Calor Residual do Reator
JND – Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão
LAR – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência
LO – Licença de Operação

LOA – Lei Orçamentária Anual
MME – Ministério de Minas e Energia
MRE – Ministério de Relações Exteriores
MWh – Megawatt hora
NA – Não Aplicável
NUCLEN – Nuclebrás Engenharia S.A
ND – Não Disponível
NÚCLEOS – Instituto de Seguridade
NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A
ONU – Organização das Nações Unidas
P & D + I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PMA – Plano de Meta e Ações
PMP – Pedido de Modificação de Projeto
PPA – Programa Plurianual do Governo Federal
PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
RDE – Resolução da Diretoria Executiva
RH – Recursos Humanos
RJ – Rio de Janeiro
SAP – Sistemas, Aplicações e Produtos no processamento de dados
SEE – Secretaria de Energia Elétrica
SG.T – Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos. Diretoria Técnica
SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério do Planejamento
SIN – Sistema Interligado Nacional
SIS – Sistemas de Injeção de Segurança de Alta Pressão
SOX – Lei Sarbanes – Oxley
SP.G – Superintendência de Planejamento. Diretoria de Gestão
SRH.A – Superintendência de Recursos Humanos. Diretoria Administração
TI – Tecnologia da Informação
UO – Unidade Organizacional
Wano – World Association of Nuclear Operators

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão de 2010 da Eletrobras Eletronuclear foi elaborado de forma a atender ao Art. 70 da Constituição Federal, as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010, bem como da Portaria CGU nº 2.546/2010.

A. PARTE A DO ANEXO II DA DEN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DEN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia - MME		Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Eletrobras Termonuclear S.A		
Denominação Abreviada: Eletronuclear		
Código SIORG: 60609	Código LOA: 0033	Código SIAFI: Não se Aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		
Principal Atividade: Geração de Energia Elétrica		Código CNAE: 3511-5
Telefones de Contato:	(021) 2588 7000	(021) 2588 7200
Endereço eletrônico: mgomes@eletronuclear		
Página Internet: http://www.eletronuclear.gov.br		
Endereço Postal: Rua da Candelária, nº 65, Centro, 2º ao 10º andar e 12º andar – CEP: 20291-020 – Rio de Janeiro		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997 e das Portarias nºs 315, de 31 de julho de 1997, e 184, 185 e 186, de 31 de julho de 1997, respectivamente, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.		
Outras Normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<p>A atual estrutura organizacional da Empresa foi aprovada pelo Conselho de Administração em sua 166ª Reunião, de 08/04/2003, e implementada a partir de 01/06/2003. Posteriormente, na 170ª reunião, de 07 de agosto de 2003, o Conselho aprovou a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG, que foi implementada após a publicação do Estatuto Social (alterado para contemplar cinco diretorias), em 27 de novembro de 2003.</p> <p>O Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004 modificou a empresa transformando-a em concessionária e comercializadora de energia e a portaria da ANEEL nº 320, de 03 de dezembro de 2004 definiu a tarifa a ser praticada pelo Decreto nº 4.899, de 26 de novembro de 2003, publicado no DOU de 27 de novembro de 2003, foi aprovado o Estatuto Social nos termos das deliberações da 61ª e 62ª Assembleias Gerais Extraordinárias da Eletronuclear, realizadas em 16 de janeiro de 2003 e 28 de outubro de 2003, respectivamente.</p> <p>A empresa, enquanto S.A é regida pelas leis 6.404/76 e 11.638/07, e pelo manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.</p>		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, subsidiária da ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. criada em maio de 1997 a partir da fusão entre a antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A e a NUCLEN - Nuclebrás Engenharia S.A. Em 16 de dezembro do mesmo ano o decreto presidencial nº. 76803 aprovou o novo estatuto social da empresa, que recebeu a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

Como tal, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR opera as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto no município de Angra dos Reis, com capacidade instalada total de 2007 MW, e conta com um efetivo de 2.532 empregados, engajados nos processos de operação e apoio das usinas de Angra 1 e 2, e no projeto e preparação da construção da usina de Angra 3.

Em 2010 a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR alcançou o montante de 14.543.807 MWh de energia bruta gerada, o que representa uma parcela expressiva do total da energia térmica gerada no país.

A matriz de geração de energia elétrica brasileira é um caso único no mundo, por ser eminentemente de fonte hidráulica (cerca de 92%), requerendo outras fontes para atender, com confiabilidade, às demandas da sua população. Neste contexto a geração da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR se evidencia como relevante fonte térmica dentro desta matriz, proporcionando parte da complementação necessária.

A tarifa de venda de energia elétrica da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, aplicável em 2010, foi de 135,63 R\$/MWh, de 05/12/09 a 04/12/10 (Resolução da ANEEL nº 916, de 08 de dezembro de 2009), e reajustada, como provisória, para o mesmo período, no valor de 137,66 R\$/MWh (Resolução da ANEEL nº 1.091, de 30 de novembro de 2010). Esta mesma Resolução nº 1.091 estabeleceu a tarifa de R\$ 145,48 R\$/MWh para o período de 05/12/10 a 04/12/11.

No contexto mundial, continua a perspectiva de retomada da opção nuclear como fonte adequada para atender à crescente demanda por energia elétrica por sua característica de não emissora de gases causadores de efeito estufa.

Os empreendimentos da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, integrantes do seu orçamento de investimento, estão incluídos no Programa Plurianual do Governo Federal – PPA 2008-2011, subordinados ao Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, ao Programa 076 – Gestão da Política de Energia Elétrica, e ao Programa 0807– Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio e têm como objetivos atender as necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional – SIN e dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional, respectivamente.

2.2 Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

Em março de 2010 o Sistema Eletrobras divulgou o seu Plano Estratégico Corporativo, fruto de um trabalho integrado das equipes de planejamento de todas as suas empresas.

Este plano foi referendado pela Eletrobras Eletronuclear, que adotou como sua a arquitetura estratégica do mesmo, na forma que se segue:

Missão – Atuar nos mercados de energia de forma integrada rentável e sustentável.

Visão – Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Valores

- Foco em resultados;
- Empreendedorismo e inovação;
- Valorização e comprometimento das pessoas;
- Ética e transparência.

Objetivos Finalísticos e principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Ampliar e aprimorar os negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização (GTD&C) de energia elétrica de forma competitiva e rentável:

1. Participar ativamente das melhores oportunidades previstas no planejamento governamental para expansão de geração de energia elétrica;
2. Aprimorar o negócio de distribuição, obtendo rentabilidade compatível com as demais empresas do mercado;
3. Atuar seletivamente na comercialização de energia Investir em eficiência energética na oferta de energia: repotencialização de usinas e redução de perdas técnicas na geração e transmissão
4. Investir na redução das perdas não técnicas na distribuição

Objetivo 2 – Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes alternativas, na matriz energética do Sistema Eletrobras

5. Desenvolver capacitação tecnológica e multidisciplinar para geração de energia limpa
6. Investir em novos experimentos de geração com novas fontes renováveis
7. Participar agressivamente dos leilões de geração com fontes renováveis, com garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos empreendimentos
8. Investir na redução das emissões das fontes térmicas, assegurando o retorno dos investimentos

Objetivo 3 – Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas

9. Promover a aquisição de ativos e formar parcerias para a implantação de projetos hidrelétricos e de transmissão, com foco nas Américas
10. Intensificar a captação de recursos e a busca de incentivos fiscais para acelerar o processo de internacionalização do Sistema Eletrobras
11. Fortalecer institucionalmente a área internacional do Sistema, inclusive com a constituição de subsidiária
12. Atuar pró-ativamente junto ao MME e MRE para viabilização e proteção dos investimentos no exterior
13. Acelerar a seleção e a capacitação de pessoal para atuação específica na área internacional

Objetivo 4 – Apoiar programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e de equilíbrio econômico-financeiro

14. Negociar diretrizes, critérios e condições para participação do Sistema Eletrobras em programas governamentais associados à energia elétrica
15. Pactuar com o MME contrato de gestão para cada programa governamental, explicitando metas, recursos, remuneração, cronograma e responsabilidades
16. Aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e apropriação de custos dos programas de governo nos quais o Sistema Eletrobras tenha participação relevante

Objetivo 5 – Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno

17. Promover programas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de todos os empreendimentos nos quais o Sistema Eletrobras esteja envolvido
18. Negociar e pactuar previamente com as comunidades os benefícios e as medidas propostos nos programas de inserção regional e desenvolvimento sustentável

Objetivos de Gestão e Competências e principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva

1. Implementar a reestruturação societária do Sistema Eletrobras
2. Desenvolver e implantar modelo de gestão consistente com as especificidades do Sistema Eletrobras e com as novas demandas e desafios
3. Adequar a estrutura do Sistema, os processos organizacionais e os projetos a um novo paradigma de custos e eficiência

4. Formular e implementar modelo e processo de gestão de mudança do Sistema Eletrobras

Objetivo 2 – Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado

5. Formular, desenvolver e implementar o modelo de governança corporativa, segundo as melhores práticas
6. Adequar os estatutos e regimentos internos, exigindo um perfil adequado dos representantes dos acionistas nas empresas do Sistema Eletrobras
7. Implementar suportes e mecanismos para o exercício das funções de administração superior e representação externa do Sistema Eletrobras

Objetivo 3 – Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras

8. Estabelecer políticas e aprimorar processos de gestão de pessoal, especialmente no domínio da seleção e do desligamento, remuneração, carreira e sucessão, avaliação de desempenho, compatíveis com o novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras
9. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras
10. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultados e competências
11. Criar e manter ambiente de trabalho e métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas.

Objetivo 4 – Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias

12. Aprimorar, implantar e integrar as práticas de gestão técnica e econômico-financeira de empreendimentos
13. Criar e aprimorar instrumentos e condições para a negociação, estruturação, gestão e acompanhamento das participações e parcerias do Sistema Eletrobras
14. Promover os investimentos e desinvestimentos necessários, buscando maximizar a rentabilidade da carteira

Objetivo 5 – Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.

15. Associar a marca e a imagem do Sistema Eletrobras a um sistema empresarial de energia limpa, eficiente, rentável e indutor do desenvolvimento
16. Consolidar a comunicação institucional e mercadológica do Sistema Eletrobras

Objetivo 6 – Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas

17. Identificar as amarras institucionais que dificultam a atuação do Sistema Eletrobras em condições competitivas e atuar junto às instâncias decisórias, visando à supressão das restrições
18. Revisar e aprimorar os normativos internos (Suprimento, RH, Jurídico), visando à supressão de restrições endógenas
19. Implantar uma gestão voltada para eliminação de redundâncias, ganhos de escala e busca de eficiência operacional
20. Negociar e implantar contratos de medição de desempenho das empresas do Sistema Eletrobras com o acionista majoritário

Objetivo 7 – Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras

21. Consolidar e aprimorar os mecanismos de integração e de identificação, análise, proposição e execução de projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras
22. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os mecanismos de mensuração de resultados
23. Estabelecer mecanismos para assegurar fluxos contínuos de recursos para P&D+I

Adicionalmente e em perfeito alinhamento com essas premissas comuns a todas as empresas do sistema, a Eletrobras Eletronuclear adotou o seguinte posicionamento, que a destaca inequivocamente e passa a orientar seus negócios e ações:

Declaração de Posicionamento – A Eletrobras Eletronuclear será o protagonista na expansão da geração nucleoeétrica no Brasil, atuando de forma independente ou em parceria com outras empresas, contribuindo para a conquista da liderança global em energia limpa e segura pelo Sistema Eletrobras,

Atributos do posicionamento:

Protagonista

Pela sua trajetória no setor, a Eletrobras Eletronuclear concentra um inestimável capital de conhecimento em todas as fases de um empreendimento de geração nucleoeétrica, da análise de viabilidade inicial até a excelência em operação, passando por todas as fases de escolha de sítios, de tecnologia, projeto, construção, comissionamento, operação e comercialização, colocando-a numa posição única de liderança na expansão dessa fonte de energia.

Expansão da Geração Nucleoeétrica

A orientação estratégica no sentido de ampliação da base de geração do Sistema Eletrobras contempla uma forte expansão da geração nucleoeletrica, reforçando o papel fundamental que a Eletrobras Eletronuclear deverá desempenhar para a realização da Visão do Sistema Eletrobras.

Investindo de forma independente ou em parceria

A realização dos investimentos previstos no Plano Nacional de Energia demandará um volume de recursos bastante expressivo. A Eletrobras Eletronuclear estará aberta a alternativas de viabilização dessa expansão.

Energia limpa

Energia elétrica gerada com baixa emissão de carbono e outros gases causadores de efeito estufa. As usinas nucleares, ao longo de seu ciclo de vida útil, têm uma emissão insignificante, o que as coloca no centro das soluções ambientalmente adequadas para geração de grandes blocos de energia no século 21.

Segurança

A Eletrobras Eletronuclear pautará suas ações de forma consistente com sua Política de Gestão Integrada de Segurança.

No contexto da gestão empresarial, destacaram-se as seguintes ações:

- **Sustentabilidade Sócio-Ambiental** – O ano de 2010 marcou a permanência da ELETROBRAS no rol de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade da BOVESPA. A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, na qualidade de empresa controlada, teve importante destaque nesse processo em vista de suas ações de inserção social. A Eletrobras Eletronuclear emite o seu Relatório de Sustentabilidade no padrão GRI desde 2008 (ano base 2007) e em 2010 este relatório recebeu o prêmio de Sustentabilidade da Associação Comercial do Rio de Janeiro.
- **Programa de Equidade** – No contexto das atividades do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, criado em 2005 em conformidade com as diretrizes do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, a empresa assinou em novembro com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o novo Termo de Compromisso de Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero 2ª Edição, comprometendo-se em continuar a execução do plano de ação para implementar políticas de equidade.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é detentora do Selo Pró-Equidade de Gênero concedido pela referida Secretaria Especial de Política para as Mulheres, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho na 1ª edição do programa.

Revisões Internacionais e Auto-avaliações

O ano de 2010 foi mais um no qual o programa de revisões internas e externas, inclusive as internacionais, teve grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional de Angra 1 e Angra 2. Foram conduzidas as seguintes revisões e treinamentos internacionais:

De 12 a 15 de abril foi realizada uma Missão Técnica que consistiu em um treinamento dirigido em Avaliação de Causa Raiz de Eventos (“Root Cause Analysis”) pela WANO (World Association of Nuclear Operators). Participaram desta missão dois especialistas, sendo um da WANO - Atlanta e outro da WANO de Paris. Por parte da Eletrobras Eletronuclear houve participação de profissionais das usinas, da proteção radiológica, da manutenção e da engenharia de apoio à operação;

De 14 a 18 de junho foi realizado o segundo “follow-up” pela WANO na usina de Angra 2 relativo ao Peer Review conduzido em 2006;

De 25 a 29 de outubro foi realizado o “follow-up” pela WANO na usina de Angra 1 relativo ao Peer Review conduzido em 2007;

De 13 a 17 de dezembro foi realizada uma Visita de Assistência Técnica, com palestras, da WANO sobre Confiabilidade de Equipamentos, Programa de Ações Corretivas e Priorização de Modificações de Projeto. Participaram desta visita dois especialistas americanos, sendo um da própria WANO e outro da usina nuclear de Catawba (Duke Energy). Por parte da Eletronuclear houve participação de profissionais das usinas, da manutenção e da engenharia de apoio à operação.

Houve a participação de três técnicos da Eletrobras Eletronuclear em revisões internacionais de usinas, lideradas pela WANO PC em duas usinas na Espanha.

Projeto SOX – A adequação a Lei Sarbanes-Oxley é uma condição essencial para que a ELETROBRAS permaneça no patamar ADR 2 - American Depositary Receipt Nível 2, da Bolsa de Valores de Nova York, alcançado em 2008. Na qualidade de empresa controlada, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR está também sujeita a essas normas. Em 2009 a PWC foi contratada para realizar os testes dos controles internos para a Certificação SOX das Empresas do sistema Eletrobras. Os testes relativos a 2010 deverão estar concluídos em abril de 2011. Em junho de 2010 a Eletrobras Eletronuclear criou a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles que, dentre outras, tem como atribuição efetuar o aprimoramento do ambiente de controles sobre as demonstrações financeiras.

O pacto global e os valores da empresa

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR integra o Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU (UN Global Compact), expressando o suporte da Empresa aos seus preceitos com relação a direitos humanos, trabalho, ambiental e combate à corrupção. A formalização da adesão deu-se em 6 de dezembro de 2006, através de carta recebida pela ELETROBRAS ELETRONUCLEAR do Diretor Executivo da United Nations Global Compact, Sr. Georg Kell.

A preocupação da Empresa com a consecução do desenvolvimento sustentável do País traduz-se, também, por sua participação em atividades que contribuam para atingir as denominadas Metas do Milênio da ONU.

2.3 Programas de Governo e Ações sob a Responsabilidade da Eletrobras Termonuclear

2.3.1 Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Os empreendimentos da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, integrantes de seu orçamento de investimento, estão incluídos no Programa Plurianual do Governo Federal – PPA 2008-2011, subordinados ao Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste e ao Programa 0807– Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio e têm como objetivos atender às necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional – SIN e dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional, respectivamente.

Quadro A.2.3.1 – Dados Gerais do Programa

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0296	Denominação: Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Atender às necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional – SIN.	
Objetivos Específicos: Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.	
Gerente: Secretaria de Energia Elétrica/MME	Responsável: Josias Matos de Araujo
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.	

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.3.1.1 Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).

Quadro A.2.3.2 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 4477	Denominação: Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).
<p>Finalidade da Ação: Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes.</p> <p>Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infra-estrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de carácter sócio-ambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.</p>	
<p>Objetivo Geral: As atividades requeridas para o cumprimento desta ação são de natureza contínua, ao longo de toda a vida útil das usinas, e incluem: análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; disponibilização de instalações adequadas para a deposição de rejeitos radioativos; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infra-estrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento. O sucesso dessa atividade é mensurado pela produção das usinas.</p>	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Marcelo Gomes da Silva
Unidades Executoras:	Diretoria de Operação - DO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria de Operação - DO
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria de Operação - DO

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.2.3.3 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	195.310.366	172.810.999	88,48
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

No exercício de 2010 foram realizadas as seguintes atividades:

- 1) A CNEN concedeu a autorização para a operação dos Depósitos 2B e 3;
- 2) Conclusão da primeira fase do Plano de Remanejamento dos Embalados armazenados no Depósito 2A para o Depósito 2B e 3;
- 3) Credenciamento para a calibração de instrumentos com radiação gama junto ao CAASE/IRD/CNEN;
- 4) Contratação para modernização do Simulador de Angra 2.

A realização do orçamento ficou aquém do montante previsto para 2010 devido aos seguintes fatores:

- 1) Atrasos no recebimento de faturas referentes a serviços realizados;
- 2) Atrasos em processos licitatórios, face à necessidade de um maior detalhamento dos projetos, maior tempo no processo de adjudicação dos fornecimentos, morosidade na apresentação de propostas por parte dos fornecedores;
- 3) Atrasos na entrega de materiais, equipamentos e componentes.

Adicionalmente, no exercício de 2010, ocorreu o cancelamento e/ou interrupções em algumas implementações por inadimplência das empresas contratadas.

Resultados:

A produção das Usinas de Angra 1 e 2 foi de 14.543.807 MWh de energia bruta, produção esta que representou um acréscimo de 12,09% em relação ao exercício de 2009.

Principais manutenções realizadas:**Angra 1**

Conforme esperado, houve uma significativa melhoria nos Indicadores de Desempenho da Unidade após a troca dos Geradores de Vapor realizada em 2009. A Disponibilidade da planta aumentou consideravelmente em função da possibilidade de voltar a operar a 100% de sua capacidade nominal e também da diminuição do escopo, e conseqüentemente do prazo, das inspeções que vinham sendo realizadas nos citados componentes por ocasião das Paradas Programadas. A unidade estabeleceu seu novo recorde de produção anual, com a geração de 4.263.040,8 MWh de Energia Bruta. A já citada redução de escopo permitiu a realização da Parada 1P17 em 36 dias caracterizando-se também um novo recorde de prazo para Paradas com Recarregamento de Combustível na Unidade.

Além dos bons resultados de produção, associados à redução dos custos de Paradas, Angra 1 vem realizando um trabalho que tem permitido uma redução significativa de doses de radiação coletiva recebida pelos trabalhadores em operação normal, com especial destaque para a redução do número de contaminações pessoais. O resultado obtido para a dose coletiva da parada, apesar de ter ultrapassado a meta inicialmente estimada devido à inclusão de tarefas não programadas à época da definição da meta, foi o melhor resultado obtido no histórico operacional da Usina.

Cabe esclarecer que, após a Parada Programada para Reabastecimento, foi necessário fazer alguns desligamentos não programados para retrabalho em algumas atividades de manutenção. Por essa razão, os Indicadores de Desempenho da Usina relacionados à produção não atingiram as metas propostas e as indisponibilidades da planta, decorrentes desses desligamentos, impediram o atingimento da meta de Geração de 5.076,5 GWh de Energia Bruta estabelecida para o ano.

Em Angra 1, entre 17 de julho e 22 de agosto de 2010 foi realizada a parada 1P17 para Reabastecimento. O programa original da Parada planejou a execução de 3.686 tarefas sendo que, ao seu término, foram executadas 3.989 tarefas.

Além dos itens relacionados ao reabastecimento de combustível, destacamos a realização de outras atividades relevantes:

- Substituição do Regulador de Tensão do Gerador Elétrico Principal da Usina;
- Aplicação de sobrecamada de solda (Weld-Overlay) nos bocais do Pressurizador;
- Inspeção do Gerador Elétrico Principal;
- Inspeção da Excitatriz e substituição do rotor da mesma;
- Revisão preventiva do Transformador Auxiliar da Usina T1A2;
- Instalação do sistema de enchimento a vácuo do Sistema de Refrigeração do Reator;
- Substituição do Transformador Auxiliar T1A1;
- Instalação de TC's no "Bus Duct" na saída do Gerador Elétrico Principal da Usina para a complementação do novo Sistema de Medição para Faturamento;
- Teste de correntes parasitas dos tubos dos Geradores de Vapor.

Em relação a essa parada, destacamos dois fatos importantes: O primeiro deles foi a geração pequena de rejeitos sólidos durante a parada totalizando 37,86 m³ contra os 88,7 m³ previstos. O segundo foram as práticas de Segurança Industrial adotadas, que levaram a uma proteção efetiva dos trabalhadores, tanto para os 477 da Eletronuclear quanto para os 1.330 contratados das diversas empresas envolvidas proporcionando a execução das tarefas sem nenhum registro de acidente.

Após o reabastecimento foi necessário fazer outras duas Paradas Programadas em Angra 1:

- No dia 12/10 às 02h30min, a Usina foi desconectada do Sistema Elétrico, para correção de vazamento de hidrogênio no Gerador Elétrico Principal. O Reator foi criticalizado às 11h30min de 24/10/2010 e em 28/10/2010 às 18h56min, a Unidade foi sincronizada ao SIN.
- No dia 18/12, às 22h00min, a Usina foi desconectada do Sistema Elétrico para a realização de balanceamento de um dos mancais do Gerador Elétrico Principal, que vinha apresentando vibração atípica. Em 19/12/2010 às 13h09min, a Unidade foi sincronizada ao SIN.

Em **Angra 1** ocorreram 06 desligamentos não programados como a seguir:

- No dia 30/05 à 01h53min – Ocorreu um desarme automático em consequência de alto nível de água no Gerador de Vapor 1;
- No dia 22/08 às 11h22min; a Unidade foi desligada manualmente para ajustes no Regulador de Tensão do Gerador Elétrico Principal. (Regulador de Tensão.). Às 11h45min, sincronizada a Unidade ao SIN.
- No dia 28/08 à 00h01min, a Unidade foi desligada manualmente para reparo de pontos quentes no duto de ventilação do barramento do Gerador Elétrico Principal. (Bus Duct + Excitatriz Vibração). Em 29/08/2010 à 01h01min, sincronizada a Unidade ao SIN.
- No dia 01/09 às 02h44min a Unidade foi desligada manualmente, devido ao vazamento excessivo de hidrogênio no Gerador Elétrico Principal. Sincronizada a Unidade em 04/09/2010 às 10h54min.
- No dia 12/09 a Usina foi desligada manualmente devido a um princípio de incêndio no prédio da Turbina;

- Em 28/09/10 às 16h23min – Ocorreu um desarme automático devido a “sinal espúrio” ocorrido durante a execução do teste PI-I 01.01 - Canal N-41.

Angra 2

Angra 2 produziu 10.280.766,5 MWh em 2010, sendo que o Indicador de Disponibilidade atingiu 88,09%. Embora seja um resultado expressivo, as metas de 5 dentre os 13 Indicadores de Desempenho da Usina, propostos pela WANO não foram alcançadas. Tal fato deveu-se à necessidade de desligar a Usina, em atendimento às Especificações Técnicas, durante 9 dias, para manutenção, de um dos oito Geradores Diesel de Emergência. Após esta manutenção foi realizada a revisão decenal dos quatro geradores diesel de emergência de 480V, aumentando a confiabilidade dos mesmos e atendendo a requisitos técnicos.

Por outro lado, as metas propostas para os demais 8 Indicadores, relacionados à “segurança”, não só foram atingidas como alcançaram valores iguais ou melhores que o “Best Quartile” das usinas reportadas à WANO.

É importante destacar que Angra 2 obteve um “PI INDEX”, utilizado pela WANO em uma base de 100 pontos como medida de desempenho global das usinas nucleares, de 90,5 pontos o que a coloca entre as melhores da Indústria (média das Usinas Alemãs = 90,9 e média das usinas americanas = 90,6). A parada para reabastecimento 2P8 foi realizada em 33,9 dias, contra um prazo programado de 33 dias.

Entre 01 de novembro e 05 de dezembro a unidade foi desligada para a realização da Parada 2P8, programada para reabastecimento e manutenções. O tempo de parada (33,9 dias) poderia ter sido reduzido em 50 horas caso não tivesse ocorrido, já na sua etapa de conclusão, um atraso devido à necessidade de correção de um dano em uma das lanças de instrumentação do Reator ocorrido na montagem da tampa do Vaso do Reator.

Além das atividades diretamente relacionadas ao reabastecimento de combustível, destacamos as seguintes:

- Troca do Banco de Baterias - redundância 20;
- Revisão geral da Bomba de Refrigeração do Reator JEB30AP001;
- Troca de selos das Bombas de Refrigeração do Reator;
- Substituição do transformador principal BAT1 (fase C);
- Revisão da estação de válvulas do Pressurizador;
- Revisão geral da Bomba de Água de Refrigeração Principal (PAC50AP001);
- Teste de pressão do Sistema Primário;
- Testes de ultra-som no Vaso do Reator;
- Teste de correntes parasitas dos tubos dos Geradores de Vapor e das Barras de Controle.

Angra 2 teve 1 desligamento não programado, automático, decorrente do aumento instantâneo de pressão no lado secundário do Gerador de Vapor 30, devido a permanência de válvula de vapor principal correspondente na posição fechada, durante a subida inicial de potência do reator após a parada 2P8.

Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho no Exercício de 2010

INDICADOR DE DESEMPENHO												
1) Fator de Disponibilidade												
A) Utilidade:				Indicar a disponibilidade de suprimento de energia das usinas da Eletrobras Eletronuclear, ou seja, sua capacidade de atender o sistema elétrico.								
B) Tipo:				Eficiência								
C) Meta ETN:				≥ 90,43 %								
D) Fórmula de Cálculo:				Indicador: $\frac{\text{Energia de Referência} - \text{Perdas} \times 100}{\text{Energia de Referência}}$								
E) Método de Aferição:				Apuração mensal através de medições								
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:				Diretoria de Operação – DO								
G) Resultado no Exercício: 2010												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	99,993	99,948	99,581	79,349	87,133	99,689	82,304	71,785	92,833	81,885	31,260	89,075
Acu.	81,557	84,127	86,946	88,010	89,778	90,842	89,510	92,238	91,649	90,997	85,471	84,544
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Janeiro de 2010:												
Angra 1												
No dia 08/01 às 20h47min foi realizada uma redução de carga da Unidade para 628 MWh, devido a válvula de alívio do Aquecedor 1B-VD-115, ter aberto sem causa aparente, causando um transiente de perda de eficiência na Usina e demandando uma redução de carga na turbina para limitar a potência do Reator a 100%. Às 02h43min a carga da Unidade foi restabelecida em 630 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês.												
Abril de 2010:												
Angra 2												
No dia 26/04 às 21h09min a Usina foi retirada do Sistema Elétrico Nacional (TUSA) em atendimento à CLO 072/2010 devido a inoperabilidade por 14 dias do Gerador Diesel 7XJXX. Às 21h35min o reator foi desligado (RESA).												
Maio de 2010:												
Angra 1												
Em 30/05 à 01h53min, ocorreu o desarme automático da turbina e do reator, em consequência de alto nível de água no Gerador de Vapor 1. À 01h55min foi declarado Evento Não Usual – ENU. Às 03h50min o ENU foi encerrado. Às 19h15min, foi fechada a Chave de Manobra em Carga sincronizando a Unidade ao Sistema Interligado Nacional (SIN).												
Julho de 2010:												
Angra 1												
Em 01/07 à 01h35min, foi iniciada uma redução de carga para atender ao programa da Parada 1P17, conforme Nota Técnica GDU.O 011/10. Em 17/07 à 00h01min, foi aberta a Chave de Manobra em Carga, dando início à Parada 1P17. À 00h25min foi desligado o Reator.												
Agosto de 2010:												

Angra 1

Declarado oficialmente o término da Parada dia 22/08/2010 às 08h33min com sincronismo da Unidade ao SIN. Às 11h28min, aberta a Chave de Manobra em carga para ajustes no Regulador de Tensão no Gerador Elétrico Principal. Às 11h45min, sincronizada a Unidade ao SIN. Em 28/08/2010 às 00h01min, aberta a Chave de Manobra em Carga para reparo de pontos quentes no duto de ventilação do barramento do Gerador Elétrico Principal. Em 29/08/2010 às 11h10min, sincronizada a Unidade ao SIN. Em 31/08/2010 às 11h10min, a carga foi estabilizada em 637 MWe, 100% no Reator, mantendo nesta carga conforme programação com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

Setembro de 2010:

Angra 1

Em 01/09 à 00h41min, iniciada redução de carga para reparo no circuito de Hidrogênio do Sistema de Resfriamento do Gerador Elétrico Principal. Às 02h44min aberta Chave de Manobra em Carga, desconectando do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Iniciada a Operação de Alongamento do Ciclo de Combustível Nuclear, pela redução gradual de temperatura média em 27/09/2010 às 07h00min.

Outubro de 2010:

Angra 1

Em 11/10/2010 às 23h00min, foi iniciada uma redução de carga para reparo no Circuito de Hidrogênio do Sistema do Gerador Elétrico Principal.

Novembro de 2010:

Angra 1

No dia 23/11/2010 às 20h14min, foi realizada uma redução de carga devido ao aumento de concentração de sódio na caixa 4 do Condensador Principal.

No dia 27/11/2010 às 17h48min, após a correção do aumento de sódio acima mencionado, foi realizada a elevação de carga sendo atingido 100% no Reator, 634 MWe, no dia 28/11/2010 às 04h30min. Angra 2 No mês de novembro a usina foi mantida desligada para a realização da Parada 2P8.

Dezembro de 2010:

Angra 1

Em 01/12 à 01h00min, iniciada redução de carga para 612 MWe para a realização de transferência de Barras 1A/1A 2 via transformador T1A2 para o transformador T1A1. Às 03h30min, estabilizada a carga em 100% no Reator, 630MWe. Às 20h48min, realizada redução manual rápida de carga, conforme PO-A17 (Perda de Vácuo no Condensador) e do PO-A37 (Redução Rápida de Potência), devido ao desarme da bomba de Água de Circulação (CW-1B) pela atuação da proteção de baixo fluxo de selagem. Em 17/12 às 22h50min, iniciada redução de carga para zero para a realização de manutenção preventiva no Gerador Elétrico Principal para balanceamento de um dos mancais que vem apresentando vibração atípica.

Angra 2

A Usina retornou a operação em 05/12/2010 após a Parada 2P8.

INDICADOR DE DESEMPENHO

2) Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada

A) Utilidade:	Contabiliza perdas forçadas (não planejadas) na geração de energia.
B) Tipo:	Eficiência
C) Meta ETN:	Angra 1 $\leq 1,23$ Angra 2 $\leq 0,27$
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: <u>Perda de Geração de Energia não Planejada no Período</u> Max. Quantidade de Energia Possível Gerada no Período
E) Método de Aferição:	Apuração mensal através de medições

F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício: 2010												
Angra 1: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,02	0,00	1,28	0,00	3,72	0,95	0,00	31,13	21,89	0,00	4,52	1,06
Acu.	3,77	3,77	3,88	3,88	4,20	3,74	3,27	5,91	7,71	5,09	5,32	5,41
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Angra 2: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mens.	0,00	0,00	0,00	13,73	17,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acu.	0,00	0,00	0,00	1,17	2,60	2,60	2,60	2,60	2,60	2,60	2,60	2,60
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
<p>Agosto de 2010:</p> <p>Angra 1</p> <p>Entre 22 e 28 de agosto – Extensão da Parada devido ao atraso na 1P17, ajuste no Regulador de Tensão do Gerador Elétrico Principal, reparo de pontos quentes no duto de ventilação do barramento do Gerador Elétrico Principal.</p> <p>Setembro de 2010:</p> <p>Angra 1</p> <p>Entre 01 e 04 de setembro – vazamento excessivo de H2 (Hidrogênio) no Gerador Elétrico Principal.</p> <p>Em 12/09 – Princípio de incêndio no ETG próximo ao Gerador Elétrico Principal.</p> <p>Em 28/09 – Desarme automático do reator devido a um sinal espúrio no TE – 402C, coincidente com a execução do PI-I01-01.</p> <p>Novembro de 2010:</p> <p>Angra 1</p> <p>Entre 23 e 28 de novembro – aumento da concentração de sódio na caixa 4 do Condensador Principal.</p> <p>Entre 29 e 30 – Falha da válvula governadora #3 do Turbogenerador.</p>												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Equipamentos reparados com sucesso.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

INDICADOR DE DESEMPENHO	
3) Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H críticas	
A) Utilidade:	Acompanhar os desligamentos forçados ocorridos com o reator em operação.
B) Tipo:	Eficácia
C) Meta ETN:	Angra 1 ≤ 0 Angra 2 = 0 Central = 0

D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de Desligamentos x 7000h</u> Nº de horas com o Reator Crítico											
E) Método de Aferição:		Apuração mensal a partir de medições											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício: 2010 Desligamentos Automático não Planejados por 7.000 h Críticas da Central Indicador: (Angra 1 x número de horas do reator crítico em Angra 1 nos últimos 12 meses) Angra 2 x número do reator crítico nos últimos 12 meses + número do reator crítico em Angra 2 nos últimos 12 meses)													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,426	0,425	0,431	0,429	0,858	0,866	0,867	1,365	
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O													
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 1													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Acu.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,83	0,82	0,85	0,90	1,80	1,83	1,83	1,83	
Indicador: <u>Número de Desligamentos nos últimos 12 meses x 7000h</u> Nº de Horas com o Reator Crítico nos últimos 12 meses Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O													
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 2													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,905	
Indicador: <u>Número de Desligamentos x 7000h</u> Nº de Horas Crítico no período Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O													
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:													
Maio de 2010:													
Angra 1													
Em 30/05 à 01h53min – Desarme automático em consequência de alto nível de água no Gerador de Vapor 1.													
Setembro de 2010:													
Angra 1													
Em 28/09 – Desarme automático durante a execução do PI-I.01.01 – Canal N-41, quando ocorreu um sinal espúrio no TE-402C.													
Novembro de 2010:													
Angra 2													
A usina foi mantida desligada para a realização da Parada 2P8.													
Dezembro de 2010:													
Angra 2													
Desligamento automático do reator durante subida de potência inicial após parada 2P8 devido a permanência de válvula de vapor principal LBA30AA002 fechada.													
II) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.													

Não se aplica.
Responsável: Diretoria de Operação – DO

INDICADOR DE DESEMPENHO												
4) Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) – Alta Pressão – Angra 1												
A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade de SIS, sistema importante para a segurança de Angra 1.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 0,0005											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do SIS</u> Nº de horas com o Reator Crítico x Nº de Trens											
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do SIS											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício: 2010 Performance dos Sistemas de Segurança SIS – Alta Pressão – Angra 1												
Mês:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade de SIS</u> Nº de horas com o Reator Crítico x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

INDICADOR DE DESEMPENHO												
5) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA) – Angra 1												
A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade do AAA, sistema importante para a segurança de Angra 1.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 0,0005											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens											
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do AAA											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício: 2010 Performance dos Sistemas de Segurança AAA – Angra 1												

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Indicador: Número de horas de indisponibilidade do AAA
 N° de horas com Sistema requerido x N° de Trens
 Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O

H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:
 Não houve disfunções.

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.
 Não houve disfunções.
 Responsável: Diretoria de Operação – DO

INDICADOR DE DESEMPENHO												
6) Performance dos Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GGD) – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:				Acompanhar a disponibilidade do GGD, sistema importante para a segurança de Angra 1 e Angra 2.								
B) Tipo:				Efetividade								
C) Meta ETN:				Angra 1 \leq 0,0005 Angra 2 \leq 0,0000								
D) Fórmula de Cálculo:				Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> N° de horas com Sistema requerido x N° de Trens								
E) Método de Aferição:				Contagem direta das horas paradas do GGD e posterior cálculo.								
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:				Diretoria de Operação – DO								
G) Resultado no Exercício: 2010 Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> N° de horas com Sistema requerido x N° de Trens Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> N° de horas com Sistema requerido x N° de Trens Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Fevereiro de 2010: Angra 1 Inoperabilidade do GD – 4 por falha da bomba de pré lubrificação (Tempo de Indisponibilidade 12,83 h).												

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamento reparado com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

INDICADOR DE DESEMPENHO

7) Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND) – Angra 2

A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade do JND, sistema importante para a segurança de Angra 2.
B) Tipo:	Efetividade
C) Meta ETN:	$\leq 0,001$
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do JND}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de Trens}}$
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do JND e posterior cálculo
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO

G) Resultado no Exercício: 2010

Performance dos Sistemas de Segurança JND – Angra 2

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Indicador: $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do JND}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de Trens}}$

Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens

Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O

H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Não houve disfunções.

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

INDICADOR DE DESEMPENHO

8) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência (LAR) – Angra 2

A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade do LAR, sistema importante para a segurança de Angra 2.
B) Tipo:	Efetividade
C) Meta ETN:	$\leq 0,000$
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do LAR}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de Trens}}$
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do LAR e posterior cálculo
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO

G) Resultado no Exercício: 2010 Performance dos Sistemas de Segurança LAR – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

INDICADOR DE DESEMPENHO												
9) Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas												
A) Utilidade:						Indicador padrão da Indústria Nuclear para acompanhamento da segurança industrial.						
B) Tipo:						Efetividade						
C) Meta ETN:						≤ 0,0						
D) Fórmula de Cálculo:						Indicador: abaixo discriminado.						
E) Método de Aferição:						Medição mensal e cálculo						
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:						Diretoria de Operação – DO						
G) Resultado no Exercício: 2010 Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	2,54	0,00	2,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acu.	0,16	0,16	0,32	0,32	0,32	0,32	0,33	0,34	0,36	0,37	0,38	0,38
Indicador: <u>Nº acidentes c/perda de tempo na Área Protegida nos últimos 12 meses x 200.000HH trabalhadas</u> Nº HH Trabalhadas na Área Protegidas nos últimos 12 meses Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Houve 2 acidentes com lesões, sendo um em janeiro e outro em março com perda de tempo. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

INDICADOR DE DESEMPENHO												
10) Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
A) Utilidade:						Indicador padrão da Indústria Nuclear que visa medir a dose total de exposição à radiação dos trabalhadores das usinas.						
B) Tipo:						Efetividade						
C) Meta ETN:						≤ 0,92						
D) Fórmula de Cálculo:						Indicador: É o total de Homem – Sieverts contabilizados no período						
E) Método de Aferição:						Medida direta						
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:						Diretoria de Operação – DO						
G) Resultado no Exercício: 2010 Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,002	0,002	0,005	0,006	0,003	0,004	0,327	0,000	0,010	0,006	0,219	0,000
Acu.	1,966	1,463	0,956	0,483	0,239	0,224	0,538	0,776	0,777	0,768	0,980	1,005
Indicador Angra 1 + Indicador Angra 2 Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
<p>Julho de 2010:</p> <p>Angra 1</p> <p>Aumento da exposição coletiva à radiação devido a Parada 1P17.</p> <p>Setembro de 2010:</p> <p>Angra 1</p> <p>A dose operacional ficou comprometida em boa parte em decorrência de algumas tarefas que foram incluídas após a definição das metas no PMA.</p>												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

INDICADOR DE DESEMPENHO												
11) Confiabilidade do Combustível (µ Ci/g) - Angra 2												
A) Utilidade:			Acompanhar a confiabilidade do combustível na geração de energia.									
B) Tipo:			Eficiência									
C) Meta ETN:			≤ 0,0005 µ Ci/g									
D) Fórmula de Cálculo:			$\left[J1 \times \left(0,047619 + \frac{J3}{0,000021} \right) - 0,0318 \times J2 \left(0,916667 + \frac{J3}{0,00024} \right) \right] \times \left[\left(\frac{Ln}{J5} \right) \left(\frac{100}{J4} \right) \right]$ <p> J1 = Iodo 131 (µ Curie/g) J2 = Iodo 134 (µ Curie/g) J3 = Constante de Taxa de Purificação J4 = Nível de Potência (%) J5 = Taxa Linear de Geração de Calor (kW/foot) Ln = 5.5 kW/foot </p>									
E) Método de Aferição:			Através de medições e cálculos mensais									
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:			Diretoria de Operação – DO									
G) Resultado no Exercício: 2010 Confiabilidade do Combustível (µ Ci/g)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ICC.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções.												

INDICADOR DE DESEMPENHO												
12) Indicador Químico – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:			Indica a existência ou não de risco de alguma deterioração das linhas e equipamentos, se superior a 1 (um) ano.									
B) Tipo:			Efetividade									
C) Meta ETN:			Angra 1 = 1,00 Angra 2 ≤ 1,00									
D) Fórmula de Cálculo:			<p>Angra 1:</p> $\frac{(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + Cu)_{AAP}}{VL_{Cu}}$ <p>Angra 2:</p> $\frac{(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + CC)_{GV} / VL_{CC} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + O_2)_{AAP} / VL_{O_2}}$									

													VLx = Valor limite para cada parâmetro GV = Gerador de vapor AAP = Água de Alimentação Principal CC = Condutividade Catiônica
E) Método de Aferição:													Medições mensais e cálculos.
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:													Diretoria de Operação – DO
G) Resultado no Exercício: 2010 Indicador Químico – Angra 1													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Men.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	-	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O Indicador Químico – Angra 2													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Men.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O													
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:													
<p>Julho de 2010:</p> <p>Angra 1 O Indicador Químico do mês de julho foi calculado até o dia 16/07 em função da Parada 1P17.</p> <p>Agosto de 2010:</p> <p>Angra 1</p> <p>Não houve cálculo do Indicador Químico no mês de agosto devido à Parada 1P17.</p>													
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.													
<p>Meta atingida.</p> <p>Responsável: Diretoria de Operação – DO</p>													

INDICADOR DE DESEMPENHO	
13) Energia Bruta Gerada – EBG (GWh)	
A) Utilidade:	Medir a quantidade de energia produzida pela geração das usinas.
B) Tipo:	Eficiência
C) Meta ETN:	Não se aplica.
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Energia Bruta no Período
E) Método de Aferição:	Medição direta
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado do indicador no exercício:	Produção de 14.544 GWh de energia bruta
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.	
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	

INDICADOR DE DESEMPENHO												
14) Volume de Rejeito Sólido Gerado (m³)												
A) Utilidade:	Controlar e gerenciar os rejeitos gerados pelas usinas durante suas atividades de operação e manutenção											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 120,8 m³ ao ano											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Contagem direta do volume de rejeito gerado											
E) Método de Aferição:	Através de contagem direta do volume de rejeito gerado											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício: 2010 Volume de Rejeito Sólido (m³) – Central												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	8,320	0,000	6,030	2,460	2,080	4,060	20,150	21,980	4,680	3,250	7,030	2,290
Acu.	8,320	8,320	14,350	16,810	18,890	22,950	43,100	65,080	69,760	73,010	80,040	82,330
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Outubro de 2010: Angra 1 Gerados 1,25 m³ de rejeitos compactável, equivalente a 6 tambores, devido ao encapsulamento de rejeito da Parada 1P17. Dezembro de 2010: Angra 1 Os embalados produzidos em dezembro são considerados ainda como rejeito de parada, pois são oriundos da conclusão de encapsulamento dos rejeitos da 1P17 armazenados na estação de encapsulamento.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções												

Responsável: Diretoria de Operação – DO

2.3.1.2 Ação 1853 – Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra 1 (RJ).

Quadro A 2.3.4 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 1853	Denominação: Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra 1 (RJ).
Finalidade da Ação: Substituir os geradores de vapor-GVs de Angra I para eliminar elevados custos de manutenção da usina, devido ao envelhecimento gradativo destes componentes; possibilitar a obtenção de licença para a extensão da vida útil da usina e aumentar a sua disponibilidade operacional. adicionalmente, trata-se de compromisso assumido pela empresa junto ao Ministério Público Federal e órgãos de licenciamento ambiental e nuclear.	
Objetivo Geral: O processo da troca dos GVs incluiu a aquisição dos novos equipamentos, através de licitação internacional, com a sua fabricação na Nuclep, em Itaguaí - RJ; licitação e contratação dos serviços para a substituição dos GVs, contemplando a participação de empresas nacionais; construção do depósito para armazenamento dos equipamentos retirados; contratação de consultorias para a realização de serviços de análise de segurança e de apoio aos processos de contratação e de licenciamento nuclear e ambiental, além da obtenção das licenças necessárias à realização desta troca.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Marcelo Gomes da Silva
Unidades Executoras:	Diretoria de Operação – DO.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria de Operação – DO e Diretoria Técnica - DT.
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria de Operação – DO e Diretoria Técnica - DT.

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.2.3.5 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	3.000.000	-	-
Física	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

O projeto está fisicamente concluído. O dispêndio programado para o exercício de 2010 representou contingência para eventuais serviços remanescentes de pequena monta. Não houve necessidade de utilização da verba orçamentária.

Resultados:

A conclusão da fabricação e entrega dos novos Geradores de Vapor foi efetivada no exercício de 2008 e a efetiva substituição terminou em junho de 2009. O projeto está fisicamente concluído. O dispêndio programado para o exercício de 2010 representou contingência para eventuais serviços remanescentes de pequena monta.

Esse projeto abrangeu a aquisição dos novos equipamentos através de licitação internacional, com a sua fabricação na NUCLEP, em Itaguaí – RJ; licitação e contratação dos serviços para a substituição dos Geradores de Vapor; construção do depósito para armazenamento dos equipamentos retirados; contratação de consultorias para a realização de serviços de análise de segurança e de apoio aos processos de contratação e de licenciamento nuclear e ambiental, além da obtenção das licenças necessárias à realização da troca.

2.3.1.3 Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).

Quadro A.2.3.6 – Dados gerais da ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 6486	Denominação: Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).
Finalidade da Ação: Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio-ambiental e cultural.	
Objetivo Geral: A implementação de Angra 3 requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, as atividades do empreendimento estão concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Marcelo Gomes da Silva
Unidades Executoras:	Diretoria Técnica – DT.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria Técnica – DT.
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria Técnica – DT.

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.2.3.7 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	7.000.000	5.825.272	83,22
Física	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

A realização manteve-se compatível com a expectativa e restringiu-se aos dispêndios relacionados à preservação e manutenção da infraestrutura do canteiro de obras, cujos compromissos haviam sido implementados antes da retomada do empreendimento Angra 3.

Resultados:

As ações relativas à Manutenção do Parque de Obras da Usina Angra 3 compreendem as atividades relacionadas à preservação e manutenção da infraestrutura do canteiro de obras, restritas aos dispêndios cujos compromissos haviam sido implementados antes do início da retomada do empreendimento Angra 3 e a construção da Usina Angra 3, respectivamente.

2.3.1.4 Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).

Quadro A.2.3.8 – Dados gerais da ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 5E88	Denominação: Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).
Finalidade da Ação: Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio-ambiental e cultural.	
Objetivo Geral: A implementação de Angra 3 requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, deverão as atividades do empreendimento estar concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Marcelo Gomes da Silva
Unidades Executoras:	Diretoria Executiva da Eletronuclear
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria Executiva da Eletronuclear
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria Executiva da Eletronuclear e Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG.T

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.2.3.9 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	861.064.356	337.377.461	39,18
Física	9,53%	6,57%	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

A realização programada para o exercício de 2010 foi comprometida por diversos fatores, dos quais destacamos como preponderantes:

- 1) O atraso na emissão da Licença de Construção pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que restringiu consideravelmente o ritmo de andamento da execução das obras civis no primeiro semestre e, conseqüentemente a recuperação de ritmo a partir do 2º semestre;
- 2) As dificuldades nas negociações com fornecedores de Suprimentos Nacionais;
- 3) As dificuldades nas licitações no mercado nacional para a execução de serviços de engenharia de detalhamento e serviços de apoio ao gerenciamento do empreendimento;
- 4) As dificuldades nas negociações junto à AREVA, para os contratos de Execução de Serviços Estrangeiros e Suprimentos de Equipamentos e Materiais Importados.

Resultados:

O ano de 2010 foi decisivo no tocante à decisão governamental relativa à conclusão do empreendimento Angra 3. As principais atividades desenvolvidas podem ser classificadas com “Ações e Medidas Estruturantes para o Empreendimento” e a “Construção” propriamente dita da usina.

No tocante à implantação de Angra 3, conforme o Cronograma Geral Executivo, o marco zero da retomada da construção da usina ocorreu em 1º de junho de 2010, caracterizado pelo início da execução da laje de fundação do Edifício do Reator. Entretanto, convém destacar fato relevante que deu início à retomada, qual seja a contratação dos serviços de construção civil, através da assinatura, em 14 de setembro de 2009, do contrato com a Construtora Andrade Gutierrez, que foi renegociado e apreciado pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão 1624/2009).

Seguem-se descrições sucintas dessas atividades:

A) Processo de Licenciamento Ambiental

Com relação ao licenciamento ambiental não existem quaisquer restrições para a continuidade das obras, tendo em vista que a Licença Prévia e a Licença de Instalação já haviam sido expedidas pelo IBAMA, respectivamente, em junho de 2008 e março de 2009, depois de cumpridos todos os trâmites do processo de licenciamento ambiental, dentre os quais ressaltam-se a aprovação do

EIA / RIMA pelo órgão licenciador e a realização de oito Audiências Públicas, duas em Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro e uma no Rio de Janeiro e Ubatuba.

B) Processo de Licenciamento Nuclear

Ainda em março de 2009, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN já havia emitido uma 1ª Licença Parcial de Construção, o que permitiu que a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR desse início às atividades preparatórias no local de construção da usina, quais sejam: a execução do concreto de regularização da cava de fundações das edificações da planta e a impermeabilização das fundações do edifício do reator (UJB) e do edifício auxiliar do reator (UKA).

Em 2010 a CNEN emitiu uma série de licenças e autorizações, permitindo à ELETROBRAS ELETRONUCLEAR iniciar a execução de diversas atividades do “caminho crítico” do cronograma executivo das obras.

- **2ª Licença Parcial de Construção:** Expedida em 11 de março de 2010 autorizando a construção de estruturas não nucleares:
 - Edifícios de Administração Principal (UYA)
 - Edifício de Administração Auxiliar (UYB)
 - Portaria Principal (UYF)
 - Oficina Fria e Depósito Convencional (UST)
 - Almojarifado Eletromecânico (4USU)
 - Estação de Tratamento de Esgoto (UGV)
 - Tanques Coletores e Separadores de Óleo (1UGX e 2UGX)
 - Bases dos Transformadores Reservas (BAT e BBT)
- **3ª Licença Parcial de Construção:** Expedida em 29 de março de 2010 autorizando a construção do edifício da Turbina.
- **Licença de Construção:** Expedida em 31 de maio de 2010 autorizando a concretagem da laje de fundação do edifício do reator (UJB), condicionada à submissão, por parte da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR à CNEN, de projetos e cálculos para as etapas seguintes da obra. Nesse contexto, a CNEN emitiu em 2010 as seguintes autorizações para serviços de concretagem:
 - **31-Mai-2010:** Laje de fundação do edifício do reator (UJB)
 - **27-Set-2010:** Laje de fundação do edifício de controle (UBA)
 - **15-Out-2010:** Laje de fundação do edifício auxiliar do reator (UKA)
 - **08-Dez-2010:** Paredes e pilares até Elev. + 1,74 m do edifício de controle (UBA)

C) Licitações para Serviços

Ao final de 2010, dentre os dezesseis principais contratos a serem licitados para os serviços de engenharia nacional, relativos às áreas de Engenharia Civil, Engenharia Eletromecânica, Serviços de Suporte ao Gerenciamento e Montagem Eletromecânica, foram assinados seis contratos, quatro estavam em fase de assinatura e seis em fase de preparação da documentação técnica e comercial necessária à publicação dos editais.

Segue-se uma síntese desse tópico:

- **Contratos já Assinados e em Curso**
 - **Serviços Emergenciais de Engenharia Civil**
INTERTECHNE: R\$ 1,2 milhão
 - **Projeto da Linha 138 kV / 500 kV**
MARTE ENGENHARIA: R\$ 1,4 milhão
 - **Apoio ao Planejamento e Elaboração de Cronogramas**
STEI CONSULTORIA: R\$ 3,9 milhões
 - **Projetos Cíveis para Estruturas Nucleares**
ENGEVIX: R\$ 17,7 milhões

- **Fiscalização de Obras Civas**
CONCREMAT: R\$ 74,8 milhões

- **Implantação e Apoio Técnico**
LOGOS ENGENHARIA: R\$ 100,5 milhões

- **Contratos já Licitados e em Fase de Assinatura**
 - **Elaboração de Fluxogramas**
INTERTECHNE: R\$ 1,1 milhão
 - **Projetos Eletromecânicos da Área Externa**
ENGEVIX: R\$ 3,2 milhões
 - **Fiscalização da Fabricação de Equipamentos**
CONSULPRI: R\$ 9,8 milhões
 - **Fiscalização da Montagem Eletromecânica**
DUCTOR: R\$ 71,9 milhões

- **Contratos com Editais em Preparação**
 - Apoio Internacional de Engenharia
 - Projetos Civas para estruturas Convencionais
 - Gerenciamento e Implantação do Projeto de Linhas 138 kV / 500 kV
 - Projetos Eletromecânicos Associados ao Circuito Secundário
 - Projetos Eletromecânicos Associados ao Circuito Primário
 - Serviços de Montagem Eletromecânica e Fornecimentos

D) Licenciamento

A partir da concessão da Licença Prévia, emitida em 23 de julho de 2008, pelo IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foram expedidas as seguintes licenças:

Quadro A.2.3.10 - Licenças Expedidas para Angra 3 (RJ)

Tipos	Número	Data	Órgão Emissor
Licença Prévia	279/2008	23-Jul-2008	IBAMA ⁽¹⁾
Licença de Instalação	591/2009	05-Mar-2009	IBAMA
1ª Licença Parcial de Construção	Portaria PR 016/09	09-Mar-09	CNEN ⁽²⁾
Alvará de Licença para Construção	108/2009	24-Jun-2009	PMAR ⁽³⁾
Licença de Instalação (renovação)	591/2009 (R)	02-Dez-2009	IBAMA
2ª Licença Parcial de Construção	Portaria PR 015/10	11-Mar-2010	CNEN
3ª Licença Parcial de Construção	Portaria PR 021/10	29-Mar-2010	CNEN
Licença de Construção	Resolução nº 77/10	25-Mai-2010	CNEN
Alvará de Licença para Construção (renovação)	150/2010	31-Mai-2010	PMAR
Autorização para Concretagem da Laje de Fundação do Edifício do Reator (UJB)	Ofício 094/10	31-Mai-2010	CNEN
Autorização para Concretagem da Laje de Fundação do Edifício de Controle (UBA)	Ofício 168/10	27-Set-2010	CNEN
Autorização para Concretagem da Laje de Fundação do Edifício Auxiliar do Reator (UKA)	Ofício 182/10	15-Out-2010	CNEN
Autorização para Concretagem de Elementos Estruturais da Parte do Edifício do Reator (UJB)	Ofício 207/10	08-Dez-2010	CNEN

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

(1) IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

(2) CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

(3) PMAR – Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

Observe-se que no processo de licenciamento nuclear, a concessão, pela CNEN, da Licença de Construção, em 25 de maio de 2010, autorizando os serviços de obras civis para a Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) está atrelada ao cumprimento de condicionantes que vem demandando emissões de autorizações específicas para o início de diversas etapas do cronograma de implantação da usina.

II) Obras Civis

As principais atividades desenvolvidas em 2010, relacionadas às obras civis, focaram na execução de concreto estrutural, à medida que as liberações da CNEN foram sendo concedidas, atingindo-se o progresso de cerca de 10%. Seguem-se evolução das principais atividades de obras civis executadas em 2010 e histograma de concreto previsto no contrato de obras civis com a Construtora Andrade Gutierrez:

Quadro A.2.3.11 Evolução das Oras de Angra 3 (RJ)

Atividades	Progresso	Status
Concreto de Regularização (Cava)		
Concreto de regularização da cava de fundações	97%	Em execução
Infraestrutura de Canteiro		
Instalação da subestação provisória 2 UBD	100%	Concluído
Instalação da subestação provisória 4 UBD	100%	Concluído
Construção do ambulatório e segurança do trabalho	100%	Concluído
Montagem dos guindastes de torre	100%	Concluído
Reforma da central de jateamento e pintura	100%	Concluído
Construção do escritório do pátio de pré-moldados	100%	Concluído
Construção do depósito de materiais acabados	100%	Concluído
Instalação da subestação provisória 5 UBD	76%	Em execução
Instalação da subestação provisória 1 UBD	48%	Em execução
Obras Civas		
Edifício do Reator (UJB)		
Impermeabilização da laje de fundação	100%	Concluído
Armação da laje de fundação	100%	Concluído
Concretagem da laje de fundação	100%	Concluído
Armação até elevação + 3,60m	68%	Em execução
Concretagem até elevação + 3,60m	18%	Em execução
Edifício da Turbina (UMA)		
Armação da laje de fundação	100%	Concluído
Concretagem da laje de fundação	100%	Concluído
Armação até elevação - 0,95m	95%	Em execução
Concretagem até elevação - 0,95m	97%	Em execução
Armação até elevação + 5,15m	28%	Em execução
Concretagem até elevação + 5,15m	1%	Em execução
Edifício Auxiliar do Reator (UKA)		
Impermeabilização da laje de fundação	100%	Concluído
Armação da laje de fundação	63%	Em execução
Concretagem da laje de fundação	24%	Em execução
Edifício de Controle (UBA)		
Armação da laje de fundação	97%	Em execução
Concretagem da laje de fundação	59%	Em execução

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

III) Financiamento do Empreendimento

a) Recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em julho de 2010 a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR atualizou a “Consulta Prévia” que havia sido submetida ao BNDES em dezembro de 2008.

Em setembro de 2010, o empreendimento Angra 3 foi classificado como “financiável” pela Área de Enquadramento do BNDES.

Em reunião entre BNDES, ELETROBRAS e ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, ocorrida em 22 de novembro de 2010, o agente financeiro, através de seu Departamento de Energia informou o montante a ser financiado.

Em dezembro de 2010, a concessão do empréstimo, no montante de R\$ 6,15 bilhões foi aprovada pela Diretoria de BNDES. Observe-se que tal valor corresponde a 80% dos itens financiáveis por este agente.

Em fins de 2010, a minuta do contrato de financiamento encontra-se em análise pelas Eletrobras e Eletronuclear.

b) Recursos da Reserva Global Reversão - RGR

Encaminhado, em julho de 2010, pela Eletrobras Eletronuclear à Eletrobras, eventograma com o detalhamento da utilização desses recursos. Em 30 de setembro de 2010, a proposta foi aprovada pelo Conselho de Administração da ELETROBRAS.

Em 25 de outubro de 2010, a ELETROBRAS encaminhou para apreciações da ANEEL, as condições gerais do futuro contrato.

Em 26 de novembro de 2010, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovou através do Despacho Autorizativo nº 3.620, o referido contrato.

Em fins de 2010, o contrato, no valor de R\$ 890 milhões, está em processo de “coleta de assinaturas” na Eletrobras, Eletrobras Eletronuclear e Banco do Brasil, na qualidade de “Banco Interviente”.

c) Captação Externa

Expedida, em 01 de fevereiro de 2010, pela Agência Alemã de Crédito à Exportação (HERMES) do Governo Alemão, a aprovação dos seguros ao crédito de exportação para Angra 3, referente a bens e serviços importados.

Em abril de 2010, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR encaminhou à ELETROBRAS “Carta Consulta”, que após apreciações internas, submeteu-a ao COFIEX-SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, referente à apreciação deste quanto ao financiamento externo.

Em novembro de 2010, a ELETROBRAS enviou Carta Convite a instituições financeiras nacionais e estrangeiras solicitando apresentação, de propostas referentes ao financiamento em dólares americanos no montante equivalente a EUR 1,6 bilhão.

IV) Renegociações de Contratos de Bens e Serviços Nacionais e Importados

Em 2010 deu-se continuidade aos processos de renegociações dos principais contratos para suprimentos nacionais (CONFAB Industrial S.A, BARDELLA S.A – Indústrias Mecânicas, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A – NUCLEP, KSB – Bombas Hidráulicas S/A, EBSE- Empresa Brasileira de Soldas Elétricas, etc.) e do contrato internacional com a AREVA para o fornecimento de bens e serviços importados.

a) Contratos para Suprimentos Nacionais

Dentre os dezenove contratos nacionais de suprimentos a serem renegociados, oito já foram assinados, dez encontram-se em fase de renegociação e apenas um não teve iniciada sua renegociação.

b) Contrato para Bens e Serviços Importados e Garantia

As condições técnicas e comerciais foram basicamente acordadas. Permanecem pendentes alguns pontos da negociação, com expectativa de assinatura de contrato no início de 2011.

V) Licitações de Serviços de Engenharia

Dentre os dezesseis contratos a serem licitados para os serviços de engenharia nacional, relativos às áreas de Engenharia Civil, Engenharia Eletromecânica, Serviços de Suporte ao Gerenciamento e Montagem Eletromecânica, cinco já se encontram assinados entre os onze editais já publicados.

2.3.2 Programa 0276 – Gestão da política de energia elétrica.

Quadro A.2.3.12 – Dados Gerais do Programa

Identificação do Programa de Governo	
Programa: 0276	Denominação: Gestão da política de energia elétrica.
Objetivo Geral: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países.	
Objetivos Específicos: Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica.	
Gerente:	Altino Ventura Filho
Gerente Executivo:	N.D
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	N.D
Indicadores ou parâmetros utilizados:	N.D
Público Alvo (beneficiários):	Governo

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.3.2.1 Ação – 6508 Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica

Quadro A 2.3.13 – Dados gerais da ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 6508	Denominação: Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica
Finalidade da Ação: Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica. Realizar estudos de viabilidade e de localização de novas unidades de geração termonuclear.	
Objetivo Geral: Esta ação visa contemplar os estudos preliminares e detalhados para a escolha de sítios para localização de novas usinas nucleares em todo o território nacional, para atendimento da expansão prevista no Plano Decenal de Energia – PDE e no Plano Nacional de Energia – PNE. Incluem todos os estudos necessários para avaliação dos sítios conforme critérios técnicos, econômicos e sociais adequados.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Marcelo Gomes da Silva
Unidades Executoras:	Presidência – P.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Presidência – P.
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Presidência – P.

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.2.3.14 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	10.000.000	4.868.491	48,68
Física	Não se aplica	Não se aplica	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

Os estudos de seleção de sítio, originalmente previstos para a Região Nordeste, a pedido do MME e da EPE foram estendidos para outras regiões do país, visando fazer um inventário de áreas capazes de assentar uma central nuclear no território nacional, para potencial utilização futura. A seleção definitiva do sítio estará associada aos estudos de política energética da EPE, que definirá a região que receberá o primeiro empreendimento nuclear após Angra 3.

O orçamento solicitado para 2010 assumia que o sítio preferido seria identificado na Região Nordeste, e que a sequência de estudos que resultariam no EIA/RIMA do sítio seria iniciada ao longo de 2010, o que, por questões não gerenciáveis pela Eletronuclear (decisão do MME e EPE), acabou não ocorrendo, sendo transferida para 2011, possivelmente. Como consequência, houve subutilização do montante orçado, entretanto, decorrente de decisões não gerenciáveis pela Eletrobras Eletronuclear.

Resultados:

A Eletrobras Eletronuclear concluiu, em 2010, a identificação em todo território nacional das áreas adequadas a sítios para a instalação de centrais nucleares para a geração de energia elétrica e iniciou o levantamento dos dados necessários a elaboração de seu Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.

2.3.3 Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em infra-estrutura de Apoio

Quadro A.2.3.15 – Dados Gerais do Programa

Identificação do Programa de Governo	
Programa: 0807	Denominação: Investimento das Empresas Estatais em infra-estrutura de Apoio
Objetivo Geral: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.	
Objetivos Específicos: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.	
Gerente do programa:	N.D
Gerente Executivo:	N.D
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	N.D
Indicadores ou parâmetros utilizados:	N.D
Público Alvo (beneficiários):	Governo

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.3.3.1 Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Quadro A 2.3.16 – Dados gerais da ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 4102	Denominação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
Objetivo Geral: Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Não há coordenador vinculado
Unidades Executoras:	Não definida no SIGPlan
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Não definida no SIGPlan
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Não há coordenador vinculado

Quadro A 2.3.17 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	3.000.000	2.458.417	81,95
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

No exercício de 2010 foram realizadas as seguintes aquisições:

- 1) Máquinas e equipamentos de escritório, tais como: ar condicionado, fragmentadora de papel, máquinas de calcular, luz de emergência, aparelho de fax, etc.;
- 2) Móveis e utensílios: mesas, cadeiras, armários, estantes, etc.;
- 3) Veículos: ônibus e caminhão.

O montante não realizado no exercício 2010 deve-se à transferência de algumas aquisições de móveis e utensílios para 2011.

2.3.3.2 Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Quadro A 2.3.18 – Dados gerais da ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 4103	Denominação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
Objetivo Geral: Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Não há coordenador vinculado
Unidades Executoras:	Não definida no SIGPlan
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Não definida no SIGPlan
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Não há coordenador vinculado

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A 2.3.19 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	15.000.000	7.990.295	53,27
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

- 1) No exercício de 2010 foram aplicados recursos nos seguintes itens:
 - a) Instalação de ambiente seguro (sala-cofre) para equipamentos centrais da rede corporativa;
 - b) Aquisição de equipamentos para rede corporativa;
 - c) Ampliação do software de gestão corporativa SAP;
 - d) Aquisição de estação de trabalho;
 - e) Aquisição de softwares para suporte ao empreendimento Angra 3;
 - f) Software e periféricos diversos.

- 2) A realização aquém do previsto deveu-se a:
 - a) A contratação de solução de Gestão de Empreendimentos, prevista para 2010, não foi realizada no exercício devido a atrasos no processo licitatório em decorrência de recursos e impugnações por parte do mercado;
 - b) A aquisição de equipamentos para a rede corporativa foi parcialmente bem sucedida, devido a problemas ocorridos nas licitações.

Quadro A 2.3.20 – Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
25	752	296	4477	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A
25	752	296	1853	P	3	%	100%	100 %	-
25	752	296	6486	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A
25	752	296	5E88	P	1	%	9,53%	6,57%	-
25	752	276	6508	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A
25	122	0807	4102	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A
25	0752	0807	4103	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

2.4.2 Execução Orçamentária

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

2.4.3 Outros Indicadores Institucionais

A) Ouvidoria

Com a Instrução Normativa 12.03, de 11 de dezembro de 2007, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR formalizou a Ouvidoria como uma função vinculada a Presidência, estabeleceu diretrizes de funcionamento e ampliou sua atuação com a finalidade de aproximar a Diretoria Executiva do corpo funcional, dos prestadores de serviço e da comunidade. Em 03/07/2008, em sua 882ª Reunião a Diretoria Executiva aprovou, com vigência a partir de 1º de julho de 2008, a nomeação da Ouvidoria da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

Indicadores

Os principais indicadores de desempenho, utilizados pela Ouvidoria no período com destaque para Sistema Informatizado de Gestão, implantado no mês de setembro, sendo os dados dos meses anteriores apurados manualmente.

Análise Quantitativa

Durante o exercício de 2010 foram recebidas 500 manifestações, das quais, 500 (100%) foram atendidas.

Considerando que no ano de 2009 foram recebidas 638 manifestações, há um decréscimo de 21,6% em relação ao ano anterior.

Origem da demanda

Assuntos mais frequentes, quanto a sua origem:

- Público Externo:

- Concurso Público;
- Credenciamento Médico;
- Comunicação Social.

- Público Interno:

- Gestão de Pessoas;
- Infraestrutura, vilas,....

Fonte: Coordenação de Comunicação e Segurança – CS.P

Quadro 2.4.1 – Por assuntos abordados nas manifestações recebidas

Assunto	Quantidade
Administração (Infra-Estrutura, Contratos, Vilas, Transporte)	53
Comunicação Social / Imprensa	33
Concurso Público / Pedido de Emprego e Estágio	141
Construção / Novos Empreendimentos	3
Credenciamento Médico / Odontológico	46
Denúncia / Comissão de Ética	12
Gestão de Pessoas	65
Licitações / Fornecedores	21
Meio Ambiente	11
Operação das Usinas (Angra 1 e 2)	3
Patrocínio Cultural / Eventos	5
Programas de Visitas	5
Responsabilidade Social (Convênios)	19
Segurança (Física e Nuclear)	11
Outros	72
Total	500

Fonte: Coordenação de Comunicação e Segurança – CS.P

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N°107, DE 27/10/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

“ Não se aplica à natureza da UJ”

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

“ Não se aplica à natureza da UJ”

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 277 de 10/12/2010 foi adaptada à natureza desta UJ.

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
Empregados	-	2.437	-	-
Diretor Empregado	-	1	-	-
Art. 37 da CF/1988	-	33	-	-
Cedidos	-	58	-	-
Licença sem vencimentos	-	3	-	-
Próprios	-	2.532	275	47
Requisitados	-	15	2	2
Aposentados por Invalidez	-	43	-	-
Total	2.659	2.590	-	-
Diretores não empregados	-	4	-	-

Notas:

- Todos os empregados são celetistas.
- Próprios = 2.437 empregados ativos + 3 empregados de licenciamento sem vencimentos + 1 diretor empregado + 33 na condição do Art. 37 da CF/88 + 58 empregados cedidos. Este número não inclui 4 diretores não empregados.

Obs:

Em 31/12/2009 informamos um total de 2,304 empregados próprios.
 Em 2010 ingressaram 275 e egressaram 47.
 Em 31/12/2010 temos $2.304 + 275 = 2.532$.

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

Quadro A.5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Estaria – Situação Apurada em 31/12/2010

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 277 de 10/12/2010 foi adaptada à natureza desta UJ.

Regime do Ocupante do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Situação apurada em 31/12/2010				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
Empregados	-	-	-	-	-
Diretor Empregado	-	-	-	-	-
Art. 37 da CF/1988	-	-	-	-	-
Cedidos	-	-	-	-	-
Licença sem vencimentos	-	-	-	-	-
Próprios	369	632	496	867	168
Requisitados	-	-	-	-	-
Aposentados por Invalidez	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-
Diretores não empregados	-	-	-	-	-

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 277 de 10/12/2010 foi adaptada à natureza desta UJ.

Regime do Ocupante do Cargo	Nível de Escolaridade								
	Situação apurada em 31/12/2010								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Empregados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretor Empregado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Art. 37 da CF/1988	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Licença sem vencimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Próprios	0	0	62	100	1.152	831	283	94	10
Requisitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aposentados por Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretores não empregados	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Legenda:

Nível de Escolaridade:

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetização sem cursos regulares; 3 – Primeiro Grau Incompleto; 4 – Primeiro Grau; 5 – Segundo Grau ou Técnico; 6 – Superior; Aperfeiçoamento/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10 – Não Classificada.

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

“Não se aplica à natureza da UJ”

Quadro A.5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010

“Não se aplica à natureza da UJ”

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários

“A composição do Quadro de Estagiários encontra-se discriminada no Quadro A.5.7 a seguir”

5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 277 de 10/12/2010 foi adaptada à natureza desta UJ.

Valores em R\$1,00

QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
2010	-	-	-	-	-	-		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2008	2238	206.698.414	-	5.151.024	20.180.016	6.021.000		
2009	2303	240.732.566	-	5.275.997	23.810.035	148.041		
2010	2531	253.015.513	-	6.891.774	55.063.274	16.435.661		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo) - Diretores recebem honorários								
2008	5	1.450.110	-	-	-	-		
2009	5	1.626.745	-	-	-	-		
2010	5	2.441.242	-	-	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2008	8	580.014	-	-	-	-		
2009	15	825.040	-	-	-	-		
2010	15	737.330	-	-	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
2010	-	-	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2008	-	-	-	-	-	-	80	559.461
2009	-	-	-	-	-	-	85	885.552
2010	-	-	-	-	-	-	125	1.004.144
2238	Neste nº não estão incluídos os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizizes e Estagiários.							
2303	Neste nº não estão incluídos os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizizes e Estagiários.							
2531	Neste nº não estão incluídos os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizizes e Estagiários.							

Notas:

- (1) Nos Vencimentos e Vantagens estão inseridos: Salários e Complementos Salariais; Honorários Diretores e Conselheiros, Abono Salarial - ACT; 13º Salário, Abono Pecuniário/Férias/Gratificação de Férias; Adicional de Tempo Serviço; Adicional Noturno; Horas Extras; PLR; Benefícios e Bolsa Educacional.
 - (2) Nos Vencimentos e Vantagens não estão inseridos: Auxílio Mudança (Ajuda de Custo); Diárias de Viagens; Gratificação de Função; Adicionais Fixos e Variáveis; Indenizações; Salário Menor Aprendiz e Vale Transporte.
- OBS: Os valores foram calculados com base nas orientações da Portaria nº 277 de 10/12/2010. Para manter homogeneidade de critérios aos exercícios anteriores foram recalculados nas mesmas bases. Assim sendo, essa informação substitui todas as prestadas anteriormente.

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de Mão de obra

Quadro A.5.8 – Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A – Eletronuclear													
UG/Gestão: GCC.A							CNPJ: 42.540.211/0001-67						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	GCC.A/CT-498/08	00.798.619/0001-93	28/10/2008	27/3/2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2007	L	O	GCC.A/CT-495/07	00.335.380/0001-15	17/9/2007	15/2/2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2009	L	O	GCC.A/CT-266/09	36.541.241/0001-95	3/9/2009	15/2/2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2010	V	O	GCC.A/CT-060/10	03.372.304/0001-78	29/6/2010	28/6/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2009	L	O	GCC.A/CT-267/09	36.529.998/0001-63	26/8/2009	15/2/2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
<p>Observação: A Eletronuclear não realiza contratação de mão de obra através de empresa interposta, tendo nesse sentido, firmado um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho em 27/04/2007, o qual foi integralmente cumprido. Todas as contratações têm como objeto a execução de serviços, ficando toda e qualquer administração de mão de obra a cargo do contratado.</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Quadro A.5.9 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

“A empresa não contrata locação de mão de obra”.

Quadro A.5.10 – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

“A empresa não contrata locação de mão de obra”.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Quadro A.5.11 – Indicadores sobre Recursos Humanos

Número total de empregados (incluídos os Diretores não funcionários)	2.536
até 30 anos de idade (%)	14,55%
idade entre 31 e 40 anos / (%)	24,92%
idade entre 41 e 50 anos / (%)	19,52%
idade superior a 50 anos / (%)	40,93%
Número de mulheres em relação ao total de empregados / (%)	18,57%
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	8,70%
Empregadas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados (%)	3,67%
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	18,73%
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	4,42%
Empregados portadores de deficiência	17

6. PARTE A, ITEM6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

6.1 Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2010

Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2010

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR									
CNPJ: 42.540.211/0001-67					UG/GESTÃO: ARS.P				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até Exercício	Início	Fim	
1	ARS.P-007/08	33641663000144	200.000	-	-	18.667	15/10/08	14/04/10	1
1	ARS.P-008/08	72060999000175	150.000	-	108.392	41.607	05/02/09	04/02/11	1
1	GAR.A 695/08	42498717000155	2.090.000	-	-	-	23/03/09	22/03/12	1
1	ARS.P-001/09	51.824.241000196	345.680	-	162.303	114.240	30/03/09	29/03/11	1
1	ARS.P-002/09	29.933.85000160	2.309.968	-	378.185	-	11/02/10	10/02/14	1
1	ARS.0-003/09	33370115000127 (*1)	-	-	-	-	25/11/09	24/11/14	1
1	ARS.P-005/09	42498659000160 02395530000101 (*2)	16.180.987	-	3.496.798	-	18/11/09	17/01/14	1
1	ARS.P-001/10	29172467000109	31.700.000	-	3.316.375	-	19/02/10	18/06/11	1
1	ARS.P-002/10	33621319000193	656.317	-	338.255	-	24/03/10	23/03/11	1
1	ARS.P-CV-004/10	29051216000168	223.650	-	223.650	-	9/6/2010	08/02/11	1
1	ARS.P-CV-005/10	29051216000168	206.610	-	-	-	01/07/10	31/01/12	1
1	ARS.P-CV-006/10	07367088000123	3.084.802	270.200	400.643	-	01/07/10	30/06/14	1
1	ARS.P-CV-007/10	40254401000192	2.250.000	-	225.000	-	01/07/10	30/06/14	1

1	ARS.P-CV-008/10	29172467000109 28503308000179 (*3)	3.200.000	-	-	-	01/12/10	28/02/13	1
1	ARS.P-CV-010/10	29051216000168	444.000,	-	-	-	19/01/11	18/07/11	1
4	ARS.P-PI-002/09	13031547000104	SEM VALOR	-	-	-	05/03/10	04/03/15	-
4	ARS.P-PI-003/09	7405360000134	1.000.000	-	-	-	19/04/10	18/04/15	-
4	S/N	06977747000261	3.319.564	1.280.000	-	-	30/07/10	29/07/12	-
4	S/N	10246869000174	1.434.410	603.000	-	-	27/08/10	26/05/11	-
5*	S/N	29172467000109	150.444.000	-	-	-	05/10/09	01/06/10	-
5*	S/N	29172475000147	46.401.320	-	-	-	19/02/10	(*5)	-
5*	S/N	29051216000168	14.397.935	-	-	-	18/02/10	(*5)	-
1	DT/EMGEPRO N-001/09	27.816.487/0002-12	39.100	39.100	39.100	39.100	28/01/10	28/05/10	4
1	DT/FPATRIA-002/08	71.558.068/0001-39	501.075	501.075	200.000	501.075	27/06/08	27/06/10	4

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P

Diretoria Técnica – DT

(*1) Convênio sem repasse de valores

(*2) Convênio firmado com o CNPJ 42498659000160, tendo como o executor o CNPJ 2395530000101, que recebe a transferência de valores

(*3) Convênio firmado com o CNPJ 29172467000109, tendo como executor o CNPJ 28503308000179. Os valores são transferidos para o executor

(*4) Os Termos de Cooperação e os Termos de Compromisso não terão valores repassados aos beneficiários, tendo em vista que serão firmados convênios específicos para cada uma das atividades acordadas nos mesmos

(*5) O fim da vigência será a data de concessão da licença de operação da Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, por parte do IBAMA

6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos Exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR						
CNPJ: 42.540.211/0001-67				UG/GESTÃO: ARS.P		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00) (*1)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	15	5	9	5.175.614	4.261.125	8.968.113
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	4	-	-	(*2)
Termo de Compromisso	-	1	2	-	(*2)	(*2)
Totais	15	6	15	5.175.614	4.261.125	8.968.113

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P
Diretoria Técnica – DT

(*1) Valores totais desembolsados por ano, inclusive de convênios firmados anteriormente a 2008

Valores desembolsados referentes aos convênios firmados a partir de 2008 (16 convênios):

Ano de 2008 = 441.340,17

Ano de 2009 = 155.847,99

Ano de 2010 = 8.649.604,50

(*2) Não há repasse para os Termos de Cooperação e de Compromisso (vide quadro anterior)

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.					
CNPJ: 42.540.211/0001			UG/GESTÃO: ARS.P		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	13	60.752.016	8.649.604	22.488.913	14,24
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	5	5.753.975	(*)	(*)	-
Termo de Compromisso	3	211.243.255	(*)	(*)	-
Totais	21	277.748.246	8.649.604	22.488.913	14,24

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P

(*) Não há repasse para os Termos de Cooperação e de Compromisso (vide quadro anterior)

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre transferências Concedidas pela Eletrobras Eletronuclear na Modalidade de Convênios e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente					
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.					
CNPJ: 42.540.211/0001			UG/GESTÃO: ARS.P		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		34	-
		Montante Repassado		8.729.013	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	0	-	-
			0	-	-
		Contas NÃO prestadas	0	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade		17	-
		Montante Repassado (R\$)		2.817.924	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	-
		Montante Repassado (R\$)		0	-
2008	Contas prestadas	Quantidade		43	-
		Montante Repassado (R\$)		3.960.535	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	-
		Montante Repassado (R\$)		0	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	-
		Montante Repassado (R\$)		16.293	-

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P

6.1.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de repasse
Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.						
CNPJ: 42.540.211/0001			UG/GESTÃO: ARS.P			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas			34	-	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		1	-	
		Montante repassado (R\$)		163.271	-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	-
			Quantidade Reprovada		0	-
			Quantidade de TCE		0	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	-
Montante repassado (R\$)			0	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			17	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		17	-	
		Quantidade Reprovada		0	-	
		Quantidade de TCE		0	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	-	
Montante repassado (R\$)		0	-			
2008	Quantidade de contas prestadas			43	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		43	-	
		Quantidade Reprovada		0	-	
		Quantidade de TCE		0	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	-	
Montante repassado		0	-			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	-	
		Montante repassado		0	-	

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P

6.2 Análise Crítica

Os instrumentos de Convênios são fundamentais para a Eletrobras Eletronuclear, pois é através deles que a empresa realiza as ações determinadas pelas condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento.

Anualmente é feito um orçamento referente aos dispêndios previstos para os Convênios, tanto para o ano seguinte, quanto para os demais, conforme estabelecido em cada instrumento. O repasse é feito através de depósito na conta corrente única do Convênio, conforme consta no Plano de Trabalho.

Para cada convênio é nomeado formalmente um gestor, que é responsável pela administração e pela análise da prestação de contas. Periodicamente, nos períodos previstos no Plano de Trabalho, é feita a fiscalização *in loco*, para verificar se as etapas previstas no Cronograma de Execução foram executadas. Este Fiscal emite um relatório descritivo e/ou fotográfico, dependendo do objeto do convênio, relatando o que foi observado durante a fiscalização. Esses instrumentos de gestão têm se mostrado eficazes e adequados, tendo a empresa uma área para sua gestão.

Em caso de inadimplência é emitida correspondência para o conveniado solicitando a regularização dos valores devidos e não liberação das parcelas ainda não pagas.

Da análise do quadro A.6.4 depreende-se que a evolução dos dispêndios é compatível com as atividades da empresa. Observe-se que o aumento expressivo verificado no ano de 2010 principalmente às obrigações decorrentes das condicionantes da licença de Angra 3 e à ampliação do Plano de Emergência da Central.

Todas as prestações de contas estão em conformidade, e realizadas dentro do prazo regulamentar.

7 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SINCOV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

“Não se aplica à natureza da UJ”

8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

DECLARAÇÃO

Declaramos que a Eletrobras Eletronuclear mantém as declarações de bens e rendas dos seus gestores em arquivo, em envelopes lacrados, estando em dia com a exigência de apresentação da Declaração de Bens e Rendas na Forma da Lei nº 8.730, de 10/11/1993 e a Portaria Interministerial MP/CGU nº298 de 06/09/2007.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011.

RONALDO TEIXEIRA BUFFA
Superintendente de Recursos Humanos

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ
QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais:</p> <p>O Projeto de Gestão Integrada de Riscos teve início na Eletrobras no primeiro trimestre de 2010 com a contratação de consultoria especializada. Foram ministrados cursos de nivelamento conceitual, seminários e reuniões envolvendo representantes das áreas de risco de todas as empresas Eletrobras. Em janeiro/10 foram designados os componentes do Comitê de Riscos da Eletrobras Eletronuclear (criado um mês antes), sendo um representante de cada diretoria. Em junho/10 foi criada a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles (GRC.G) subordinada à Superintendência de Planejamento (SP.G) na Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente (DG). Esta estrutura tem o objetivo de facilitar a implantação da gestão integrada de riscos em todas as áreas da Eletrobras Eletronuclear, considerando o estudo dos riscos, seus impactos, níveis de exposição, a vulnerabilidade da empresa com relação ao seu ambiente de controles internos e os planos de ação a serem elaborados para mitigação dos riscos. Foi feito por consultoria especializada, um amplo levantamento de todos os riscos das empresas, com o objetivo de se elaborar a Matriz de Riscos das empresas do sistema Eletrobras. Este levantamento consistiu de visitas às diferentes áreas e entrevistas com a alta direção das empresas. Na primeira fase foi feito um projeto piloto com o estudo de 5 riscos, já concluído. Agora nesta segunda fase, serão estudados mais 4 riscos operacionais. Embora a Eletronuclear já esteja tratando seus riscos corporativos e operacionais em conformidade com as normas internacionais de segurança nuclear, a visão deste projeto é promover a integração e o alinhamento das práticas hoje existentes para todas as empresas do sistema.</p> <p>O ambiente de controles internos da empresa é monitorado pela auditoria interna, por auditoria externa no período de testes para a certificação SOX, e pela Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles. Para as deficiências de controles encontradas, são elaborados pelos gestores responsáveis, planos de ação para eliminação destas não conformidades.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Gerência de Gestão de Riscos e de Conformidades de Controles – GRC.G

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A empresa utiliza há anos lâmpadas econômicas					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Campanhas com folders, adesivos, palestras, etc					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
<i>Considerações Gerais:</i> A empresa processa as suas aquisições com base em especificações técnicas geradas pelas unidades requisitantes. Os processos estão regulados por uma legislação específica onde não é contemplada a questão da sustentabilidade ambiental, tendo inclusive o TCU nos proibido de exigir certificações ISO em nossos editais (Decisão 1.526/02-TCU-Plenário de 06/11/2002), sob alegação de que tal exigência restringiria a competitividade do certame, violando as disposições do Inc. I, § 1º, Art. 3º da Lei 8666/93.					
LEGENDA <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte GPL.G com base em dados das área de aquisições, de sustentabilidade e de meio ambiente

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

“Não se aplica à natureza da jurídica da UJ”

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		x			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Quantitativos: Servidores = 87 Terceirizados = 21				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			x		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		x			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Percentual de participação 30%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		x			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais:					
“Sem comentários”					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: Gerência de Infraestrutura de Tecnologia da Informação – GIN.G

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

“Não se aplica à natureza da UJ”

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

A Eletrobras Eletronuclear está habilitada aos benefícios do regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI para a construção de Angra 3. Ao final de 2010 a Construtora Andrade Gutierrez (CNPJ 17.262.213/0001-94) foi incluída neste regime na qualidade de empresa co-habilitada. Os procedimentos para controle do usufruto deste benefício estão atualmente em estruturação.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

15.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	008.968/2007-0	1.884/2007- TCU Plenário	9.1	Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Relatório de Auditoria - Fiscobras 2007.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.1. Determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. que adote medidas com o objetivo de aperfeiçoar seus controles internos de forma a evitar a prestação incompleta e/ou incorreta de informações, em vista do disposto nos arts. 42 e 87 da Lei 8.443/92, c/c o art. 208 do Regimento Interno - TCU, o que poderá implicar na aplicação ao responsável do previsto no inciso IV do art. 58 da referida lei.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Planejamento – SP.G, Gerência de Acompanhamento - GAC.G, Superintendência de Aquisição e Controle Contratual – SA.A e Superintendência de Gestão Empresarial – SG.G.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Determinação acatada pela Eletrobras Eletronuclear, através da implantação do sistema de acompanhamento de contratos conforme estabelecido na Circular Geral – CGE 070/09 de 12/11/2009. A Superintendência de Gestão Empresarial providenciará para que os testes do sistema sejam completados até o final do mês de novembro, ocasião em que deverão também estar disponibilizadas instruções para sua operação. A Superintendência de Aquisição e Controle Contratual providenciará para que as pessoas responsáveis pela operação do sistema sejam treinadas durante o mês de dezembro, ficando sua implementação prevista para ser feita a partir de 1º de janeiro de 2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Um melhor acompanhamento/controle dos contratos da Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O processo foi encerrado sem que tenha havido problemas na implantação das ações.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS E TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	009.465/2010-3	842/2010 - Plenário	9.4	Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Representação					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.4. determinar à Eletronuclear que, em novas licitações, observe o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e o art. 30, § 5º, da Lei nº 8.666/93, deixando de fazer exigências dispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, em especial a de comprovação de atividade em local específico para a qualificação técnica do licitante, que restringe a competitividade do certame e fere a sua isonomia;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Aquisição e Controle Contratual – S.A, Gerência de Contratação de Serviços – GCS.A, Gerência de Materiais – GCM.A, Gerência de Controle Contratual – GCO.A, e Gerência de Aquisições Angra- GAA.A e Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos- SG.T e Gerência de Administração Contratual- GAC.T					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear tomou ciência da recomendação.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Eletrobras Eletronuclear deixou de fazer estas exigências nos processos licitatórios					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Processo arquivado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	003.111/2010-5	843/2010-Plenário	-	-	
Assunto objeto da deliberação:					
Representação					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ouvidoria do Tribunal de Contas da União - TCU					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência à Ouvidoria do Tribunal de Contas da União com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Não Aplicável					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Não houve determinação de providências.					
Síntese dos resultados obtidos					
Processo arquivado, sem necessidade de manifestação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Processo arquivado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	003.110/2010-9	1.680/2010 – Plenário	-	-	
Assunto objeto da deliberação:					
Representação					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
9º Secretaria de Controle Externo/RJ					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao interessado e à unidade jurisdicionada com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Não Aplicável	Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Não houve determinação de providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Processo arquivado, sem necessidade de manifestação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Processo arquivado.	

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	019.254/2009-0	2.486/2010 – 1ª Câmara	1.5.2	Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Prestação de Contas – Exercício 2008					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria Geral da União - CGU					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
1.5.2. à CGU que acompanhe, nas próximas contas, o Convênio a ser firmado entre a Eletronuclear e o Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua Secretaria de Estado da Educação, cujo objeto inclui o desenvolvimento e a otimização das atividades educacionais nas instituições de ensino médio e fundamental, instaladas nas vilas residenciais para atender as comunidades das regiões vizinhas à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS. P					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear e a Secretaria de Estado de Educação - RJ firmaram em 18 de novembro de 2009 o Convênio ARS. P n.º 005/2009 com o objetivo de desenvolver e otimizar as atividades educacionais nas instituições de ensino médio e fundamental, instaladas nas vilas residenciais para atender as comunidades das regiões vizinhas à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Eletrobras Eletronuclear já atendeu totalmente ao item 1.5.2.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Processo arquivado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	000.591/2010-6	3.747/2010 – 1ª Câmara	9.1	Conhecer	
Assunto objeto da deliberação:					
Representação					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não Aplicável					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Não houve determinação de providências.					
Síntese dos resultados obtidos					
Processo arquivado, sem necessidade de manifestação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Processo arquivado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	018.241/2008-0	1.901/2010 - Plenário	9.1 e 9.2	Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Relatório de Monitoramento					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.1. determinar à Eletronuclear, com fundamento no art. Da Lei 8.443/92, a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da Lei, mediante a cessação de transferências de recursos financeiros à Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas e Eletronuclear – CAEFE ante a infração ao art. 1º do decreto 99.509/1990;					
9.2. determinar à Eletronuclear que providencie, caso ainda não o tenha feito, o retorno do empregado cedido à CAEFE, adotando as medidas cabíveis para que a CAEFE restitua aos cofres públicos os valores dos salários correspondentes ao período da cessão ocorrida sem amparo Legal.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças - DA					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já atendeu totalmente o item 9.1 suspendendo os repasses de recursos públicos à CAEFE. Quanto ao item 9.2, a Eletrobras Eletronuclear providenciou o retorno do empregado cedido à CAEFE em 17/08/2009 e conforme a carta DA -103/10 de 20/10/10 notificou a CAEFE para que a mesma efetue, administrativamente, o ressarcimento dos dispêndios efetuados pela Eletrobras Eletronuclear relativos aos valores dos salários correspondentes ao período da cessão.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Eletrobras Eletronuclear já atendeu totalmente aos itens 9.1 e 9.2.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Processo arquivado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	007.452/2010-1	2.143/2010 – Plenário	9.1	Recomendação	
Assunto objeto da deliberação:					
Relatório de Levantamento de Auditoria					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.1. Recomendar a Eletrobrás Termonuclear S/A que empregue os recursos e esforços necessários para mitigar ao máximo os efeitos indesejáveis das etapas cumpridas de forma intempestiva;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG. T					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear tomou ciência da recomendação.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Eletrobras Eletronuclear vem empregando recursos e esforços no sentido de mitigar os efeitos indesejáveis das etapas cumpridas de forma intempestiva.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Processo em andamento.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:			Código SIORG		
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica		
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	007.635/2009-4	2.593/2010 – Plenário	9.1,9.2 e 9.3	Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Relatório de Levantamento de Auditoria					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG		
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR			Não se aplica		
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. acolher as razões de justificativa prestadas pelas Sras. Maria Timponi Nahid, Carmélia Castanho e Márcia de Brito Meira, e pelos Srs. Carlos Guilherme Martins, Luis Hiroshi Sakamoto, Paulo Cesar da Costa Carneiro, João Carlos da Cunha Bastos, Othon Luiz Pinheiro da Silva, Pedro José Diniz de Figueiredo e José Paulo Franco de Aguiar;</p> <p>9.2 determinar à Segecex que avalie a oportunidade e conveniência de se realizar auditoria para averiguar a conformidade das contratações da Fundação Comitê de Gestão Empresarial – Fundação COGE, ou de entidades assemelhadas, por parte das empresas estatais do setor elétrico, mantenedoras dessa(s) entidade(s), por dispensa ou inexigibilidade de licitação; e</p> <p>9.3 arquivar os presentes autos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Não Aplicável			Não se aplica		
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Não Aplicável					
Síntese dos resultados obtidos					
Processo julgado e arquivado, sem necessidade de manifestação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Processo arquivado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	007.635/2009-4	2.949/2010 – Plenário	9.1 e 9.2	-	
Assunto objeto da deliberação:					
Fiscobras 2009, relativo à substituição do grupo de geradores de vapor da Usina Termonuclear de Angra 1					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.1. nos termos do art.32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do regimento interno/TCU, não conhecer dos presentes embargos de declaração; (FUNCOGE);					
9.2. dar ciência da presente deliberação à recorrente.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não Aplicável					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Não Aplicável					
Síntese dos resultados obtidos					
Processo julgado e arquivado.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Processo arquivado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	021.520/2010-0	7.817/2010 – 1ª Câmara	9.1; 9.1.1; 9.1.2; 9.1.2.1; 9.1.2.2; 9.2; 9.2.1; 9.2.2; 9.2.3; 9.2.4; 9.2.5; 9.3; 9.3.1; 9.3.2; 9.4	Determinação – Recomendação – Alerta	
Assunto objeto da deliberação:					
Auditoria de Conformidade					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. determinar à Eletronuclear que:</p> <p>9.1.1. no prazo de 90 (noventa) dias, componha o relatório de prestação de contas do convênio ARS.P - 006/09, de forma que sejam incluídos os itens exigidos no artigo 58 da Portaria Interministerial nº 127/2008, no que couber, comunicando este Tribunal sobre as medidas adotadas;</p> <p>9.1.2. em conformidade com o art. 51, caput, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008, adote e apresente a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as seguintes providências relativas aos contratos de execução de obras e aparelhamento do Hospital Municipal da Japuíba, no Município de Angra dos Reis/RJ (Convênio ARS.P-001/2010):</p> <p>9.1.2.1. elaboração de cronograma ajustado, de modo que as compras dos bens sejam efetuadas à época de suas instalações;</p> <p>9.1.2.2. acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto;</p> <p>9.2. alertar a Eletronuclear quanto à necessidade de:</p> <p>9.2.1. ao celebrar convênios, formalizar e arquivar adequadamente os respectivos processos, rubricando e numerando sequencialmente todas as folhas, conforme estabelece o § 4º do art. 22 da Lei nº 9.784/1999;</p> <p>9.2.2. exigir dos convenientes que as respectivas prestações de contas dos convênios contenham todos os documentos comprobatórios das despesas realizadas, a fim de atestar o cumprimento de seu objeto e de possibilitar o efetivo controle dos gastos, em obediência ao artigo 58 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008;</p> <p>9.2.3. incluir de forma tempestiva, nos processos administrativos correspondentes, toda a documentação necessária à comprovação da boa e regular execução de seus convênios, em observância ao art. 58 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008;</p>					

9.2.4. compor os processos de convênios, que possuam condicionantes de licenças ambientais impostas pelo Ibama, com a inclusão de parecer técnico circunstanciado da Superintendência de Licenciamento e Meio Ambiente, atestando a adequação dos projetos apresentados às exigências da autarquia ambiental, em conformidade com o disposto no art. 31 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008;

9.2.5. fazer acompanhar as inspeções de vistorias, definidas nos termos de seus convênios, dos correspondentes pareceres técnicos quanto à regularidade dos atos praticados, em consonância com o art. 51 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008;

9.3. recomendar à Eletronuclear que:

9.3.1. envie esforços na adequação da estrutura de pessoal do setor responsável pela celebração e acompanhamento dos convênios decorrentes das condicionantes ambientais estabelecidas para a construção de Angra 3, de modo a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução dos objetos firmados, estudando, inclusive, a possibilidade de capacitar e remanejar empregados de outros setores da empresa para a Assessoria de Responsabilidade Socioambiental (ARS.P), visando a aumentar qualitativa e quantitativamente o contingente de profissionais desta área;

9.3.2. desenvolva em seu sistema de gestão (SAP-R3) módulo que integre as informações do acompanhamento financeiro, já feito pelo sistema, com as informações e dados de execução física e de prestação de contas dos convênios e de outros repasses, de forma a trazer transparência e confiabilidade para esses dados;

9.4. recomendar ao Ibama que, no processo de licenciamento ambiental relativo à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), estipule as condicionantes ambientais com base em critérios objetivos e com detalhamento suficiente, de modo a orientar a Eletronuclear na seleção do projeto mais adequado aos objetivos socioambientais, bem como que sirva de auxílio ao próprio Instituto na avaliação dos benefícios, impactos e boas práticas do processo de licenciamento ambiental, em consonância com a recomendação contida no item 9.2.1 do Acórdão nº 2.212/2009 – TCU - Plenário;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Assessoria de Responsabilidade Social - ARS. P	Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
A Eletrobras Eletronuclear tomou as providências de correção referentes às determinações/alertas/recomendações (itens 9.1; 9.2 e 9.3) e as medidas tomadas junto aos convenentes.	
Síntese dos resultados obtidos	
Um melhor acompanhamento/controlado dos convênios da Eletrobras Eletronuclear	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Melhoria dos controles internos referentes aos Convênios firmados pela Eletrobras Eletronuclear, em especial nas análises das Prestações de Contas dos Convênios.	

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

15.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.15.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendente de Atendimento no Exercício

“Não há Deliberações Pendentes”.

15.3 Recomendações do OCI Atendidas e Pendentes no Exercício

Plano de Providências Permanente da Eletrobras Eletronuclear

Plano de Providências Permanente da Eletrobras Eletronuclear

Exercício 2009

UJ: 910.847

Relatório nº: 245315 - CGU/RJ, de 30/07/2010

2.2 - REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

2.2.1 ASSUNTO - CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

2.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (005)

Fragilidades nos controles internos referentes ao pagamento de adicional de periculosidade, que resultaram em informações desatualizadas para servidores que tiveram sua lotação alterada, bem como na ausência de assinatura de responsáveis nos formulários de concessão.

RECOMENDAÇÃO: 001

Estabeleça procedimento sistemático de levantamento para verificação da lotação dos empregados, realizando a devida atualização da documentação referente à concessão de adicional de insalubridade.

RECOMENDAÇÃO: 002

Proceda à verificação da documentação atinente à concessão do adicional de insalubridade de todos os empregados da empresa, exigindo o aporte da assinatura de todos os agentes necessários, conforme preconizado nas Instruções Normativas internas em vigor.

RECOMENDAÇÃO: 003

Implemente procedimentos de controles internos relacionados ao credenciamento para atividades de risco de modo a estabelecer rotinas de atualização das informações e verificação da adequação das concessões em vigor.

2.2.1.1 Providências a serem Implementadas pelas UO's:

Assunto: Plano Permanente de Providências Exercício 2009

Em resposta às recomendações constantes do relatório nº 245315 - CGU/RJ, de 30/07/2010, seguem as informações da Superintendência de Recursos Humanos – SH.A, conforme correspondência

interna SH.A 187/10, de 19/11/10 (Anexo 1), a respeito das providências tomadas sobre o assunto em questão, como segue:

Recomendação nº 001

Estabeleça procedimento sistemático de levantamento para verificação da lotação dos empregados, realizando a devida atualização da documentação referente à concessão de adicional de periculosidade.

Resposta nº 001

Conforme resposta anterior, através da COI - SH. A -118/10, a Eletrobras Eletronuclear, através da Circular Geral CGE nº 036/09 de 07/08/09, instituiu Comissão para avaliar todas as concessões de adicional de periculosidade, verificando inclusive as lotações atuais dos empregados.

O Relatório Final foi emitido em 25/05/10 com as recomendações e, atualmente está em análise pela Diretoria da Empresa.

2.1.2 Prazo: 30 / 10 /2011

2.1.3. Situação em: 19/ 11 / 2010

Recomendação nº 002

Proceda a verificação da documentação atinente à concessão do adicional de periculosidade de todos os empregados da empresa, exigindo o aporte da assinatura de todos os agentes necessários, conforme preconizado nas Instruções Normativas internas em vigor.

Resposta:

Conforme resposta anterior, através da COI - SH. A - 118/10, a Superintendência de Recursos Humanos da Eletrobras Eletronuclear, encaminhou à sua equipe responsável pelo recebimento dos CAR's e-mail, datado de 01/07/10, com as recomendações da CGU apresentadas preliminarmente na reunião de 30/06/10 com a Eletrobras Eletronuclear. Neste documento solicita analisar todos os CAR's emitidos visando verificar se falta alguma assinatura para atender recomendações da CGU. Como resultado, já foram analisados, até o presente momento 646 CAR's, cujas providências para obtenção das assinaturas faltantes, já estão sendo realizados.

Segue modelo do formulário que está sendo adotado para o referido levantamento.

2.1.2 Prazo: 30 / 10 /2011

2.1.3. Situação em: 19/ 11 / 2010

Recomendação nº 003

Implemente procedimentos de controles internos relacionados ao credenciamento para atividades de risco de modo a estabelecer rotinas de atualização das informações e verificação da adequações das concessões em vigor.

Resposta:

Conforme resposta anterior, através da COI - SH. A-118/10, a Superintendência de Recursos Humanos - SH. A, da Eletrobras Eletronuclear, encaminhou à Superintendência de Coordenação da Operação - SC-O, correspondência interna SH. A -084/10, de 01/07/10, solicitando que todos os CAR's encaminhados, venham devidamente preenchidos pelos responsáveis pela emissão e apuração destes documentos, pois somente assim a SH.A poderá liberá-los para pagamento.

Solicitou ainda que todas as alterações que impliquem na necessidade de emissão de um novo CAR, sejam informadas a SH. A.

2.1.2 Prazo: 30 / 10 /2011

2.1.3. Situação em: 19/ 11 / 2010

4.1.2 ASSUNTO - AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

4.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (022)

Falhas nos controles internos da Eletrobras Eletronuclear que resultaram em inconsistências na prestação de informações à equipe de auditoria, dificultando a formação de opinião, e riscos à gestão da Empresa.

RECOMENDAÇÃO: 001

Efetuar um controle sistemático sobre a qualidade das informações apresentadas pela Eletrobras Eletronuclear, evitando o risco de apresentação aos órgãos de controle e à sociedade de dados inconsistentes na sua prestação de contas anual.

RECOMENDAÇÃO: 002

Adotar as medidas necessárias à adequação imediata dos controles internos acerca das gestões operacional, de recursos humanos, e de suprimento de bens e serviços, de modo a obter informações gerenciais fidedignas que subsidiem a tomada de decisões da Eletrobras Eletronuclear.

4.1.2 Providências a serem Implementadas pelas UO's SA. A/ GCS.A/GCM.A/GCO.A / GAC.T:

Conforme correspondência interna SA.A 099/2010, informamos, no que diz respeito às atividades relacionadas com contratação, foi decidido adotar o sistema de gestão corporativa da empresa (SAP) para gerar as informações requeridas pelos órgãos de controle. Tal medida concederá segurança e confiabilidade às informações prestadas. As modificações necessárias já foram introduzidas no sistema, estando atualmente em fase de teste. A modificação principal será a adoção de numeração centralizada para todos os instrumentos contratuais, fornecida pelo SAP. Todas as informações normalmente solicitadas serão lançadas no sistema e obtidas a partir dessa numeração.

A Superintendência de Gestão Empresarial providenciará para que os testes do sistema sejam completados até o final do mês de novembro, ocasião em que deverão também estar disponibilizadas instruções para sua operação.

A Superintendência de Aquisição e Controle Contratual providenciará para que as pessoas responsáveis pela operação do sistema sejam treinadas durante o mês de dezembro, ficando sua implementação prevista para ser feita a partir de 1º de janeiro de 2011.

Essa nova metodologia de controle não alcançará os instrumentos contratuais homologados antes de 01/01/11, pois implicaria na renumeração dos mesmos. Será, no entanto adotado cuidado especial quando da prestação de informações por ocasião da próxima auditoria para evitar erros, já que abrangerá um período ainda não alcançado pelo novo sistema.

Ainda, visando sanar uma dificuldade identificada pela auditoria, a área de informática da empresa irá analisar uma forma de possibilitar, de forma expedita, a obtenção no SAP da correlação entre os pagamentos efetivados e os respectivos instrumentos contratuais que os amparam.

4.1.2 Prazo: 01 / 01 / 2011

4.1.2. Situação em: 08/ 11 / 2010

A Superintendência de Aquisição e Controle Contratual providenciará para que as pessoas responsáveis pela operação do sistema sejam treinadas durante o mês de dezembro, ficando sua implementação prevista para ser feita a partir de 1º de janeiro de 2011.

4.1.2 Providências a serem Implementada pela SH. A:

Através da COI SH. A – 187/10, de 19/11/10, em resposta as recomendações constantes do relatório nº 245315 - CGU/RJ, de 30/07/2010, seguem as informações a respeito das providências tomadas sobre o assunto em questão:

Resposta a Recomendação: 001

Complementando as informações já fornecidas anteriormente, através da COI - SH. A -118/10, vale ressaltar que o contrato com a consultoria da SAP, responsável pela manutenção do sistema, foi assinado em 14/09/2010, com duração de 2 (dois) anos, e atualmente está na fase de mobilização da equipe. Desta forma a Superintendência de Recursos Humanos, poderá padronizar relatórios, com a ajuda da Consultoria, de forma a melhorar os controles internos.

Adotar as medidas necessárias à adequação imediata dos controles internos acerca das gestões operacionais de Recursos Humanos, e de suprimento de bens e serviços, de modo a obter informações gerenciais fidedignas que subsidiem a tomada de decisões da Eletrobras Eletronuclear.

Resposta a Recomendação 002

Complementando também as informações já fornecidas anteriormente, através da COI - SH. A - 118/10, vale ressaltar que a respeito da contratação da Empresa responsável pela avaliação da gestão da SH. A e sua UO's, foi contratada, através do documento GCC. A/CT-668/2009 cuja data da assinatura é de 13/09/10 e o prazo previsto de execução é de 4 meses. Informo ainda, que a referida consultoria realizou sua primeira reunião de apresentação em 07/10/2010 e iniciou efetivamente seus trabalhos em 13/10/2010, conforme correspondência nº GDC. A - 059/2010, de 30/09/2010.

4.1.2 Prazo: 31/ 03 /2011
4.1.2. Situação em: 19/ 11 / 2010

OUTRAS DEMANDAS DO CGU

NOTA DE AUDITORIA Nº: 245315/01

1. CONSTATAÇÃO:

Entrega de Edital para empresa participante da Tomada de Preços GCC.A/TP-431/08 em data posterior à estabelecida como limite para retirada do Edital e por valor superior ao estabelecido.

FATO:

A Tomada de Preços GCC.A/TP-431/08 foi realizada em 16/04/2009, tendo por objeto a contratação de serviços de engenharia para estabilização da encosta – Berma, na antiga Central de Concreto, localizada em Itaorna, no município de Angra dos Reis.

Em 30/03/2009, foi publicado no D.O.U. o Aviso de Licitação TP n.º GCC.A/TP-432/2008, no qual definiu o prazo até 08/04/2009 para retirada de Edital, pelo valor de R\$ 20,00 (vinte reais).

Consta, no processo analisado, recibo de retirada de Edital por uma empresa interessada, na data de 15/04/2009, pelo valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

Por meio da Solicitação de Auditoria n.º 245315/07, a entidade foi instada a se manifestar sobre o fato apontado. Em resposta, foi informado que:

“O valor e o período da venda do Edital são informados à Gerência de Operações Financeiras – GOF.A, órgão responsável pela tesouraria da Eletronuclear que é local para o pagamento do valor correspondente à aquisição do mesmo. No caso em questão a informação foi transmitida pelo empregado [...] da GCC.A através de e-mail à empregada [...] da GOF.A, em 31/03/2009 (fl.199). Já a distribuição do Edital é feita pela Gerência de Apoio Administrativo – GAD.A, órgão responsável pelo setor de protocolo (recepção e expedição) da Eletronuclear, local onde é feita a retirada do mesmo e o preenchimento do Recibo de Entrega de Edital, contra apresentação do recibo de pagamento obtido na tesouraria. Não obstante o ocorrido ser um fato isolado formalizaremos à GOF.A e à GAD.A a solicitação de que sejam observados rigorosamente o valor e o período permitido de venda dos Editais.”

A justificativa apresentada corrobora com o fato observado, demonstrando fragilidades nos controles internos da empresa.

Ressaltamos, ainda, o exarado pelo Tribunal de Contas da União sobre o assunto, a exemplo do ACÓRDÃO 1607/2008 - Primeira Câmara.

“1.1 determinar à [...] que se abstenha de, em futuras licitações, exigir, para o fornecimento dos editais de licitação, o recolhimento de taxas que extrapolem o valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação, de acordo com o art. 32, § 5º, da Lei nº 8.666/93.”

CONSEQÜÊNCIA(S):

Favorecimento indevido a empresa, desrespeitando o princípio da igualdade de condições entre as licitantes, preconizado no art.3º da Lei n.º 8.666/93.

RECOMENDAÇÃO:

Implemente controles internos efetivos que garantam que sejam observados rigorosamente o valor e o período permitido de retirada venda dos Editais dos processos licitatórios realizados pela Empresa.

Prazo para atendimento: 31/ 08 /2010

NOTA TÉCNICA Nº 2732 de 18/11/2010

A presente Nota Técnica apresenta um sumário das constatações evidenciadas que ensejaram emissão de Notas de Auditoria quando da realização dos trabalhos de auditoria anual de contas 2009 e de monitoramento realizado em 2010, relativos a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

A partir da análise das manifestações apresentadas pelo Presidente da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, registramos, a seguir, o posicionamento quanto ao atendimento das recomendações consignadas nas Notas de Auditorias nº 245315/01, 245315/02 e 253124/01.

II – OCORRÊNCIAS

NOTA DE AUDITORIA Nº: 245315/01:

CONSTATAÇÃO

Nº Constatação: 1

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Entrega de Edital para empresa participante da Tomada de Preços GCC.A/TP-431/08 em data posterior à estabelecida como limite para a retirada do Edital e por valor superior ao estabelecido.

RECOMENDAÇÃO:

Implemente controles internos efetivos que garantam que sejam observados rigorosamente o valor e o período permitido de retirada venda dos Editais dos processos licitatórios realizados pela empresa.

Manifestação do Gestor:

A empresa, por intermédio da correspondência GCC.A.I.568/10, de 25/08/2010, apresentou o seguintes informações:

“(....)

- O valor de R\$ 20,00 estabelecido para venda do Edital nº GCCCA/TP-431/08, foi baseado no seu custo de reprodução, a saber:

-01 (uma) encadernação com capa plástica, espiral, e 71 folhas = R\$8,54

-01 (uma) especificação técnica com 13 folhas = R\$1,30

-02 (dois) desenhos técnicos tamanho A1, medindo 0,5 m²

Quanto ao valor de venda de R\$30,00 no lugar daquele estabelecido de R\$20,00 deveu-se a um erro pontual.

- À empresa Spartacus Comércio e Serviços Ltda que adquiriu o Edital extemporaneamente, em 16/08/2010 enviou fax, cópia em anexo, informando que houve equívoco do seu portador, já que a orientação era aquisição de outro Edital, e na ocasião não tinha interesse em participar daquela licitação, como de fato não o fez.
- Ainda que fosse interesse da empresa em participar da licitação, a mesma estaria impedida de fazê-lo por ter adquirido o Edital na véspera da data estabelecida para entrega da proposta e ter sido estabelecida a “obrigatoriedade” de visita técnica ao local de execução dos serviços em período anterior.

Por outro lado, o art. 4º da Lei nº 8.666/93 permite a qualquer cidadão acompanhar o desenvolvimento da licitação, desde que não interfira de modo perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

O Tribunal de Contas da União- TCU ensina em “Licitações em Contratos – Orientações Básicas”, 3º Edição, pg374, “è permitida a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e a qualquer interessando, a obtenção de cópia autenticada, mediante pagamento dos emolumentos devidos”.

Os Recibos de Entrega de Editais, modelo em anexo, serão disponibilizados à Tesouraria da ELETRONUCLEAR, chancelados e rubricados caracterizando-os como originais, em quantidade correspondente aos exemplares disponibilizados a venda.

Após o pagamento do emolumento estabelecido no Recibo de Entrega de Edital, e até a data limite para venda, o interessado se dirigirá à Expedição da ELETRONUCLEAR localizada na Gerência de Apoio Administrativo – GAD.A para retirada do edital, onde apresentará o Recibo de Entrega de Edital devidamente preenchido.”

Análise da Justificativa:

Revisão (novembro/2010): Considerando as informações supracitadas, consideramos adequadas as medidas adotadas pela ELETROBRAS ELETRONUCLEAR de modo a evitar a ocorrência de erros desta natureza.

Tipo de Comunicação: Recomendação Atendida

NOTA DE AUDITORIA Nº: 245315/02

1. CONSTATAÇÃO:

Ausência de registro no SISAC do ato de admissão de três empregados.

FATO:

Por meio das Solicitações de Auditoria n.ºs 245315/04 e 245315/13, a Eletrobras Eletronuclear apresentou informações referentes à admissão/movimentação de pessoal no exercício de 2009. Assim, foi informado que 105 empregados foram admitidos, sendo 99 por concurso público, um para início de mandato e cinco com base no art.37 da Constituição Federal.

Foi realizada consulta ao sistema SISAC, em 25/05/2010, de modo a verificar o cadastramento dos atos de admissão referentes ao exercício de 2009. Foi constatado que foram cadastradas 88 admissões de empregados pela empresa.

Por meio da Solicitação de Auditoria n.º 245315/14, a Eletrobras Eletronuclear foi instada a apresentar justificativa para a ausência de registro no SISAC de 16 empregados admitidos e não cadastrados.

Em resposta, foi informado que:

“[...] estamos encaminhando a V.Sa. documentação, em anexo, que mostra cadastramento no SISAC dos empregados abaixo.

MATRICULA	NOME	DT_ADMISSAO	OCUPACAO	CPF
50049566	???	6/4/2009	TEC EM ELETROTE	???
50049396	???	2/3/2009	TEC EM ELETROTE	???
50049574	???	6/4/2009	OP. DE NUCLEAR	???

Informamos que os demais empregados abaixo são Art.37, não concursados, e por este motivo não foram cadastrados no SISAC.

MATRICULA	NOME	DT_ADMISSAO	OCUPACAO	CPF
50050491	???	1/7/2009	ASSIST PLENO	???
50050904	???	26/8/2009	ASSIST PLENO	???
50050131	???	5/5/2009	ASSIST SENIOR	???
50050505	???	1/7/2009	ASSIST PLENO	???
50049370	???	12/1/2009	PROC JURIDICO	???
50050246	???	11/5/2009	ASSISTENTE ESPECIALIZADO	???
50049582	???	22/4/2009	ASSIST SENIOR	???
50050483	???	1/6/2009	ASSIST PLENO	???
50049361	???	12/1/2009	ASSIST SENIOR	???
50050840	???	10/8/2009	ASSIST SENIOR	???
50051200	???	4/11/2009	ASSIST PLENO	???
50049400	???	11/3/2009	ASSISTENTE ESPECIALIZADO	???
50050254	???	11/5/2009	ASSISTENTE ESPECIALIZADO	???

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria n.º 245315/14.”

Da análise de todas as informações prestadas, verificamos, inicialmente, que foi retificada a informação sobre a quantidade de empregados admitidos por concurso público, no quantitativo real de 91, e de empregados admitidos com base no Art.37, no quantitativo real de 13 empregados, portanto, não passíveis de registro no SISAC.

A documentação apresentada em atenção à Solicitação de Auditoria n.º 245315/14 consistiu do ‘Relatório Resumo dos Atos Encaminhados’ ao TCU, de 12/05/2009 e de uma ‘Consulta Resultado da Transferência de Atos’, de 17/04/2009, contendo os nomes dos três empregados cujos registros não foram identificados no SISAC por esta equipe de auditoria, sendo dois Técnicos em Eletrotécnica e um Operador Nuclear.

CONSEQUÊNCIA(S): Ausência de cadastramento do ato de admissão referente a três empregados, em desacordo com o preconizado pela IN TCU n.º 55/2007.

RECOMENDAÇÃO :001

Efetue o reenvio dos atos dos três empregados admitidos em 2009 e não registrados no SISAC.

Prazo para atendimento: 31/08/2010

RECOMENDAÇÃO :002

Implemente procedimento de controle interno para validação do encaminhamento dos atos.

Prazo para atendimento: 31/08/2010

NOTA TÉCNICA Nº 2732 de 18/11/2010

A presente Nota Técnica apresenta um sumário das constatações evidenciadas que ensejaram emissão de Notas de Auditorias quando da realização dos trabalhos de auditoria anual de contas referente ao exercício de 2009 e de monitoramento realizado em 2010, relativos a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

A partir da análise das manifestações apresentadas pelo Presidente da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, registramos, a seguir, o posicionamento quanto ao atendimento das recomendações consignadas nas Notas de Auditorias nº 245315/01, 245315/02 e 253124/01.

II – OCORRÊNCIAS

NOTA DE AUDITORIA Nº: 245315/02:

CONSTATAÇÃO

Nº Constatação: 1

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Ausência de registro no SISAC do ato de admissão de três empregados.

RECOMENDAÇÃO:

01. Efetue o reenvio dos atos dos três empregados admitidos em 2009 e não registrados no SISAC.
02. Implemente procedimento de controle interno para validação do encaminhamento dos atos.

Manifestação do Gestor:

Por meio de correspondência GAP.A-329/10, de 25/08/2010 a Empresa apresentou as seguintes informações:

“Anteriormente à nova versão do SISAC, o sistema processava os lançamentos dos empregados admitidos e desligados da empresa através do OFF-LINE instalado no computador do empregado responsável pelo processo. Na nova versão do SISAC, não existem mais os lançamentos no OFF-LINE, visto que as informações são processadas diretamente no site do TCU, e, posteriormente, é feita a transmissão.

PROCEDIMENTO ATUAL.

1º passo: no SAP, dentro de “Relatórios Legais”, o arquivo de envio ao SISAC é gerado e, posteriormente, conferido pelo próprio SAP que só gera a relatório se todas as informações estiverem completas e corretas.

2º passo: o próximo passo é entrar no site do TCU (WWW.sisac.tcu.gov.br) e clicar no “SISACNET”. Após confirmar o login de usuário e senha, deve-se clicar em “Transferir Atos do SISAC” e, então, procurar e anexar o arquivo que o SAP gerou e teclar “enviar”.

Nesta etapa, é necessário imprimir as telas e relatórios para posterior conferência e confirmações de envio. Ir novamente em “Transferir Atos para SISAC” e entrar em arquivo “Consulta Resultados de Transferências”. Digite a chave de segurança que é emitida no envio do arquivo gerado pelo SAP e imprima relatório de comprovação de envio com todos os nomes dos funcionários admitidos e desligados no mês anterior (ex: no mês de julho/2010, foi enviado o arquivo referente ao mês de junho/2010). Após a impressão do relatório, é necessário gerá-lo em PDF, imprimir, salvar e imprimir o detalhamento da transferência.

Vale lembrar que, após o envio, os relatórios não podem ser modificados com informações diferentes daquelas que foram lançadas na época da transmissão.

Recomendação 01: Efetuado recadastramento dos empregados em questão, conforme relatório em anexo.

Recomendação 02: Atendido pelo Procedimento existente, descrito acima.

Análise da Justificativa:

Revisão (novembro/2010): De acordo com a documentação apresentada pela Empresa, constatamos que foi efetuado o reenvio dos atos dos três empregados admitidos em 2009 e não registrados no SISAC. Portanto consideramos a recomendação 01 atendida.

Revisão (novembro/2010): De acordo com as informações prestadas pela ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, consideramos a recomendação 02 atendida, uma vez que foi adotado outro procedimento para validação do encaminhamento dos atos.

Tipo da comunicação: Recomendação atendida

NOTA DE AUDITORIA Nº: 253124/01:

CONSTATAÇÃO

Nº Constatação: 02

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Ausência de informações acerca da baixa execução das Ações Orçamentárias 6508 – Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica e 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra III com 1309 MW (RJ), executada pela ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN.

RECOMENDAÇÃO

Para todas as Ações Orçamentárias cuja execução esteja aquém do planejado, registrar no SIGPLN os motivos desta baixa realização.

Manifestação do Gestor:

Sem manifestação.

Análise da Justificativa:

Revisão (novembro/2010): A Empresa atendeu a recomendação durante o período dos trabalhos concernentes a execução da Ordem de Serviço nº 253124.

Tipo da Comunicação: Recomendação Atendida

NOTA TÉCNICA Nº 2733 de 18/11/2010

A presente Nota Técnica apresenta um sumário das constatações evidenciadas quando da realização dos trabalhos de auditoria anual de contas referente ao exercício de 2008, relativos à ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

A partir da análise das manifestações apresentadas pelo Presidente da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, e dos exames realizados pertinentes às OSs 245315 e 253124, registramos a seguir o posicionamento quanto ao atendimento das recomendações consignadas no Relatório nº 224429.

II – OCORRÊNCIAS

PROGRAMA: 0807 – INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APO

AÇÃO: 4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO

CONSTATAÇÃO

Nº OS: 224429 Nº Constatação: 014

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Existência de funcionários realizando horas extras acima do limite máximo estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e nas normas internas.

Situação que foi evidenciada no(s) município(s): Rio de Janeiro-RJ

RECOMENDAÇÃO:

Nº OS: 224429 – Nº Constatação: 014 – Recomendação: 003

Aprimorar controles internos que permitam o efetivo controle de horas extras realizadas de modo a impedir o desrespeito legislação em vigor e/ou o estabelecimento de habitualidade.

Manifestação do Gestor:

Será disponibilizado por e-mail eletrônico a partir do mês de setembro/09 relatório complementar detalhado com as horas extras e valores realizados para todas as diretorias, de forma que os gestores possam controlar as atividades do empregado.

Análise da Justificativa:

Revisão (novembro/2010): Verificamos, mediante execução da Ordem de Serviço nº 253124, a existência de funcionários realizando horas extras acima do limite mensal de 44 horas, no período de janeiro a junho de 2010. Foi constatado a observância da excepcionalidade prevista no art. 61 do Decreto-Lei nº 5.452 – CLT, uma vez que

ocorreu necessidade imperiosa para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, que foi formalmente caracterizada e documentada. Portanto, consideramos a recomendação atendida. No entanto, continuaremos a efetuar o acompanhamento da realização de horas extras acima do limite legal estabelecido no CLT.

Tipo de Comunicação: Recomendação atendida

Nº OS: 224429 nº Constatação: 007

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Impropriedade na contratação, por inexigibilidade de licitação de empresa de prestação de serviços de manutenção/atualização de software, contemplando: interseção de contratações para o mesmo serviço; aceite de faturas/notas fiscais sem as devidas discriminações dos percentuais de impostos; e ausência dos demonstrativos dos serviços executados pela Contratada.

Situação que foi evidenciada no(s) município(s): Rio de Janeiro – RJ

RECOMENDAÇÃO:

Nº OS: 224429 – Nº Constatação: 007 – Nº Recomendação: 001

Implementar controles de modo a evitar a contratação de serviços já contemplados em outros contratos vigentes, bem como observar o pleno atendimento de todas as cláusulas contratuais quando da realização de atesto e pagamento dos serviços executados.

Manifestação do Gestor:

A Superintendência de Gestão Empresarial – SG.G possui um sistema de controle interno, denominado “SG.G – Processos de Aquisição”, onde são registrados os dados referentes a todas as contratações de itens de informática. O sistema registra tanto a concepção inicial do item como o processo de contratação e, também, o acompanhamento dos serviços à medida de sua execução. O sistema prevê o registro das datas de vigência dos contratos celebrados, de forma a evitar qualquer dúvida sobre o período de prestação dos serviços. O procedimento interno de aquisição de bens e serviços de informática será modificado de forma a assegurar que estas informações sejam corretamente alimentadas no sistema.

Análise da Justificativa:

Revisão (novembro/2010): Executamos a Ordem de Serviço nº 253124 na ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, e não identificamos impropriedades na contratação, por inexigibilidade de licitação, como aquelas apontadas no Relatório de Auditoria nº 224592. Ademais, o Relatório de Auditoria nº 245315 não apontou situações da mesma natureza. Portanto, consideramos a recomendação atendida

Tipo de comunicação: Recomendação Atendida

Nº OS: 224429 Nº Constatação: 011

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Celebração do Convênio nº ARS.P.020/07 junto à Associação intermediando relação precária da Eletronuclear junto à escolas públicas e com desvio de finalidade de parte das despesas apresentadas, no valor de R\$ 74,7 mil.

Situação que foi evidenciada no(s) município(s): Rio de Janeiro – RJ

RECOMENDAÇÃO:

Nº OS: 224429 – Nº Constatação: 011 – Nº Recomendação: 002

Não prorrogar o Convênio nº ARS. P.020/07, tendo em vista o não atendimento dos preceitos legais e constitucionais citados anteriormente, e se for o caso, pactuar instrumento diretamente com o estado do Rio de Janeiro.

Manifestação do Gestor:

O Convênio nº ARS. P.020/07 não será renovado. A nova pactuação será com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, conforme reunião realizada em 16/06/09, na própria Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Análise da Justificativa:

Revisão (novembro/2010): Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 243234/01, recebemos a relação dos convênios vigentes no exercício de 2010. Identificamos que o Convênio nº ARS. P.020/07 não figura nesta listagem, ou seja, este convênio não foi prorrogado. Portanto, consideramos a recomendação atendida

Tipo de comunicação: Recomendação Atendida

Nº OS: 224429 Nº Constatação: 002

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Inconsistência entre informações prestadas pela entidade no que se refere a gastos com pessoal cedido/requisitado.

Situação que foi evidenciada no(s) município(s): Rio de Janeiro – RJ

RECOMENDAÇÃO:

Nº OS: 224429 – Nº Constatação: 002 – Nº Recomendação: 001

Aprimorar controles internos quanto aos empregados cedidos e requisitados que evitem a geração de informações inconsistentes.

Manifestação do Gestor:

Relatório com as informações sobre os cedidos e requisitados será emitido mensalmente no modelo encaminhado à CGU, e 28/05/09, por meio da correspondência externa AI.CA – 015/09, da Auditoria Interna. Prazo 01/09/2009

Análise da Justificativa:

Revisão (novembro/2010): Recomendação permanece, uma vez que, segundo o Relatório de Auditoria nº 245315, referente a Contas de 2009, no confronto das informações prestadas pela empresa durante os trabalhos de auditoria de gestão com os dados constantes do Relatório de gestão da Empresa, foi identificadas divergências na informação acerca do quantitativo de empregados celetistas e de requisitados.

Tipo de comunicação: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

Prazo para atendimento da recomendação: 31/12/2010

Status 14/04/10

16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR conta com uma unidade de Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, que executa o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna - PAINT.

As recomendações dessas auditorias são discutidas com os gestores das áreas afetas em reunião de fechamento de Relatórios de Auditorias. O andamento das providências é acompanhado nos relatórios trimestrais da Auditoria Interna, figurando as inconformidades como pendentes até que as recomendações tenham sido plenamente acatadas e dadas como encerradas.

Segue o quadro das recomendações pendentes e o prazo dados pelos gestores para atendimento:

Quadro A.16.1 – Recomendações da Unidade de Controle Interno

Auditoria Interna			Unidade Operacional Gestora	
Relatório (No)	Nome	Número de Recomendações	Prazo de Atendimento	Justificativa
12/2001 de 17/12/01	Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa	3	dez/11	A elaboração e implementação de plano de contingência são dificultadas pelos altos custos dos recursos envolvidos e pelas sucessivas e constantes mudanças tecnológicas do setor de TI. Nos últimos anos foram priorizadas as medidas de mitigação dos principais riscos, como por exemplo estabelecimento de redundâncias e ambientes protegidos. O redimensionamento do efetivo de pessoal da área de TI está sendo discutido pela Diretoria.
01/2003 de 01/08/04	Segurança física e lógica da Rede Corporativa	1	jun/11	A atualização da estrutura de rede corporativa da usina Angra-1 necessita de projeto que está sendo elaborado pela área de engenharia.
03/2003 de 19/11/03	Administração de materiais nos almoxarifados de Angra 2 e 3.	1	dez/10	A Política de Contratação de Seguros está finalizada e será apresentada às Diretorias até final de maio/11.
03/2004 de 15/10/04	Controle físico e financeiro sobre bens patrimoniais da Eletronuclear.	1	dez/10	Objetivando a regularização do terreno alugado a Eletronuclear, a Prefeitura de Angra dos Reis já iniciou o processo de desapropriação dentro do que dispõe e da legislação vigente.
03/2006 de 03/08/06	Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa	9	dez/11	A aquisição dos materiais e serviços necessários à implementação dos projetos de rede estruturais para os diversos locais de Itaorna e regiões vizinhas foi frustrada por restrições de ordem orçamentária e recomendações de ordem legal. As contratações estão sendo reformuladas de forma a contemplar todos os projetos em andamento e demandados.

09/2006 de 30/11/06	Administração de Materiais nos Almoxxarifados do Escritório de Obras – EOB.T	1	dez/10	A Política de Contratação de Seguros está finalizada e será apresentada às Diretorias até final de maio/11.
006/07 de 15/10/08	Avaliação sobre os controles internos dos Bens Patrimoniais	1	dez/10	Considerando que os equipamentos e mobiliários doados a FEAM e a Prefeitura de São Gonçalo já dispunham de valor residual no patrimônio, a Contabilidade finalizou o processo com baixa patrimonial.
08/2008 de 01/10/08	Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa - DG	24	jun/11	A aquisição dos materiais e serviços necessários à implementação dos projetos de rede estruturais para os diversos locais de Itaorna e regiões vizinhas foi frustrada por restrições de ordem orçamentária e recomendações de ordem legal. As contratações estão sendo reformuladas de forma a contemplar todos os projetos em andamento e demandados.
12/2008 de 08/12/08	Segurança dos Sistemas Informatizados em Produção	2	jun/11	O sistema PMA, cuja documentação está desatualizado, está sendo substituído por um novo que atualmente se encontra em fase de definição de escopo. A implementação da necessária segregação de função está na dependência do aumento do quadro de efetivo de pessoal da área de TI, ora em discussão pela Diretoria.
04/2009 de 13/07/2009	Contas a Receber	3	jun/11	Através de aprovação da Diretoria, o processo foi concluído com a baixa total na Contabilidade das pendências ordenadas entre Eletronuclear e Furnas, por meio de encontro de contas entre ambas as empresas. O referido processo continua em tratativas com Furnas objetivando concluir no prazo previsto de junho corrente. Estão sendo mantidos contados com a ELETROBRAS para a conciliação dos valores em aberto, para em seguida fechar a pendência com um Encontro de Contas. Prazo para solução – JULHO/2011. Como a CNEN não se manifesta diante das diversas correspondências (protocoladas) de cobranças dos débitos pendentes, o assunto está sendo encaminhado a Procuradoria Jurídica – P.J.P, para estudo de medidas judiciais cabíveis.
07/2009 de 11/08/09	Bens Patrimoniais	3	jun/11	Os procedimentos de transferência de bens patrimoniais estão sendo ajustados à atual estrutura da área de TI.
10/2009 de 24/11/08	Assistência e Benefícios	1	jun/11	Tendo em vista que o sistema atual não prevê a funcionalidade necessária, a mesma será desenvolvida no âmbito da solução SAP.
12/2009 de 07/12/10	Contabilidade Sistema CCN	3	dez/11	O desenvolvimento do novo sistema CCN está sendo contratado pela Diretoria Técnica.

02/2010 de 31/03/10	Recursos Humanos - Folha de Pagamento/ Encargos.	2	jun/11	A implantação do PCR está em curso devendo portanto ser mantido o prazo de conclusão para maio/11.
				O sistema está em manutenção pela área de TI sendo mantido o prazo de jun/11.
05/2010 de 18/08/10	Caixa, Bancos e Contas a Pagar	1	nov/11	Objetivando a finalização dos processos de importação de materiais pendentes, os processos dos fornecedores Dr.Thiedig+CO e URACA foram baixados em março/11. O material do fornecedor CCI está em processo de desembaraço alfandegário para posterior baixa.
06/2010 de 08/09/10	Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa na Sede e em Angra	25	dez/11	A aquisição dos materiais e serviços necessários à implementação dos projetos relativos à segurança da rede corporativa vem sendo frustrada por restrições de ordem orçamentária e dificuldades nos processos licitatórios. As contratações estão sendo reformuladas de forma a contemplar todos os projetos em andamento e demandados.
				Em análise o Termo de Sigilo, Proteção e Confidencialidade em conjunto com a Procuradoria Jurídica.
				O treinamento foi realizado em abril/11, nos dias 13 e 14, ficando algumas turmas para jun/11.
07/2010 de 06/12/10	Segurança Lógica do Sistema SAP ECC	4	jul/11	A atualização do Manual de Organização, contemplando os ajustes recomendados, está em análise pela DE.
08/2010 de 08/12/10	Suprimentos de Materiais	5	abr/11	Atendendo a recomendação de aplicação do diferencial de Alíquota de ICMS, em 01/04/11, foi solicitada à Procuradoria Jurídica a inclusão imediata nos editais de pregão eletrônico de prazo que atenda a incidência do diferencial de alíquota - DIFAL.
09/2010 de 07/12/10	Contratação de Serviços	6	jan/11	A melhoria no processo de verificação das contratações quanto ao objeto social foi efetuada para atender à recomendação.
				A melhoria no processo de verificação quanto a documentação solicitada nos editais foi efetuada para atender à recomendação.
				A cláusula de nomeação de um preposto por parte da contratada já consta das minutas de contrato emitidas pelo Sistema de Instrumento Jurídico da Procuradoria Jurídica.
				Os Instrumentos contratuais passaram a ter a evidência da chancela da Procuradoria Jurídica.
				Os compradores responsáveis pelos processos de aquisição de material foram orientados a obter, no caso de compras de pequeno vulto, no mínimo duas propostas ou justificar a proposta única.
Os contratos para os quais foram apontadas falta análise de cauções foram encerrados.				

Fonte: Justificativas apresentadas pelas unidades organizacionais gestoras dos processos com pendências de Auditorias.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

“Nada há acrescentar ao que vai aqui relatado”

B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

18. Informações Contábeis

18.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

“Não se aplica a natureza da UJ”

18.2 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64

“Não se aplica a natureza da UJ”

18.3 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76

“Vide Anexo1”

19. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
19.1 Composição Acionária do Capital Social
Quadro B.4.1 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR				
Ações Ordinárias - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A -ELETROBRAS	99,4094819%	99,4094819%	99,9258129%
	DAEE - DEPTº ÁGUAS ENERGIA ESTADO DE SP	0,2738568%	0,2738568%	0,0619532%
Não Governamental	Free-Float			
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas	-	-	0,0122306%
	OUTROS	0,0000071%	0,0000071%	0,0000012%
	Ações em Tesouraria	0,3166542%	0,3166542%	0,0000021%
Total		100,0000000%	100,0000000%	100,0000000%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A -ELETROBRAS	99,9258129%	99,9258129%	99,4094819%
	DAEE - DEPTº ÁGUAS ENERGIA ESTADO DE SP	0,0619532%	0,0619532%	0,2738568%
Não Governamental	Free-Float			
	Capital Estrangeiro			
	OUTROS	0,0000021%	0,0000021%	0,1870854%
	Ações em Tesouraria	0,0122318%	0,0122318%	0,0000071%
	Pessoas Físicas	-	-	0,1295686%
	Capital Estrangeiro			
Total		100,0000000%	100,0000000%	100,0000000%

Notas:

(1) Ações Ordinárias - %

Outros:

- Associação dos Aposentados de Furnas = 0,0000012 %

(2) Ações Preferenciais - %

Outros:

- Light Serviços de Eletricidade S.A = 0,1870812%

- Associação dos Aposentados de Furnas = 0,0000042%

Total = 0,1870854%

19.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Quadro B.4.2 – Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

“A Eletronuclear não detém participações em outras sociedades”

C. PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

20 ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

20.1 Remuneração paga aos Administradores

Quadro C.12.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Josias Matos de Araújo	-	-	2.653	2.653	2.653	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	5.572	35.821
Miriam Maria Miranda	-	-	2.653	2.653	2.653	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	5.572	35.821
Miguel Colasuonno	-	-	2.653	2.653	2.653	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	5.572	35.821
Antonio Carlos Gomes Lima	-	-	2.653	2.653	2.653	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	5.572	35.821
Eduardo de Carolis	-	-	2.653	2.653	2.653	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	5.572	35.821
Othon Luiz Pinheiro da Silva	-	-	2.653	2.653	2.653	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	5.572	35.821

Valores em R\$1,00

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Antonio Carlos R. de B. Mello (T)	-	-	2.653	2.653	2.653	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	5.572	35.821
Luiz Augusto P. de A. Figueira (T)	-	-	2.653	2.653	2.653	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	5.572	35.821
Quenio Cerqueira de França (T)	1/5/2010	-	-	-	-	-	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	4.644	24.146
Ruy Takeo Takahashi (T)	14/8/2006	30/4/2010	2.653	2.653	2.653	3.715	-	-	-	-	-	-	-	-	11.675

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Quadro C.12.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$1,00

Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros: 05	-	-	-
I - Remuneração Fixa	1.621.427	1.710.999	1.808.569
II - Remuneração Variável	290.359	368.379	290.791
III - Total da Remuneração (I + II)	1.911.786	2.079.378	2.099.360
IV - Benefícios pós - emprego	-	-	-
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI - Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração			
Remuneração dos Conselheiros	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros: 06	-	-	-
Honorários	195.288	204.465	214.928

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Valores em R\$1,00

Conselho Fiscal			
Remuneração dos Conselheiros	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros: 03	-	-	-
Honorários	97.982	102.433	107.464

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Quadro C.12.3 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$1,00

Diretoria Estatutária			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2008	2009	2010
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	167.385	186.712	142.739
III - Total da Remuneração (I + II)	167.385	186.712	142.739

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2008	2009	2010
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	0	0	0
III - Total da Remuneração (I + II)	0	0	0

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Valores em R\$1,00

Conselho Fiscal			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2008	2009	2010
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	0	0	0
III - Total da Remuneração (I + II)	0	0	0

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

21. PARTE C, DO ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 17, DE 27/10/2010.

21.1 Contratação de Consultores na Modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de Cooperação técnica com organismos internacionais

“Não ocorreu no exercício 2010”

22 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

22.1 Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

a) Nome

- Fundação Real Grandeza – FRG
- NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social
- Razão Social
- Fundação Real Grandeza
- Instituto de Seguridade

b) CNPJ

- FRG – CNPJ 34269803/0001-68
- NUCLEOS – CNPJ 30022727/0001-30

c) Demonstrativo Anual, contendo:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;
2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;
3. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;
4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;

“Vide quadro a seguir”

Mês	Patrocinadora				Participantes		Total (R\$)
	Nucleos		FRG		Nucleos	FRG	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor			
Janeiro	1.345	885.973,98	758	1.048.950,79	453.775,24	649.009,34	3.037.709,35
Fevereiro	1.343	823.431,43	756	967.674,50	435.389,58	600.205,50	2.826.701,01
Março	1.343	789.870,10	756	929.887,15	413.169,79	578.485,22	2.711.412,26
Abril	1.343	777.741,48	755	899.575,55	412.157,32	558.136,69	2.647.611,04
Maió	1.345	828.839,13	753	941.059,44	442.213,69	581.685,35	2.793.797,61
Junho	1.404	811.255,17	753	934.874,65	421.208,87	583.006,22	2.750.344,91
Julho	1.413	822.765,79	751	933.825,37	424.961,85	578.979,73	2.760.532,74
Agosto	1.437	1.105.528,43	751	1.271.099,88	564.641,67	793.906,84	3.735.176,82
Setembro	1.435	934.104,98	749	1.052.006,85	495.418,49	651.979,10	3.133.509,42
Outubro	1.450	884.351,38	749	987.719,11	456.634,05	615.467,80	2.944.172,34
Novembro	1.457	1.263.542,37	749	1.389.623,89	705.468,92	873.210,03	4.321.845,21
13º Salário	1.455	1.097.785,47	749	1.044.768,52	710.903,00	652.885,62	3.506.342,61
Dezembro	1.455	927.573,07	749	1.272.576,06	896.957,39	768.561,15	4.310.378,99
Total	-	11.952.762,78	-	13.673.641,76	6.832.899,86	8.485.518,59	40.944.822,99
Valor Total da Patrocinadora				25.626.404,55			
Valor Total dos Participantes				15.318.418,45			

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal - GAPA

5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;
“Sem ocorrência.”
 6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;
“Vide anexos 2 e 3.”
 7. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;
“Vide anexos 2 e 3”
 8. Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;
FRG: Vide anexo 2. Núcleos: Vide anexo 3.
- d) Conclusões contidas no parecer da auditoria independente;
FRG: Vide anexo 2 Núcleos: Vide anexo 3
- e) Conclusões do último estudo atuarial;
FRG: Vide anexo 2 Núcleos: Vide anexo 3

- 22.2. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

No exercício de 2010 a Auditoria Interna da Eletrobras Eletronuclear S/A, realizou auditoria na entidade fechada de previdência complementar Fundação Real Grandeza – FRG, conforme o Relatório de Auditoria nº 003/2010, de 24/05/2010.

Principais constatações e providências

Constatações 001:

Controle inadequado dos saldos vencidos e a vencer dos empréstimos dos participantes

- a) Reexaminar o cadastro de inadimplentes e revisar todos os dados incorretos, a fim de que sejam processados e obtidos relatórios corretos e consistentes (item 2.1.a da Ata de Reunião);
- b) Controlar efetivamente a carteira de empréstimos dos contratos inadimplentes montando os processos de cobrança individualizados por participante, contendo contrato, comprovante(s), cartas emitidas e recebidas (item 2.1.b da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

a) Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que a GRP respondeu através de e-mail, nesta mesma data, que houve um atraso no processo e que as propostas foram recebidas neste mês de novembro apenas. Após a abertura das propostas das empresas participantes pelo grupo interdiretorial, cópia das propostas foi encaminhada para a Consultoria Inteligere para análise.

(b) Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que a GRP respondeu através de e-mail, nesta mesma data, que após a aprovação da política de renegociação de dívidas, a cobrança será realizada em conformidade com a Norma de Cobrança já instituída na REAL GRANDEZA.

Status de implementação: Pendente - Prazo do item a) 31/03/2011
Pendente - Prazo do item b) 31/12/2010

Constatações 002:

Contratos de empréstimos não localizados;

Localizar os contratos e comprovantes de pagamento extraviados e manter toda a documentação em arquivo seqüencial de forma a possibilitar consultas posteriores, inclusive para uso futuro quando da tomada de ações de cobranças junto aos devedores inadimplentes (item 2.2.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que a GRP respondeu através de e-mail, nesta mesma data, que os contratos e notas promissórias serão digitalizados em conformidade com o cronograma da Gerência de Administração e Serviços - GAS. No que tange

aos comprovantes de pagamento e depósitos esclarecemos que a GRP não dispõe desta documentação, pois conforme informado em 01/07/2010, tais documentos são de responsabilidade da GFN. Solicitamos a GFN que nos forneça posicionamento quanto a estas questões.

Status de implementação: Pendente - Prazo 31/12/2010

Constatações 003:

Inexistência de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa referente aos empréstimos com possibilidade de perda

Elaborar e constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa na rubrica operações com participantes, como forma de refletir os valores necessários para cobrir prováveis perdas na carteira de empréstimos (item 2.3.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que a GRP respondeu através de e-mail, nesta mesma data, que a provisão será elaborada pela GCB após a implementação da política de renegociação pela Diretoria, que aguarda os pareceres da Assessoria Jurídica - AJR e Assessoria de Controles Internos - ACI, para aprová-la.

Status de implementação: - Pendente Prazo 31/12/2010

Constatações 004:

Cálculo da Rentabilidade da Carteira de Empréstimos sem considerar a inadimplência;;

Elaborar o cálculo da rentabilidade da carteira de Empréstimos aos Participantes, levando em consideração os débitos não liquidados pelos devedores, como forma de obter uma rentabilidade mais realística da Carteira (item 2.4.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que a DI, através de e-mail datado de 23.09.2010, entende que a explicação dada anteriormente continua vigente, ou seja, com prazo a ser determinado pela área de contabilidade quando esta fizer a provisão para os devedores duvidosos. Portanto, automaticamente o saldo a receber refletirá esta provisão.

Status de implementação: - Pendente Prazo 31/12/2010

Constatações 005:

Falta de providências em relação aos devedores inadimplentes;

- a) Identificar quais são os inadimplentes que tem possibilidade de renegociação e aqueles para os quais a sua dívida deverá ser avaliada pela diretoria da FRG, quanto à possibilidade de sua conversão em perda (item 2.5.a da Ata de Reunião);
- b) Estabelecer regras para renegociação com os inadimplentes com possibilidade de recebimento dos valores dos empréstimos vencidos (item 2.5.b da Ata de Reunião);
- c) Efetivar as novas regras através de aditamento aos contratos de empréstimos (item 2.5.c da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que a GRP respondeu através de e-mail, nesta mesma data, que serão tomadas as devidas providências com relação aos inadimplentes tão logo a política de renegociação seja aprovada e possa ser implementada.

Status de implementação: Pendente - Prazo do item a), b) e c) 30/12/2010

Constatações 006:

Falta de cobrança junto ao avalista como co-responsável pelos contratos de empréstimos em situação de inadimplência;

Acionar o avalista co-responsável, para que responda pelas parcelas em atraso dos empréstimos inadimplentes, nos contratos que exista tal cláusula de garantia (item 2.6.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que a GRP respondeu através de e-mail, nesta mesma data, que serão tomadas as devidas providências com relação aos inadimplentes tão logo a política de renegociação seja aprovada e possa ser implementada

Status de implementação: Pendente - Prazo 30/12/2010

Constatações 007:

Descumprimento da determinação do Conselho Deliberativo de encaminhar os nomes dos inadimplentes ao SPC e SERASA;

Cumprir a determinação do Conselho Deliberativo, registrada na 80ª Ata de Reunião de 24/02/06, no sentido de encaminhar ao Serviço de Proteção ao Crédito – SPC e SERASA o nome dos inadimplentes (item 2.7.a da Ata de Reunião)

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que a GRP respondeu através de e-mail, nesta mesma data, que serão tomadas as devidas providências com relação aos inadimplentes tão logo a política de renegociação seja aprovada e possa ser implementada

Status de implementação: Pendente - Prazo 30/12/2010

Constatações 008:

Inexistência de Provisão para Contingências de Ações Judiciais;

Proceder à avaliação de todos os processos judiciais quanto à possibilidade de perda, de forma a ser elaborada a provisão para contingência de ações judiciais, de forma a atender à determinação do Conselho Fiscal e recomendação da Auditoria Externa (item 3.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que a AJR solicitou dilação do prazo de conclusão do trabalho para 28.02.2011.

Status de implementação: Pendente - Prazo 28.02.2011

Constatações 009:

Celebração de contrato com prazo de vigência indeterminado;

a) Emitir um aditamento aos contratos de prestação de serviços, de custódia e controladoria e o de gestão, estabelecendo um prazo de 24 (vinte e quatro) meses de vigência em cumprimento ao estabelecido no item 4.7 da Norma de Aquisição 400.01, que entrou em vigor 01/12/2009 (item 4.1.a da Ata de Reunião);

b) Elaborar um novo processo licitatório, caso necessária a continuidade dos serviços, consultando as empresas representativas do mercado (item 4.1.b da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através de e-mail de 29.09.2010, encaminhando pelo Auditor Chefe da FRG, foi recebido o aditamento com prazo de vigência de 24 meses.

Status de implementação: Solucionado

Constatações 010:

Falta de atualização de proposta e confirmação do preço de mercado;

Proceder, doravante, à reavaliação das condições de mercado, após decorrido período de tempo que possa gerar alterações nas condições de preço e/ou especificações com relação ao objeto a ser fornecido (item 4.2.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.383.2010 de 30.11.2010, a FRG informou que A DI solicitou, através de e-mail datado de 26.11.2010, a dilação do prazo de conclusão para 31.12.2010.

Status de implementação: Pendente - Prazo 30/12/2010

Constatações 011:

Pagamento de multa por recolhimento do FGTS com atraso;

Proceder a um controle e conferência dos prazos limites de recolhimento do FGTS, como forma de não ocorrer atraso e a consequente aplicação de multa (item 5.1.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.242.2010 de 15/07/2010, a FRG informou que a Diretoria de Administração e Finanças respondeu, através de e-mail datado de 15.07.2010, que os controles relativos ao FGTS existem. O que houve na época foram falhas pontuais, que em função do ocorrido, implicaram na promoção da melhoria de nossos controles para mitigar riscos semelhantes (posição de 15.07.2010).

Status de implementação: Solucionado

Constatações 012:

Pagamento de multa por recolhimento do IRPF com atraso;

a) Proceder a um controle dos prazos limites de recolhimento do IRPF dos assistidos cujo recolhimento seja realizado judicialmente, como forma de não incidir em atraso e a consequente aplicação de multa (item 5.2.a da Ata de Reunião);

b) Proceder a um controle e conferência do valor do IRPF referente a Folha de Empregados, Diretores e Conselheiros, como forma de não gerar pagamento de multas (item 5.2.b da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.242.2010 de 15/07/2010, a FRG informou que a Diretoria de Administração e Finanças respondeu, através de e-mail datado de 15.07.2010, que os controles relativos ao IRPF da Folha de Pagamento dos assistidos existem. O que houve na época foram falhas pontuais, que em função do ocorrido, implicaram na promoção da melhoria de nossos controles para mitigar riscos semelhantes (posição de 15.07.2010).

Status de implementação: Solucionado

Constatações 013:

Pagamento de multa por recolhimento do IOF com atraso;

Exercer rotina de controle e conferência do recolhimento do IOF incidente sobre os empréstimos realizados pelos participantes (item 5.3.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.242.2010 de 15/07/2010, a FRG informou que a Diretoria de Administração e Finanças respondeu, através de e-mail datado de 15.07.2010, que os controles relativos ao IOF existem. O que houve na época foram falhas pontuais, que em função do ocorrido, implicaram na promoção da melhoria de nossos controles para mitigar riscos semelhantes (posição de 15.07.2010).

Status de implementação: Solucionado

Constatações 014:

Identificação de diferença a recolher em Guia da Previdência Social – GPS, competência 12/2004, impedindo a emissão da Certidão Negativa de Débitos - CND;

Exercer rotina de controle e conferência do cálculo do recolhimento da GPS como forma de não incidir em pagamento de multas, bem como a consulta periódica (6 em 6 meses) ao órgão emissor de CND, a fim de verificar a existência de pendências da FRG (item 5.4.c da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.242.2010 de 15/07/2010, a FRG informou que a Diretoria de Administração e Finanças respondeu, através de e-mail datado de 15.07.2010, que os controles relativos ao GPS existem. O que houve na época foram falhas pontuais, que em função do ocorrido, implicaram na promoção da melhoria de nossos controles para mitigar riscos semelhantes (posição de 15.07.2010).

Status de implementação: Solucionado

Constatações 015:

Falta de estimativa de Preço de Mercado na aquisição de micro computadores por Adjudicação Direta;

Instruir doravante todo Parecer Técnico que serve de suporte à Aquisição por Adjudicação Direta, com pelo menos uma Estimativa de Preço formalizada mediante consulta que efetivamente represente o preço praticado pelo Mercado (item 6.1.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.242.2010 de 15/07/2010, a FRG informou que a Diretoria de Administração e Finanças respondeu através da Carta Interna DA.I.018.2010, de 23.09.2010, que em conformidade com a Norma de Aquisição em vigor, não é possível anexar uma estimativa de valor de mercado para todos os Pareceres Técnicos de Aquisição Direta.

Nos casos de exclusividade, onde a empresa contratada detém o direito de uso de determinados produtos, como peças de reposição e softwares, além da garantia de certos equipamentos, obriga a ter contratos firmados com esses fornecedores exclusivos, impossibilitando, assim, que sejam solicitadas estimativas de preço ao mercado.

Nos casos de padronização, normalmente é consultado o mercado apenas para verificar se os preços cobrados estão compatíveis com o mercado.

Nos casos previstos de urgência, dependendo do risco de exposição, a aquisição do bem ou serviço deve ser feito de imediato, segundo orientação da área requisitante, impossibilitando pelo prazo, uma tomada de preço junto ao mercado.

Status de implementação: Solucionado

Constatações 016:

Exigência de pagamento antecipado pelo fornecedor para efetivar o pedido de compra;

Não aceitar cláusula de pagamento antecipado para fornecimento de materiais e equipamentos de linha de fabricação seriada (item 6.2.a da Ata de Reunião);

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.242.2010 de 15/07/2010, a FRG informou que a Diretoria de Administração e Finanças respondeu, através de e-mail datado de 15.07.2010, que a recomendação foi acatada (posição de 15.07.2010).

Status de implementação: Solucionado

Constatações 017:

Processo de contratação com documentação incompleta.

Revisar a rotina de montagem do processo de contratação, incluindo na pasta do mesmo, todos os documentos gerados ao longo do processo, inclusive as Notas Fiscais e numerando as folhas em ordem cronológica (item 6.3.a da Ata de Reunião).

Providências adotadas:

Através da carta DP.E.242.2010 de 15/07/2010, a FRG informou que a Diretoria de Administração e Finanças respondeu, através de e-mail datado de 15.07.2010, que a recomendação foi acatada (posição de 15.07.2010).

Status de implementação: Solucionado

Encerramento

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2011

Othon Luiz Pinheiro da Silva
Diretor – Presidente

ANEXO 1

Demonstrações Contábeis da Eletrobrás Eletronuclear, incluindo Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM			
(em milhares de reais)			
A T I V O	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	79.371	71.389	119.727
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)	176.872	236.472	192.327
Devedores diversos	25.103	30.299	37.021
Estoque (Nota 7)			
- Elementos de combustível nuclear	297.972	324.634	286.903
- Material de almoxarifado	55.984	40.579	36.161
Créditos fiscais	41.436	17.211	40.659
Outros direitos	2.973	3.102	2.570
	<u>679.711</u>	<u>723.686</u>	<u>715.368</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)	91.710	91.710	91.710
Devedores diversos	23.903	-	-
Estoque (Nota 7)			
- Concentrado de urânio	65.179	111.199	104.442
- Elementos de combustível nuclear	392.133	239.771	141.888
- Material de almoxarifado	275.599	267.303	259.213
Serviços em curso - combustível nuclear (Nota 7)	66.645	137.161	214.751
Fundo para descomissionamento (Nota 8)	102.613	66.738	42.477
Depósitos vinculados	32.536	29.830	18.554
Outros direitos	17.021	17.235	16.763
	<u>1.067.339</u>	<u>960.947</u>	<u>889.798</u>
Investimentos	1.265	1.265	1.265
Imobilizado (Nota 10)			
Custo menos depreciação e amortização	6.024.384	5.659.031	5.267.109
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(142)	(659)	(2.245)
	<u>6.024.242</u>	<u>5.658.372</u>	<u>5.264.864</u>
Intangível (Nota 11)	34.170	29.907	25.621
	<u>7.127.016</u>	<u>6.650.491</u>	<u>6.181.548</u>
TOTAL DO ATIVO	7.806.727	7.374.177	6.896.916

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE			
Fornecedores (Nota 12)	186.302	282.015	193.493
Encargos de dívidas - empréstimos e financiamentos (Nota 13)	263	1.734	2.174
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	50.337	68.569	63.661
Tributos e contribuições sociais (Nota 14)	65.289	65.836	53.068
Entidade de previdência privada - dívida (Nota 15)	30.264	26.050	24.656
Dividendos (Nota 20d)	-	27.460	7.201
Participação nos lucros e resultados de empregados (Nota 23)	3.459	13.088	7.200
Obrigações de folha de pagamento	19.913	13.907	14.832
Provisão de férias	61.541	47.961	39.204
Outras obrigações	12.742	9.921	2.905
	430.110	556.541	408.394
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	548.771	3.043.441	2.832.099
Tributos e contribuições sociais (Nota 14)	55.333	71.487	86.403
Entidade de previdência privada - dívida (Nota 15)	53.471	76.809	102.052
Benefícios pós emprego - provisão atuarial (Nota 15)	34.494	63.722	99.803
Passivo para descomissionamento (Nota 16)	375.968	323.326	266.168
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 17)	3.309.744	-	-
Provisão para contingências judiciais (Nota 18)	44.874	49.928	53.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	6.703	54.663	117.459
Outras obrigações	1.019	-	623
	4.430.377	3.683.376	3.557.955
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social (Nota 20a)	3.296.032	3.296.032	3.296.032
Reservas de capital (Nota 20b)	-	903.064	903.064
Reservas de lucros (Nota 20c)	-	123.396	120.641
Prejuízos acumulados	(305.361)	(1.197.067)	(1.302.718)
Dividendo adicional proposto	-	82.381	21.603
Outros resultados abrangentes	(44.431)	(73.546)	(108.055)
	2.946.240	3.134.260	2.930.567
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.806.727	7.374.177	6.896.916

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

	2010	2009
Operações continuadas		
Receita operacional líquida (Nota 27)	1.671.951	1.572.977
Custo do serviço de energia elétrica (Nota 22)	(1.087.187)	(989.864)
Lucro bruto	584.764	583.113
Receitas (despesas) operacionais		
Pessoal	(107.274)	(75.076)
Serviços de terceiros	(53.118)	(39.039)
Depreciação e amortização	(12.696)	(5.155)
Taxa de fiscalização da ANEEL (Nota 25)	(7.885)	(7.520)
Tributos	(2.087)	(6.131)
Provisão atuarial - benefícios pós-emprego	(14.885)	(16.206)
Provisão (reversão) para contingências judiciais	185	3.358
Outras receitas (despesas) operacionais	59	(19.866)
	<u>(197.701)</u>	<u>(165.635)</u>
Lucro operacional	387.063	417.478
Receitas financeiras (Nota 27)	56.155	160.894
Despesas financeiras (Nota 27)	(639.098)	(419.232)
	<u>(195.880)</u>	<u>159.140</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(195.880)	159.140
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	61.126	59.107
	<u>(134.754)</u>	<u>218.247</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(134.754)	218.247

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(em milhares de reais)

	2010	2009
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(134.754)	218.247
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 15)	44.113	52.287
IR e CSLL diferidos sobre ganho atuarial	(14.998)	(17.778)
Outros componentes do resultado abrangente	<u>29.115</u>	<u>34.509</u>
Total do resultado abrangente do exercício	(105.639)	252.756

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	3.296.032	903.064	120.641	57.489	-	-	4.377.226
Dividendo adicional proposto - exercício de 2008	-	-	-	-	-	21.603	21.603
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 2.1 e 15)	-	-	-	-	(163.719)	-	(163.719)
IR e CSLL diferidos sobre perda atuarial	-	-	-	-	55.664	-	55.664
Ajustes acumulados - adoção dos novos CPCs (Nota 2.1)	-	-	-	(1.360.207)	-	-	(1.360.207)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	3.296.032	903.064	120.641	(1.302.718)	(108.055)	21.603	2.930.567
Dividendo adicional proposto - exercício de 2008 aprovado na AGO de 29/04/09 - transferido para passivo circulante	-	-	-	-	-	(21.603)	(21.603)
Destinação do resultado ajustado de exercícios anteriores - dividendo adicional proposto	-	-	-	(57.489)	-	43.117	(14.372)
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 15)	-	-	-	-	52.287	-	52.287
IR e CSLL diferidos sobre ganho atuarial	-	-	-	-	(17.778)	-	(17.778)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	218.247	-	-	218.247
Destinações do lucro do exercício:							
- Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(13.088)	-	-	(13.088)
- Dividendo adicional proposto	-	-	-	(39.264)	-	39.264	-
- Reserva legal	-	-	2.755	(2.755)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	3.296.032	903.064	123.396	(1.197.067)	(73.546)	82.381	3.134.260
Dividendo adicional proposto - exercício de 2009 aprovado na AGO de 30/04/10 - transferido para passivo circulante	-	-	-	-	-	(82.381)	(82.381)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(134.754)	-	-	(134.754)
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 15)	-	-	-	-	44.113	-	44.113
IR e CSLL diferidos sobre ganho atuarial	-	-	-	-	(14.998)	-	(14.998)
Reversão de reservas para absorção de prejuízos acumulados	-	(903.064)	(123.396)	1.026.460	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.296.032	-	-	(305.361)	(44.431)	-	2.946.240

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(195.880)	159.140
Ajustes na conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o caixa gerado		
Depreciação de ativo imobilizado	225.573	204.421
Baixas de imobilizado - valor residual	935	214
Amortização do intangível	6.343	3.339
Consumo de matéria-prima e material do estoque	313.866	280.726
Varição cambial - passivo para descomissionamento	(13.927)	(67.858)
Variações monetárias - empréstimos e financiamentos Eletrobras	174.250	(83.143)
Variações monetárias - dívidas com entidade de previdência privada	7.961	569
Variações monetárias - fornecedores e outras	(10.561)	12.564
Varição monetária - dividendos	9.377	2.071
Encargos - empréstimos e financiamentos Eletrobras	389.839	360.565
Encargos - dívidas com entidade de previdência privada	5.464	6.701
Rendimentos do fundo de descomissionamento	4.263	14.102
Benefícios pós emprego - provisão atuarial	14.885	16.206
Participação nos lucros e resultados	17.959	13.088
Provisão de férias	10.560	6.193
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(23.281)	126
Ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento	19.709	16.996
Outros ajustes	(4.657)	(7.152)
	952.678	938.868
Varição - (acréscimo) e decréscimo - nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias - Furnas	59.600	(44.145)
Estoques	(346.731)	(358.015)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros	(26.057)	23.448
Fundo de descomissionamento	(40.138)	(38.363)
Outras variações nos ativos operacionais	(15.664)	7.440
	(368.990)	(409.635)
Varição - acréscimo e (decréscimo) - nos passivos operacionais		
Fornecedores	(82.277)	77.670
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	(19.225)	(8.756)
Obrigações de folha de pagamento e provisão de férias	9.026	1.639
Participação nos lucros e resultados	4.039	(7.200)
Outras variações nos passivos operacionais	52.182	39.383
	(36.255)	102.736
Recursos provenientes das atividades operacionais	547.433	631.969
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - acréscimo e (decréscimo)		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo - Eletrobras	308.266	143.155
Pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo - Eletrobras	(48.947)	(50.226)
Pagamento de IOF e encargos de dívida - Eletrobras	(106.875)	(163.910)
Pagamento de dívida a entidade de previdência privada	(32.549)	(31.119)
Pagamento aos acionistas	(56.879)	(30.874)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de empréstimo e financiamento	63.016	(132.974)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - acréscimo e (decréscimo)		
Aquisição de ativo imobilizado	(597.166)	(538.914)
Aquisição de ativo intangível	(5.301)	(8.419)
Recursos aplicados nas atividades de investimento	(602.467)	(547.333)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.982	(48.338)
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71.389	119.727
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	79.371	71.389
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.982	(48.338)
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	2010	2009
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de venda de energia e serviços	1.782.720	1.677.069
Receita relativa à construção de ativos - Angra 3	343.084	136.236
Provisão para devedores duvidosos	23.281	(126)
	2.149.085	1.813.179
MENOS:		
INSUMOS		
Serviços de terceiros	391.174	283.594
Materiais	104.006	39.799
Combustível para produção de energia	270.842	241.471
Encargos de uso da rede elétrica	51.095	50.492
Seguros	7.626	6.686
Luz, telefone, água e esgoto	10.950	8.787
Outros custos operacionais	27.414	20.906
	863.107	651.735
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.285.978	1.161.444
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(231.916)	(207.760)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.054.062	953.684
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	56.155	160.894
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.110.217	1.114.578
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	451.348	352.151
Impostos, taxas e contribuições	137.945	117.468
Remuneração de capitais de terceiros		
- Despesas financeiras	629.721	417.161
- Aluguéis	16.765	10.838
- Outras	(185)	(3.358)
Remuneração de capitais próprios		
- Dividendos - atualização monetária	9.377	2.071
- Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(134.754)	218.247
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	1.110.217	1.114.578

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária nº 65 - 2º ao 10º e 12º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep. 20.091-020, têm como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a manutenção das condições para construção da terceira unidade nucleoelétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 10, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Nº DE CLIENTES
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	1
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	1
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97		

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de abril de 2011.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os CPCs pela Companhia. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

A Companhia aplicou os pronunciamentos Técnicos CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações contábeis. Tais normativos contábeis estabelecem exceções obrigatórias e isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. A seguir, detalhamos as isenções e exceções aplicadas pela Companhia.

a) Isenções da aplicação retrospectiva completa – escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(i) Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 2.1 (h).

(ii) Isenção do passivo decorrente da desativação incluídos no custo de ativos imobilizados

A Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares exige que mudanças específicas em um passivo por desativação, restauração ou outro similar sejam adicionadas ou deduzidas do custo do ativo ao qual está relacionado; o valor depreciável ajustado do ativo deve ser então depreciado prospectivamente durante sua vida útil. Os impactos dessa isenção nas demonstrações contábeis da Companhia estão detalhadas na Nota 2.1 (d).

A Companhia optou por essa isenção e não refletiu em suas demonstrações contábeis de mudanças ocorridas nesses passivos antes da data de transição para as CPCs.

Os seguintes procedimentos foram adotados pela Companhia em função do uso dessa exceção:

- (a) mensuração do passivo na data de transição para as CPCs de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25;
- (b) a Companhia estimou o montante que teria sido incluído no custo dos ativos a que dizem respeito, quando se originou o passivo, calculando o valor presente do passivo naquela data pelo uso da melhor estimativa da taxa histórica de desconto ajustada ao risco que poderia ter sido aplicada àquele passivo ao longo desse período; e
- (c) calculou a depreciação acumulada sobre aquele montante, na data de transição para as CPCs, considerando como base a estimativa corrente da vida útil do ativo, usando a política de depreciação adotada pela Companhia de acordo com as CPCs.

As demais isenções opcionais existentes no pronunciamento não se aplicam à Companhia.

b) Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva:

(i) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e CPCs, incluindo os ajustes e reclassificações retroagidos a partir de 1º de janeiro de 2009, estão descritas a seguir:

2.1 – Balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009

Abaixo quadro com a síntese do balanço patrimonial de abertura do exercício de 2009:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2009			
(em milhares de reais)			
A T I V O	BALANÇO DE 31/12/2008 PUBLICADO EM 20/04/10	AJUSTES	BALANÇO EM 01/01/2009
CIRCULANTE	740.024	(24.656)	715.368
Ativo atuarial	24.656	(a) (24.656)	-
Demais circulantes	715.368	-	715.368
NÃO CIRCULANTE	7.585.529	(1.403.981)	6.181.548
Realizável a longo prazo	982.991	(93.193)	889.798
Ativo atuarial	102.052	(a) (102.052)	-
Fundo para descomissionamento	41.860	(b) 617	42.477
Cauções e depósitos vinculados	10.312	(c) 8.242	18.554
Demais realizáveis a longo prazo	828.767	-	828.767
Investimentos	1.265	-	1.265
Imobilizado	6.573.357	(d) (1.308.493)	5.264.864
Intangível	27.916	(d) (2.295)	25.621
TOTAL	8.325.553	(1.428.637)	6.896.916
P A S S I V O E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	BALANÇO DE 31/12/2008 PUBLICADO EM 20/04/10	AJUSTES	BALANÇO EM 01/01/2009
CIRCULANTE	429.997	(21.603)	408.394
Dividendos	28.804	(e) (21.603)	7.201
Demais circulantes	401.193	-	401.193
NÃO CIRCULANTE	3.518.330	39.625	3.557.955
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	151.980	(f) (52.177)	99.803
Provisão para contingências judiciais	45.106	(c) 8.242	53.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.516	(g) 82.943	117.459
Outras obrigações - ajuste carteira fundos	-	(b) 617	617
Demais não circulantes	3.286.728	-	3.286.728
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.377.226	(1.446.659)	2.930.567
Capital social	3.296.032	-	3.296.032
Reservas de capital	903.064	-	903.064
Reservas de lucros	120.641	-	120.641
Prejuízos acumulados	57.489	(1.360.207)	(1.302.718)
Dividendo adicional proposto	-	(e) 21.603	21.603
Outros resultados abrangentes	-	(h) (108.055)	(108.055)
TOTAL	8.325.553	(1.428.637)	6.896.916

Os ajustes efetuados no saldo de abertura (1º de janeiro de 2009) estão descritos detalhadamente a seguir:

- (a) Reversão do ativo atuarial, sendo R\$ 24.656 mil no curto prazo e R\$ 102.052 mil no longo prazo em contrapartida a conta de lucros (prejuízos) acumulados no patrimônio líquido.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33, que trata de benefícios a empregados, os superávits apresentados nos planos de benefício definido somente devem ser registrados quando este puder ser recuperado em sua totalidade por meio de restituições ou reduções em contribuições futuras, com base em termos atuais do plano, adicionalmente no anexo do CPC 33 são descritas as condições de limite de reconhecimento do ativo, sendo essas condições não atendidas nos termos do referido CPC;

- (b) Reclassificação da margem negativa apurada pelo fundo de investimento exclusivo em operações com derivativos (opção de compra de dólar no mercado futuro) no valor de R\$ 617 mil, do ativo para o passivo não circulante;
- (c) Reclassificação de R\$ 8.242 mil de depósitos judiciais atrelados às ações judiciais, cujas perdas se apresentavam em 1º de janeiro de 2009 na condição de provável, que deixa de ser demonstrado no balanço como retificador da conta de provisão para contingências judiciais no passivo não circulante;
- (d) Diversos ajustes no imobilizado no valor total de R\$ 1.308.493 mil e no intangível de R\$ 2.295 mil, cujas contrapartidas estão registradas a conta de lucros (prejuízos) acumulados no patrimônio líquido. Tais ajustes estão assim distribuídos:
- Correção monetária do Imobilizado dos exercícios de 1996 e 1997, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 10 – item 20 e que causaram um incremento total de R\$ 252.246 mil, sendo R\$ 346.611 mil no custo e R\$ 94.365 mil na depreciação acumulada;
 - Baixa de gastos administrativos de Angra 3 em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 e a Orientação Técnica OCPC 5, pois a capitalização de tais gastos no imobilizado era anteriormente permitida pelas regras da ANEEL. Adicionalmente, houve a baixa dos custos financeiros capitalizados durante a paralisação das obras de Angra 3, conforme previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 20, Tais baixas totalizam R\$ 1.287.406 mil;
 - Baixa de gastos administrativos apropriados ao imobilizado e ao intangível, em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo imobilizado e a Orientação Técnica OCPC 5 – Contratos de Concessão, no montante de R\$ 296.946 mil, sendo R\$ 2.295 mil no ativo intangível e R\$ 294.651 mil no imobilizado;
 - Constituição do ativo de R\$ 21.318 mil para fins de atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 27 e da Interpretação Técnica ICPC 12 que trata de mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares. Maiores detalhes encontram-se descritos na Nota 16.a.
- (e) Pra fins de atendimento à Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, a parcela de R\$ 21.603 mil do dividendo de 2008, relativo ao excedente do valor do dividendo mínimo obrigatório, está sendo transferida da conta de dividendo no passivo circulante para a conta de dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido;
- (f) Redução da obrigação pós-emprego no valor de R\$ 52.177 mil em contrapartida a conta de lucros (prejuízos) acumulados para fins de atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a empregados. A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009, sendo que anteriormente era utilizado o método do “corredor”;
- (g) Os efeitos tributários decorrente dos ajustes acima detalhados totalizaram um incremento na conta de Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferido passivo no valor de R\$ 82.943 mil em contrapartida a conta de lucros (prejuízos) acumulados no patrimônio líquido;

- (h) Refere-se as perdas atuariais e aos ajustes resultantes do limite do item 58 (b) no Pronunciamento Técnico CPC 33 que trata de benefícios a empregados, reclassificados do resultado do exercício para a conta de outros resultados abrangentes.

2.2 – Reapresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2009

As demonstrações contábeis do exercício de 2009, publicadas em 20 de abril de 2010, estão sendo reapresentadas em função da adoção em 2010 de todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC, conforme abaixo:

a) Balanço patrimonial de 2009

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009				
(em milhares de reais)				
ATIVO	BALANÇO DE 31/12/2009 PUBLICADO EM 20/04/10	AJUSTES DE 2008	AJUSTES DE 2009	BALANÇO EM 31/12/2009
CIRCULANTE	723.686	(24.656)	24.656	723.686
Ativo atuarial	-	(24.656)	(i) 24.656	-
Demais circulantes	723.686	-	-	723.686
NÃO CIRCULANTE	7.885.647	(1.403.981)	168.825	6.650.491
Realizável a longo prazo	942.163	(93.193)	111.977	960.947
Ativo atuarial	-	(102.052)	(i) 102.052	-
Cauções e depósitos vinculados	11.046	8.242	(j) 10.542	29.830
Demais realizáveis a longo prazo	931.117	617	(617)	931.117
Investimentos	1.265	-	-	1.265
Imobilizado	6.909.223	(1.308.493)	(k) 57.642	5.658.372
Intangível	32.996	(2.295)	(794)	29.907
TOTAL	8.609.333	(1.428.637)	193.481	7.374.177
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	BALANÇO DE 31/12/2009 PUBLICADO EM 20/04/10	AJUSTES DE 2008	AJUSTES DE 2009	BALANÇO EM 31/12/2009
CIRCULANTE	638.922	(21.603)	(60.778)	556.541
Dividendos	109.841	(21.603)	(l) (60.778)	27.460
Demais circulantes	529.081	-	-	529.081
NÃO CIRCULANTE	3.647.919	39.625	(4.168)	3.683.376
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	172.584	(52.177)	(m) (56.685)	63.722
Provisão para contingências judiciais	31.144	8.242	(j) 10.542	49.928
Imposto de renda e contrib. social diferidos	37.148	82.943	(n) (65.428)	54.663
Passivo para descomissionamento	215.306	-	(p) 108.020	323.326
Demais não circulantes	3.191.737	617	(617)	3.191.737
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.322.492	(1.446.659)	258.427	3.134.260
Capital social	3.296.032	-	-	3.296.032
Reservas de capital	903.064	-	-	903.064
Reservas de lucros	123.396	-	-	123.396
Prejuízos acumulados	-	(1.360.207)	125.980	(1.234.227)
Dividendo adicional proposto	-	21.603	(l) 60.778	82.381
Outros resultados abrangentes	-	(108.055)	(o) 71.669	(36.386)
TOTAL	8.609.333	(1.428.637)	193.481	7.374.177

a.1) Ajustes de 2008 – explicado no item 2.1 acima.

a.2) Ajustes de competência de 2009

Os ajustes de competência do exercício de 2009 consignados no balanço patrimonial no quadro acima são explicados conforme segue:

- (i) Reversão da baixa do ativo atuarial no valor de R\$ 126.708 mil, sendo R\$ 24.656 mil no curto prazo e R\$ 102.052 mil no longo prazo, em contrapartida ao resultado do exercício de 2009, visto que tal ativo já havia sido revertido no balanço de abertura (1º de janeiro de 2009), conforme explicado na Nota 2.1 (a);
- (j) Reclassificação de R\$ 10.542 mil de depósitos judiciais atrelados às ações judiciais, cujas perdas se apresentavam em 31 de dezembro de 2009 na condição de provável, que deixa de ser demonstrado no balanço como retificador da conta de provisão para contingências judiciais no passivo não circulante;
- (k) Diversos ajustes no imobilizado e intangível em contrapartida ao resultado do exercício de 2009, cujas naturezas são semelhantes às detalhadas na Nota 2.1 – item (d);
- (l) Para fins de atendimento à Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, a parcela de R\$ 60.778 mil do dividendo de 2009, relativo ao excedente do valor do dividendo mínimo obrigatório, está sendo transferida da conta de dividendo no passivo circulante para a conta de dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido;
- (m) Redução da obrigação pós-emprego no valor de R\$ 56.685 mil em contrapartida ao resultado do exercício de 2009 para fins de atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a empregados;
- (n) Os efeitos tributários decorrente dos ajustes acima detalhados totalizaram um decréscimo na conta de Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferido passivo no valor de R\$ 65.428 mil em contrapartida ao resultado do exercício de 2009;
- (o) Refere-se as perdas atuariais e aos ajustes resultantes do limite do item 58 (b) do Pronunciamento Técnico CPC 33 que trata de benefícios a empregados, líquido dos impactos tributários, reclassificado do resultado do exercício para a conta de outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 35.748 mil.
- (p) Ajuste referente a alteração na taxa de desconto do passivo para descomissionamento, no valor de R\$ 108.200 mil conforme detalhado nas Notas 10.c e 16.

b) Resultado de 2009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2009				
(em milhares de reais)				
	SALDO PUBLICADO	AJUSTES		SALDO AJUSTADO
Receita operacional líquida	1.572.977		-	1.572.977
Custo do serviço de energia elétrica	(1.002.312)	(q)	22.526	(979.786)
Lucro operacional bruto	570.665		22.526	593.191
Despesa operacional	(129.806)	(r)	(45.907)	(175.713)
Resultado do serviço	440.859		(23.381)	417.478
Despesa financeira líquida	(348.571)	(s)	90.233	(258.338)
Resultado operacional	92.288		66.852	159.140
Contribuição social e imposto de renda	(24.093)	(t)	83.200	59.107
Lucro antes da participação nos lucros	68.195		150.052	218.247
Participação nos lucros	(13.088)	(u)	13.088	-
Lucro líquido do exercício	55.107		136.964	218.247

- (q) Refere-se aos ajustes efetuados no imobilizado e intangível conforme detalhado nessa nota – item (k) e a transferência de R\$ 10.078 mil das despesas com participação nos lucros (item u no quadro acima);
- (r) Refere-se basicamente aos ajustes efetuados no imobilizado, conforme detalhado nessa nota – item (k), a reclassificação de parte das despesas de participação nos lucros, no valor de R\$ 3.010 mil (item (u) no quadro acima) e da reclassificação das quotas do descomissionamento, conforme na Nota 16;
- (s) Trata-se da reversão do ativo atuarial no valor de R\$ 126.708 mil (item (i) acima) e da reclassificação das quotas do descomissionamento no valor de R\$ 36.475 mil, conforme já mencionado no item anterior;
- (t) Trata-se dos impactos tributários decorrentes dos ajustes mencionados acima.

3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1 - Estimativas contábeis críticas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas a seguir:

a) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Passivo para descomissionamento

O valor atual dessa obrigação depende de uma série de fatores, como a taxa de desconto determinada ao final de cada exercício, conforme mencionado acima, e nas condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

c) *Impairment* de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 10).

Não foram identificadas perdas (*impairment*) nos exercícios de 2009 e de 2010.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 6,65% em vez de 5,65%), a Companhia teria reconhecido uma perda (*impairment*) de R\$ 105 milhões.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

3.3.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.3.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3.3 - *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía somente uma operação com derivativo (compra de dólar no mercado futuro), não denominada como instrumento de *hedge*, conforme detalhado na Nota 8.

a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

3.5 - Concessionárias e permissionárias

A conta de concessionárias e permissionárias correspondem aos valores a receber de FURNAS Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada) pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal), tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de FURNAS são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo, na prática, normalmente reconhecidas ao valor faturado.

3.6 - Estoque

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 7-a);
- c) Almoxarifado, classificados no ativo circulante e não circulante - realizável a longo prazo e estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 7-b).

3.7 - Paradas Programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e Angra 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos.

3.8 - Fundo financeiro para descomissionamento

A Companhia possui com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 8.

3.9 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente e registrados pelo valor justo, estão consignados em conta específica apresentada no grupo cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante.

3.10 - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

3.11 - Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 (item 111) sendo 3,3% ao ano para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2 e 10% para os ativos utilizados administrativamente (denominados na Nota 10 como "Outros").

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Obrigações especiais - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica, são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 10).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende as condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto não está inserida em seu alcance.

3.12 - Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.13 - Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

3.14 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.16 - Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.17 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.18 - Benefícios a funcionários

a) Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 15).

A Companhia tem planos de benefício definido que são diferentes de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde para aposentados por invalidez e seguro de vida pós-emprego, sendo este até 31 de dezembro de 2009. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante a dos planos de pensão de benefício definido (Nota 15).

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

3.19 - Obrigações para desmolização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa periodicamente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

3.20 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.21 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.22 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.23 - Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO

4.1 - Fatores de risco

a) Política de gestão de risco do sistema ELETROBRAS

O projeto de gestão integrada de riscos teve início nas empresas do sistema ELETROBRAS no primeiro trimestre de 2010. Em janeiro de 2010 foram designados os componentes do Comitê de Riscos da ELETRONUCLEAR e, em junho de 2010, foi criada a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles. Ainda em 2010 foi elaborada a Política e a Matriz de Riscos das Empresas ELETROBRAS. O Conselho Fiscal da ELETROBRAS está selecionando os riscos para serem trabalhados por todas as empresas como projeto piloto em 2011. A visão deste projeto é promover a integração e o alinhamento das práticas hoje existentes para todas as empresas do sistema.

b) Riscos socioambientais

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor.

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria prima radioativa, a guarda de seus dejetos e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos quando necessário. A seguir seguem os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas com conseqüente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos reguladores/fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia:

- Licenciamento ambiental - atrasos, não obtenção/renovação das licenças ambientais dos empreendimentos;
- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões onde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões onde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados a gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;

- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;
- Emissão de CO2 - incapacidade de reduzir o volume de CO2 emitido pelas operações da Companhia;
- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

c) Risco trabalhista

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente e que em não observada pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores/fiscalizadores, insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

d) Outros fatores de riscos

Outros principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

• Risco de Crédito

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada com FURNAS, empresa do sistema ELETROBRAS, que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no País.

• Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo e passivo para descomissionamento) e ao euro (empréstimos e financiamentos).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 8, e que compõe a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRAS.

Uma variação de 10% do Real em relação ao EURO resultaria em um aumento ou redução de aproximadamente R\$ 8.589 mil no patrimônio líquido da Companhia.

Vale ressaltar que, com a mudança de cenário e a existência de fornecedores nacionais para realização da desmobilização das usinas nucleares, a partir de 31 de dezembro de 2010, o passivo para descomissionamento e o respectivo fundo deixam de estar vinculados ao dólar norte americano.

• Risco de liquidez

A Administração da ELETRONUCLEAR entende não haver exposição ao risco de liquidez corrente, uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta para um índice positivo de 1,58.

Quanto à liquidez geral, para determinação das exigibilidades de longo prazo, há de se expurgar os adiantamentos para futuro aumento de capital, considerando que a capitalização dos mesmos, já em fase de análise na PJFN, está compromissada entre ELETRONUCLEAR e ELETROBRAS para deliberação em Assembleia Geral entre setembro e outubro de 2011. Dessa forma na comparação dos direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de Liquidez Geral positivo de 1,12, demonstrando que a companhia dispõe de recursos suficientes para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo junto a terceiros, nas datas de seus vencimentos.

No quadro abaixo estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro 2010 (i)				
- Empréstimos	85.692	127.545	216.084	538.914
- Fornecedores (iii)	186.302	-	-	-
TOTAL	271.994	127.545	216.084	538.914
Em 31 de dezembro 2009 (i)				
- Empréstimos	305.426	300.135	1.398.485	8.732.036
- Fornecedores (iii)	282.015	-	-	-
TOTAL	587.441	300.135	1.398.485	8.732.036
Em 1º de janeiro de 2009 (i)				
- Empréstimos	244.378	262.128	941.542	8.704.930
- Fornecedores (iii)	193.493	-	-	-
TOTAL	437.871	262.128	941.542	8.704.930

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pelas norma, e sim baseada em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	2010	2009
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	599.371	3.113.744
(-) Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	(79.371)	(73.389)
Dívida líquida	520.000	3.040.355
Total do patrimônio líquido	2.946.240	3.134.260
Total do capital total	3.466.240	6.174.615
Índice de alavancagem financeira - %	15	49

A redução no índice de alavancagem financeira em 2010 foi decorrente, principalmente, da transformação de parte relevante da dívida em adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 17).

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRIPTIVO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/DEZ/2010
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	(1.019)	(1.019)
- Contas a receber de clientes de demais contas a receber (ii)	452.197	-	452.197
- Caixa e equivalentes de caixa	79.371	-	79.371
Em 31 de dezembro de 2010	531.568	(1.019)	530.549

(i) Compõe a carteira de ativos do fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 8.

(ii) Corresponde aos saldos de concessionárias e permissionárias, devedores diversos, fundo para descomissionamento e depósitos vinculados

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRIPTIVO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/DEZ/2009
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	10	10
- Contas a receber de clientes de demais contas a receber (ii)	454.499	-	454.499
- Caixa e equivalentes de caixa	71.389	-	71.389
Em 31 de dezembro de 2009	525.888	10	525.898

(i) Compõe a carteira de ativos do fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 8.

(ii) Corresponde aos saldos de concessionárias e permissionárias, devedores diversos, fundo para descomissionamento e depósitos vinculados

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 01/JAN/2009
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	6.166	6.166
- Contas a receber de clientes de demais contas a receber (ii)	332.829	-	332.829
- Caixa e equivalentes de caixa	119.727	-	119.727
Em 1º de janeiro de 2009	452.556	6.166	458.722

(i) Compõe a carteira de ativos do fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 8.

(ii) Corresponde aos saldos de concessionárias e permissionárias, devedores diversos, fundo para descomissionamento e depósitos vinculados

4.4 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio do Banco do Brasil S.A., ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por ele liderado.

Assim, as aplicações financeiras da Companhia representam recursos mantidos no Banco do Brasil Extra Mercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que, oferece liquidez diária e são compostas principalmente de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

Abaixo a posição dos recursos de caixa e equivalentes de caixa:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Composição	R\$ MIL		
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	01/DEZ/09
Caixa e bancos	2.473	7.650	15.650
Aplicações financeiras	76.898	63.739	104.077
SALDO	79.371	71.389	119.727

NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Em 10 de julho de 2001, foi assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS o contrato De compra e venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, com vigência a partir de 1º de julho de 2001.

CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Energia contratada	Desvio positivo	Energia não despachada	TOTAL
Ativo circulante	161.923	30.404	-	192.327
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
TOTAL EM 01/JAN/2009	161.923	97.426	24.688	284.037
Ativo circulante	236.472	-	-	236.472
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
TOTAL EM 31/DEZ/2009	236.472	67.022	24.688	328.182
Ativo circulante	176.872	-	-	176.872
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
TOTAL EM 31/DEZ/2010	176.872	67.022	24.688	268.582

A ELETRONUCLEAR possui aproximadamente R\$ 23 milhões em faturas caucionadas correspondentes à venda de energia elétrica, em função de processos tributários movidos contra a Companhia, os quais se encontram detalhados na Nota 18.

O faturamento do desvio de suprimento e da energia disponibilizada, mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, monta ao valor líquido de R\$ 91.710 mil, contabilizado a valores históricos no ativo não circulante - realizável a longo prazo e refere-se ao suprimento de energia do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento à FURNAS. De acordo com as cláusulas contratuais, tal valor será pago por FURNAS à Companhia, cinco dias úteis após a mesma receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) os recursos provenientes da comercialização dessa energia.

NOTA 7 - ESTOQUE

a) Elementos de combustível nuclear, concentrado de urânio e serviços em curso para sua transformação

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante realizável a longo prazo, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante realizável a longo prazo, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

Abaixo, quadro com a composição do saldo do combustível nuclear:

COMBUSTIVEL NUCLEAR				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Concentrado de urânio	Elementos prontos	Serviços em curso	TOTAL
Ativo Circulante	-	286.903	-	286.903
Ativo não circulante	104.442	141.888	214.751	461.081
TOTAL EM 01/JAN/2009	104.442	428.791	214.751	747.984
Ativo Circulante	-	324.634	-	324.634
Ativo não circulante	111.199	239.771	137.161	488.131
TOTAL EM 31/DEZ/2009	111.199	564.405	137.161	812.765
Ativo Circulante	-	297.972	-	297.972
Ativo não circulante	65.179	392.133	66.645	523.957
TOTAL EM 31/DEZ/2010	65.179	690.105	66.645	821.929

b) Material de almoxarifado

Devido às características próprias e específicas dos projetos de usinas nucleares e, considerando serem seus componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, reduzida e na sua quase totalidade adquirida do exterior, é necessário que se mantenha em estoque uma gama de material adequado e compatível às necessidades específicas a cada usina, de modo a garantir a sua *performance* e fluxo contínuo de operação.

Em 31 de dezembro de 2010, o montante das contas de material de almoxarifado no ativo circulante e não circulante totaliza R\$ 331.583 mil (R\$ 307.882 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 295.374 mil – 1º de janeiro de 2009).

NOTA 8 - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, foi constituído contabilmente um passivo com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 16.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

A ELETRONUCLEAR apresentou em dezembro de 2007, à ELETROBRAS, os valores estimados do passivo para o descomissionamento, para permitir àquela controladora a realização dos cálculos das parcelas a serem recolhidas ao fundo financeiro a partir de 2008, de modo que, ao final da vida útil econômica de cada usina, esse fundo, com os respectivos rendimentos a serem auferidos, atinja os montantes estabelecidos em US\$ 307 milhões para Angra 1 e US\$ 426 milhões para Angra 2.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRAS para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento, com os depósitos da primeira quota, das vinte e cinco estabelecidas no parcelamento para os valores de competência dos exercícios de 2005 a 2007 e, da primeira quota da parcela relativa ao exercício de 2008.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE. A seguir, demonstramos o detalhamento da carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
Conta corrente	14	14	13
Operações compromissadas	-	20	-
Letra Financeira do Tesouro	102.604	66.696	35.686
Ajuste Mercado Futuro:			
- Diferencial de swap a receber	-	-	6.783
- Dólar Comercial Futuro	(1.019)	10	(617)
	(1.019)	10	6.166
Outros	(5)	(2)	(5)
Sub-total	101.594	66.738	41.860
Dólar Comercial Futuro	1.019	-	617
TOTAL	102.613	66.738	42.477

As margens negativas das operações com dólar futuro estão classificadas no passivo não circulante – Outras obrigações. O valor do ajuste, em 31 de dezembro de 2010, monta a R\$ 1.019 mil, em 31 de dezembro de 2009 o saldo apresentava-se positivo e em, 01 de janeiro de 2009, o ajuste foi de R\$ 617 mil.

A ELETROBRAS fixou o montante a ser depositado no exercício de 2010 em R\$ 31.510 mil.

Mensalmente a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Nos exercícios de 2010 e 2009, o fundo gerou resultado negativo em função dos seus ativos estarem vinculados ao dólar norte-americano, que nestes períodos apresentaram desvalorização em relação ao Real.

Abaixo, o quadro da composição do fundo para o descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO			
DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	23.559	15.927	7.286
Quotas de 2008 a 2010	87.923	56.437	26.098
Total de quotas recolhidas	111.482	72.364	33.384
Ganhos / (perdas) líquidas auferidas	(9.888)	(5.626)	8.476
Patrimônio líquido do fundo	101.594	66.738	41.860
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	1.019	-	617
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	102.613	66.738	42.477

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças temporárias e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.647.250 mil (R\$ 1.864.919 mil - 31 de dezembro de 2009) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.884.946 mil (R\$ 1.847.318 mil - 31 de dezembro de 2009). A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa por não apresentar histórico de rentabilidade.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social e a composição dos impostos diferidos passivos encontram-se detalhados na Nota 19.

NOTA 10 - IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

Abaixo, quadro com a composição do imobilizado:

DESCRIÇÃO	IMOBILIZADO POR UNIDADE - R\$ MIL				
	31/DEZ/2010			31/DEZ/2009	01/JAN/2009
	Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
EM SERVIÇO					
Angra 1	1.867.847	(754.881)	1.112.966	1.036.923	292.075
Angra 2	5.427.503	(1.719.218)	3.708.285	3.839.522	3.874.620
Outros	139.878	(53.442)	86.436	45.839	40.862
	7.435.228	(2.527.541)	4.907.687	4.922.284	4.207.557
EM CURSO					
Angra 1	148.353		148.353	126.111	527.172
Angra 2	63.346		63.346	47.316	36.402
Angra 3	875.642		875.642	532.563	396.326
Outros	29.356		29.356	30.757	99.652
	1.116.697		1.116.697	736.747	1.059.552
TOTAL	8.551.925	(2.527.541)	6.024.384	5.659.031	5.267.109
Obrigações especiais vinculadas à concessão	(47.551)	47.409	(142)	(659)	(2.245)
VALOR LÍQUIDO	8.504.374	(2.480.132)	6.024.242	5.658.372	5.264.864

Abaixo quadro da movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO 2009 - R\$ MIL					
DESCRIÇÃO	SALDO 01/JAN/2009	ADIÇÕES	TRANSF. P/SERVIÇO	BAIXAS E OUTROS	SALDO 31/12/2009
Em curso	1.100.929	605.314	(963.487)	(6.011)	736.745
Em serviço custo	6.268.993	-	963.487	(5.283)	7.227.197
Em serviço depreciação	(2.102.813)	(207.159)	-	5.061	(2.304.911)
Em serviço	4.166.180	(207.159)	963.487	(222)	4.922.286
TOTAL BRUTO	5.267.109	398.155	-	(6.233)	5.659.031
Obrigações especiais vinculadas à concessão	(2.245)	1.586	-	-	(659)
VALOR LÍQUIDO	5.264.864	399.741	-	(6.233)	5.658.372
MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO 2010 - R\$ MIL					
DESCRIÇÃO	SALDO 31/DEZ/2009	ADIÇÕES	TRANSF. P/SERVIÇO	BAIXAS E OUTROS	SALDO 31/12/2010
Em curso	736.745	597.974	(216.457)	(1.567)	1.116.695
Em serviço custo	7.227.197	-	216.457	(8.426)	7.435.228
Em serviço depreciação	(2.304.911)	(226.381)	-	3.753	(2.527.539)
Em serviço	4.922.286	(226.381)	216.457	(4.673)	4.907.689
TOTAL BRUTO	5.659.031	371.593	-	(6.240)	6.024.384
Obrigações especiais vinculadas à concessão	(659)	517	-	-	(142)
VALOR LÍQUIDO	5.658.372	372.110	-	(6.240)	6.024.242

a) Análises para fins de *Impairment*

A Administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada a mensuração de eventuais perdas. Quando não é possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto posterior à tributação, que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos. O período de vida econômica das usinas Angra 1 e Angra 2 considerado, para fins de *impairment*, foi de quarenta anos, em função principalmente das melhorias significativas efetuadas nas usinas para extensão de suas vidas úteis, como a troca dos seus geradores de vapor ocorridas em 2009.

Os resultados encontrados nos estudos desenvolvidos para o presente balanço, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "*impairment*" na ELETRONUCLEAR.

b) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP) emitida pela CNEN em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos. Não possui licença emitida pelo IBAMA, pois à época da sua construção não havia a exigência do licenciamento ambiental. Para regularizar esta situação, foi elaborado um Plano de Controle Ambiental (PCA), que está em análise no IBAMA.

A Usina Angra 2, por sua vez, possui uma Autorização para Operação Inicial (AOI) da CNEN, sendo a última renovação concedida em 23 de julho de 2010 e válida até 31 de maio de 2011. Em 1999, o IBAMA emitiu a Licença de Operação LO nº 047/99, exclusivamente para o comissionamento da usina (testes de funcionamento dos equipamentos). Essa licença foi renovada no ano 2000, porém uma segunda renovação não foi mais concedida devido a um questionamento do Ministério Público Federal (MPF). Em consequência, foi assinado em 2001 um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC).

De acordo com o setor de Meio Ambiente da ELETRONUCLEAR, bem como pela interpretação do Parecer Técnico do IBAMA, acima referenciado, o TCAC já foi cumprido na íntegra. Entretanto, o Ministério Público ainda não se pronunciou definitivamente sobre o assunto. O encerramento do TCAC possibilitará ao IBAMA expedir a Licença de Operação (LO), e à CNEN conceder a Autorização de Operação Permanente (AOP).

c) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621 de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação, deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

Para o exercício de 2010, a taxa aprovada para desconto a valor presente para o sistema ELETROBRAS, foi fixada em 5,65% ao ano e para 2009, a taxa fixada foi de 6,37 % ao ano. A Companhia realizou a atualização do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento no valor total de R\$ 154.880 mil, sendo R\$ 45.860 mil, referentes ao exercício de 2010 e R\$ 108.020 mil de competência de 2009. Esses valores foram incluídos ao ativo imobilizado em contrapartida ao passivo para descomissionamento.

d) Empreendimento Angra 3

O projeto da usina Angra 3 teve seu início na década de 80 e, por questões de prioridades governamentais, teve suas atividades de construção interrompidas do período de setembro de 1982 até julho de 2008. Durante todo esse período ocorreram apropriações de gastos administrativos e financeiros.

Para a adequação deste projeto às práticas contábeis atuais, foi realizada a baixa contábil do valor de R\$ 1.293.147 mil, sendo R\$ 5.741 mil em 2009 e o restante no saldo de abertura (1º de janeiro de 2009), conforme detalhado na Nota 2.1 (d), correspondente a tais gastos (financeiros e administrativos) apropriados durante o período de interrupção das obras. Com essa baixa, o valor residual, somado ao custo previsto para o término da usina, totalizará o montante, devidamente compatível com os estudos de viabilidade realizados. A contabilização desta baixa foi realizada em contrapartida à conta do patrimônio líquido – lucros (prejuízos) acumulados.

As obras de construção da usina Angra 3 encontram-se em pleno desenvolvimento, apresentando resumidamente, a seguinte situação em 31 de dezembro de 2010:

- **Processo de licenciamento ambiental**

Com relação ao licenciamento ambiental, não existem quaisquer restrições para a continuidade das obras, tendo em vista que a Licença Prévia e a Licença de Instalação já foram expedidas pelo IBAMA, respectivamente, em junho de 2008 e março de 2009, depois de cumpridos todos os trâmites do processo de licenciamento ambiental.

- **Processo de licenciamento nuclear**

Também em março de 2009, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN emitiu a 1ª Licença Parcial de Construção, o que permitiu que a ELETRONUCLEAR iniciasse as atividades preparatórias no local de construção da usina, quais sejam: a execução do concreto de regularização da cava de fundações das edificações da planta e a impermeabilização das fundações do edifício do reator (UJB) e do edifício auxiliar do reator (UKA).

Em 2010, a CNEN emitiu uma série de licenças e autorizações, permitindo à ELETRONUCLEAR iniciar a execução de diversas atividades do cronograma executivo das obras, a saber:

- 2ª Licença Parcial de Construção: Expedida em 11 de março de 2010, autorizando a construção de estruturas não nucleares:
 - Edifícios de administração principal (UYA)

- Edifício de administração auxiliar (UYB)
 - Portaria principal (UYF)
 - Oficina fria e depósito convencional (UST)
 - Almojarifado eletromecânico (4USU)
 - Estação de tratamento de esgoto (UGV)
 - Tanques coletores e separadores de óleo (1UGX e 2UGX)
 - Bases dos transformadores reservas (BAT e BBT)
- 3ª Licença Parcial de Construção: Expedida em 29 de março de 2010, autorizando a construção do edifício da turbina;
- Licença de Construção: Expedida em 31 de maio de 2010 autorizando a concretagem da laje de fundação do edifício do reator (UJB), condicionada à submissão, por parte da ELETRONUCLEAR à CNEN, de projetos e cálculos para as etapas seguintes da obra. Nesse contexto, a CNEN emitiu em 2010 as seguintes autorizações para serviços de concretagem:
- 31 de maio de 2010: Laje de fundação do edifício do reator (UJB)
 - 27 de setembro de 2010: Laje de fundação do edifício de controle (UBA)
 - 15 de outubro de 2010: Laje de fundação do edifício auxiliar do reator (UKA)
 - 08 de dezembro de 2010: Paredes e pilares até Elevatória + 1,74 m do edifício de controle (UBA).

• **Comercialização da energia a ser gerada pela usina**

A regulamentação dos mecanismos de comercialização da energia, a ser gerada por Angra 3 foi um importante marco alcançado no tocante à estruturação do empreendimento, haja vista que tal regulamentação era uma das principais condicionantes para a obtenção de financiamento junto a agentes financeiros nacionais e internacionais.

Em 22 de junho de 2010, a Secretaria de Planejamento do Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria SP-MME nº 12/2010, que fixou a garantia física de Angra 3 em 1.214,2 MW_{médios}, tendo por base a potência bruta da usina em 1.405 MW.

Em 23 de junho de 2010, o Ministério de Minas e Energia (MME) expediu a Portaria nº 586/2010, que autorizou a celebração de contrato de venda de energia entre a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estabeleceu o seguinte:

- Tipo de contrato: Energia de reserva
- Energia contratada: 1.184 MW_{médios}
- Início de entrega de energia: 2016
- Preço da energia: Não superior a R\$ 148,65 / MWh (Base: Dez-2009)

Em fins de 2010, o MME expediu novo documento relativo à comercialização da energia de Angra 3: Portaria MME nº 980/2010 de 21 de dezembro de 2010, detalhando a portaria anterior, estabelecendo a data de entrega de energia em 01 de janeiro de 2016 e mantendo o preço de venda.

- **Contrato de longo prazo para fornecimento do combustível nuclear**

Em 24 de setembro de 2010, após um longo período de negociações, que teve início em janeiro de 2009, a ELETRONUCLEAR e a Indústrias Nucleares do Brasil – INB assinaram o contrato de longo prazo para o fornecimento do combustível nuclear para Angra 3. É importante destacar que o estabelecimento desse contrato também era condicionante para a obtenção de financiamentos para o empreendimento. Os principais valores finais deste contrato, na base maio de 2009 são:

- 1º Núcleo de combustível: R\$ 634 milhões
- 29 Recargas: R\$ 5,4 bilhões
- Custo médio do combustível: ~ R\$ 18,64 / MWh

- **Estrutura de financiamento**

A estruturação do financiamento foi, em 2010, um dos focos principais da ELETROBRAS, a quem cabe as definições quanto à distribuição das fontes para suportar a implantação de Angra 3. A composição de recursos para o financiamento do empreendimento prevê a seguinte distribuição:

- Recursos BNDES: Após longo período de negociações envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ELETROBRAS e ELETRONUCLEAR, em 30 de dezembro de 2010, a diretoria do BNDES aprovou a concessão de empréstimo no montante de R\$ 6,15 bilhões a ser amortizado em 30 anos. Essa fonte destina-se à cobertura de 80% dos itens financiáveis pelo agente, envolvendo serviços de engenharia e consultoria no mercado nacional, fornecimentos de equipamentos, componentes e materiais do escopo nacional de suprimentos e, se for o caso, os impostos incidentes sobre aquisições de equipamentos e materiais do escopo importado;
- Recursos RGR: Empréstimo de R\$ 890 milhões da ELETROBRAS, correspondendo a 10% da disponibilidade da Reserva Global de Reversão – RGR de cerca de R\$ 9 bilhões ao final de 2010;
- Captação Externa: Em 01 de fevereiro de 2010, a Agência Alemã de Crédito de Exportação - HERMES aprovou o seguro envolvido na concessão de empréstimos internacionais para execução de serviços internacionais e para fornecimentos de equipamentos e materiais importados para Angra 3.

Em abril de 2010, a ELETRONUCLEAR encaminhou à ELETROBRAS minuta de “Carta Consulta” ao COFIEX-SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, referente à apreciação deste quanto ao financiamento externo. Após adequações pela ELETROBRAS, o documento foi formalmente encaminhado ao MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que está, no presente, o avaliando.

Em 11 de novembro de 2010, a ELETROBRAS enviou carta convite a instituições financeiras nacionais e estrangeiras solicitando apresentação de propostas referentes ao financiamento em questão, no montante equivalente a EUR 1,51 bilhões, destinados à cobertura de 85% do contrato internacional com a AREVA para o fornecimento de equipamentos e materiais importados e para a execução dos serviços estrangeiros de engenharia.

O certame de consultas foi encerrado em 30 de dezembro de 2010, tendo sido declarada vencedora a proposta apresentada pelo banco francês *Société Générale*, liderando um consórcio com mais cinco bancos. Essa proposta está sendo detalhadamente avaliada pela ELETROBRAS e ELETRONUCLEAR.

- **Isenção de tributos federais**

Além de já contar com isenções de PIS e COFINS para as aquisições de equipamentos e materiais, obtidas através do Decreto N° 6.144/2007, no âmbito do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, em fins de 2010, o empreendimento Angra 3 passou a usufruir da isenção de dois outros tributos federais.

A Medida Provisória N° 517/2010, aprovada em 30 de dezembro de 2010, criando o Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares – RENUCLEAR, que ainda carece de regulamentação por parte do MME, possibilitará a desoneração dos seguintes tributos:

- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados: Equipamentos e materiais nacionais e importados;
- II - Imposto sobre Importação: Equipamentos e materiais importados (sem similar nacional)

O alívio fiscal proporcionado pelo RENUCLEAR significará uma redução de cerca de R\$ 700 milhões nos custos de implantação de Angra 3.

- **Renegociações contratuais**

Em 2010, deu-se continuidade aos processos de renegociações dos principais contratos para suprimentos nacionais e do contrato internacional com a AREVA para o fornecimento de bens e serviços importados, que haviam sido assinados em fins da década de 1970 e início da década de 1980.

Essas medidas atendem às resoluções do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE n° 08/2002 e n° 03/2007, que respectivamente, determina que se procedam as renegociações e determina a retomada da construção de Angra 3.

No tocante ao contrato com a AREVA, para o fornecimento de serviços estrangeiros e suprimento de equipamentos e materiais importados, cuja assinatura é prevista para o início de 2011, basicamente foram acordadas a abrangência do escopo, adequadas às cláusulas à legislação ora vigente (Lei 8.666), bem como todas as condições técnicas e comerciais.

- **Obras Civis**

Em 1º de junho de 2010, ocorreu o marco zero da retomada da construção da usina, caracterizado pelo início da execução da laje de fundação do edifício do reator.

As principais atividades desenvolvidas em 2010, relacionadas às obras civis, focaram na execução de armadura e de concreto estrutural, à medida que as autorizações da CNEN foram sendo concedidas.

As atividades de concretagem correspondem a dispêndios de diversos recursos, quais sejam: topografia, instalação da armadura de aço, instalação dos embutidos, instalação de formas e respectivos cimbramentos e, finalmente, a deposição do concreto.

Em termos de volume de concreto executado em 2010, comparando-o com o histograma de concreto previsto no contrato de construção civil com a Construtora Andrade Gutierrez para a conclusão das obras, atingiu-se o progresso de cerca de 10%.

NOTA 11 – INTANGÍVEL

O ativo não circulante - intangível da Companhia compõe-se, basicamente, da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3 e, de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Abaixo, quadro com a composição do Intangível:

INTANGÍVEL	% Taxa Anual Média de Amortização	R\$ MIL				
		31/DEZ/2010			31/DEZ/2009	01/JAN/2009
		Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço	20%	53.423	(30.706)	22.717	15.385	5.017
Em curso		11.453	-	11.453	14.522	20.604
TOTAIS		64.876	(30.706)	34.170	29.907	25.621

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL 2009 - R\$ MIL					
DESCRIPTIVO	SALDO 01/JAN/2009	ADIÇÕES	TRANSF. P/SERVIÇO	BAIXAS E OUTROS	SALDO 31/12/2009
Em curso	20.604	3.981	(15.695)	5.632	14.522
Em serviço - custo	23.912	-	15.695	-	39.607
Em serviço - amortização	(19.235)	(4.987)	-	-	(24.222)
Total em serviço	5.017	(4.987)	15.695	-	15.385
TOTAL LÍQUIDO	25.621	(1.006)	-	5.632	29.907
MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL 2010 - R\$ MIL					
DESCRIPTIVO	SALDO 31/DEZ/2009	ADIÇÕES	TRANSF. P/SERVIÇO	BAIXAS E OUTROS	SALDO 31/12/2010
Em curso	14.522	5.346	(9.932)	1.517	11.453
Em serviço - custo	39.607	-	9.932	3.884	53.423
Em serviço - amortização	(24.222)	(6.388)	-	(96)	(30.706)
Total em serviço	15.385	(6.388)	9.932	3.788	22.717
TOTAL LÍQUIDO	29.907	(1.042)	-	5.305	34.170

NOTA 12 - FORNECEDORES

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras já processadas, desde seus registros até 31 de dezembro.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisão de serviços	TOTAL
Nacional	98.467	-	40.176	138.643
Exterior	27.244	5.616	21.990	54.850
TOTAL EM 01/JAN/2009	125.711	5.616	62.166	193.493
Nacional	105.965	-	134.734	240.699
Exterior	45.925	(4.609)	-	41.316
TOTAL EM 31/DEZ/2009	151.890	(4.609)	134.734	282.015
Nacional	58.533	-	45.951	104.484
Exterior	13.958	(1.542)	69.402	81.818
TOTAL EM 31/DEZ/2010	72.491	(1.542)	115.353	186.302

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos, na sua totalidade contratados com a ELETROBRAS, registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são:

a) Natureza dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos em moeda estrangeira referem-se a repasse de financiamentos contraídos junto aos bancos alemães *DRESDNER BANK* e *KFW*, aplicados na construção da usina Angra 2.

Também foram contraídos com a ELETROBRAS financiamentos em moeda nacional para as diversas etapas de melhoramentos da usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da usina Angra 1.

b) Transformação em adiantamentos para futuro aumento de capital

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da ELETROBRAS aprovou a transformação em adiantamentos para futuro aumento de capital os créditos detidos pela ELETROBRAS junto à ELETRONUCLEAR,. As informações detalhadas estão divulgadas na Nota 17.

c) Quadro dos empréstimos e financiamentos por moeda

DESCRIPTIVO	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR MOEDA - ELETROBRAS - R\$ MIL								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	PRINCIPAL		TOTAL	PRINCIPAL		TOTAL	PRINCIPAL		TOTAL
	C.PRAZO	L.PRAZO		C.PRAZO	L.PRAZO		C.PRAZO	L.PRAZO	
EM EURO									
Bancos alemães	43.075	42.813	85.888	48.626	96.359	144.985	62.987	186.667	249.654
Total	43.075	42.813	85.888	48.626	96.359	144.985	62.987	186.667	249.654
EM REAL									
ANGRA 1,2 e 3	7.525	505.957	513.482	1.668	1.510.991	1.512.659	1.439	1.332.761	1.334.200
Capital de Giro	-	1	1	20.009	1.436.091	1.456.100	1.409	1.312.671	1.314.080
Total	7.525	505.958	513.483	21.677	2.947.082	2.968.759	2.848	2.645.432	2.648.280
TOTAL GERAL	50.600	548.771	599.371	70.303	3.043.441	3.113.744	65.835	2.832.099	2.897.934

d) - Quadro das mutações dos empréstimos e financiamentos

MUTAÇÕES DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ELETROBRAS	EM R\$ MIL				
	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 01 de janeiro de 2009	2.848	2.645.432	62.987	186.667	2.897.934
Ingressos	-	143.155	-	-	143.155
Encargos - resultado	335.900	-	24.665	-	360.565
Encargos - investimento	9.369	-	-	-	9.369
Variação monetária e cambial	(8)	(26.298)	(16.942)	(39.895)	(83.143)
Transferência para o circulante	20.049	(20.049)	50.413	(50.413)	-
Incorporação de encargos ao principal	(204.842)	204.842	-	-	-
Amortização	(141.639)	-	(72.497)	-	(214.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	21.677	2.947.082	48.626	96.359	3.113.744
Ingressos	259.978	48.288	-	-	308.266
Encargos - resultado	375.589	-	14.250	-	389.839
Encargos - investimento	16.500	-	-	-	16.500
Variação monetária e cambial	192	191.070	(5.906)	(11.106)	174.250
Transferência para o circulante	15.677	(15.677)	42.440	(42.440)	-
Incorporação de encargos ao principal	(289.045)	289.045	-	-	-
Transformação em adiantamento para futuro aumento de capital	(293.556)	(2.953.850)	-	-	(3.247.406)
Amortização	(99.487)	-	(56.335)	-	(155.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.525	505.958	43.075	42.813	599.371

e) Principais indicadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos com as respectivas variações percentuais

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ELETROBRAS - VARIAÇÕES DOS INDICADORES						
MOEDAS E INDICADORES	31/DEZ/10	31/DEZ/09	VARIAÇÃO PERCENTUAL	31/DEZ/09	01/JAN/09	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	2,22800	2,50733	-11,14%	2,50733	3,23815	-22,57%
IGPM2	581,446	522,305	11,32%	522,305	531,442	-1,72%

f) Dívida total dos empréstimos e financiamentos com seus vencimentos programados

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ELETROBRAS POR VENCIMENTOS			
ANO	R\$ MIL		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2009	-	-	65.835
2010	-	70.303	82.105
2011	50.600	69.777	82.411
2012	80.760	129.537	128.214
2013	38.507	118.011	76.650
2014	38.727	93.935	78.538
2015	38.727	77.617	62.757
Após 2015	352.050	2.554.564	2.321.424
TOTAIS	599.371	3.113.744	2.897.934

NOTA 14 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A seguir a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais, que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante, na sua totalidade a vencer e sem registro de qualquer inadimplência.

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	R\$ MIL					
	31/DEZ/2010		31/DEZ/2009		01/JAN/2009	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Pasep e Cofins	12.302	-	15.980	-	12.761	-
Pasep e Cofins parcelamento	12.832	18.939	11.870	29.746	10.832	38.639
IPTU CNAAA - parcelamento	5.585	33.509	5.286	37.008	5.086	40.689
II - imposto de importação	3.302	-	3.216	-	2.218	-
IRRF - juros ELETROBRAS	3.350	-	6.084	-	6.697	-
Cosirf	5.765	-	2.182	-	1.793	-
CIDE s/serviços no exterior	2.539	-	2.516	-	1.173	-
INSS	9.893	-	6.762	-	6.109	-
INSS - parcelamento	2.109	2.885	2.029	4.733	1.953	6.903
ISS sobre importação	1.089	-	2.862	-	1.135	-
FGTS	3.242	-	3.115	-	2.186	-
Outros	3.281	-	3.934	-	1.125	172
TOTAIS	65.289	55.333	65.836	71.487	53.068	86.403

NOTA 15 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Dentre os benefícios mantidos pela ELETRONUCLEAR em favor de seus empregados constam os seguintes planos:

a.1) Plano de aposentadoria e pensões

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A REAL GRANDEZA tem como suas Patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido - BD e outro na modalidade de Contribuição Definida - CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes:

	SISTEMA FRG		ELETRONUCLEAR	
	2010	2009	2010	2009
- Ativos	3.505	3.520	751	758
- Assistidos	5.537	5.632	311	307
- Beneficiários	1.213	1.148	44	41
TOTAL	10.255	10.300	1.106	1.106

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

As contribuições normais da ELETRONUCLEAR à REAL GRANDEZA, apropriadas no exercício para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 13.674 mil (R\$ 12.146 mil - 31 de dezembro de 2009).

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 3.324 mil (R\$ 2.953 mil - 31 de dezembro de 2009) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes:

	SISTEMA NUCLEOS		ELETRONUCLEAR	
	2010	2009	2010	2009
- Ativos	3.157	2.960	1.467	1.371
- Assistidos	998	960	153	208
- Beneficiários	229	196	44	43
TOTAL	4.384	4.116	1.664	1.622

As contribuições normais ao Instituto NUCLEOS, apropriadas, no exercício, para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder, atingiram R\$ 11.953 mil (R\$ 10.093 mil - 31 de dezembro de 2009).

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

a.2) Programa de Assistência à Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente.

a.3) Seguro de vida em grupo

A Companhia subsidia 75 % do custo anual de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade. Essa apólice, com vigência até 31 de dezembro de 2009, permitia a adesão de empregados aposentados que arcavam com a integralidade do prêmio estabelecido. Como o prêmio é unificado para ambas categorias de benefícios, o subsídio da Companhia para a massa ativa acaba sendo indiretamente transferido para o custeio de parte do prêmio atribuível à massa inativa, também gerando compromissos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não mais concedia esse tipo de benefício pós-emprego.

15.1) Cálculos do passivo atuarial

a) A composição das do passivo atuarial registrado no balanço patrimonial é:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL			
DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
Dívidas contratadas - FRG - circulante	30.264	26.050	24.656
Dívidas contratadas - FRG - não circulante	53.471	76.809	102.052
	83.735	102.859	126.708
Provisão de benefícios de aposentadoria -Nucleos	-	-	54.426
Assistência médica para aposentados	34.494	46.940	31.059
Seguro para aposentados	-	16.782	14.318
	34.494	63.722	99.803
TOTAL	118.229	166.581	226.511

b) A movimentação do passivo atuarial pode ser assim demonstrada:

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2010	2009
Em 1º de janeiro	166.581	226.511
Custo do serviço corrente	8.150	28.308
Juros sobre obrigações atuariais	6.862	48.342
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(41.089)
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	(24.990)	(72.505)
Contribuições de patrocinadores	(19.251)	(15.555)
Pagamentos - confissão de dívida	-	(27.649)
Juros - confissão de dívida	(19.123)	20.218
Em 31 de dezembro	118.229	166.581

c) A movimentação da obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DO BENEFÍCIO DEFINIDO				
DESCRIÇÃO	R\$ MIL			
	FRG	NUCLEOS	SAÚDE	SEGURO
Em 1º de janeiro de 2009	610.453	435.639	31.059	14.318
Custo do serviço corrente	12.421	11.840	970	258
Juros sobre obrigações atuariais	63.454	45.505	1.970	867
Contribuições de patrocinadores	(17.537)	(8.747)	(1.560)	-
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	(32.603)	41.582	14.501	1.339
Em 31 de dezembro de 2009	636.188	525.819	46.940	16.782
Custo do serviço corrente	12.359	14.373	2.645	682
Juros sobre obrigações atuariais	62.128	51.761	5.056	1.807
Contribuições de patrocinadores	(19.806)	(8.925)	(2.195)	-
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	70.497	(5.080)	(17.952)	(19.271)
Em 31 de dezembro de 2010	761.366	577.948	34.494	-

d) A movimentação do valor justo dos ativos do plano dos benefícios nos exercícios é a seguintes:

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	FRG	NUCLEOS
Em 1º de janeiro de 2009	566.021	381.213
Rendimento esperado	60.634	41.090
Ganho / perda atuarial dos ativos do plano	16.545	127.926
Contribuições de patrocinadores	28.015	13.996
Benefícios pagos	(17.537)	(8.747)
Em 31 de dezembro de 2009	653.678	555.478
Rendimento esperado	65.162	56.811
Ganho /perda atuarial dos ativos do plano	171.500	1.866
Contribuições de patrocinadores	12.023	5.011
Contribuições dos participantes	8.485	5.340
Benefícios pagos	(19.806)	(8.925)
Em 31 de dezembro de 2010	891.042	615.581

e) A composição dos ativos do plano em 31 dezembro de 2010 é a seguinte::

COMPOSIÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	FRG	NUCLEOS
Investimentos em fundos	840.066	555.137
Investimentos imobiliários	20.444	13.194
Empréstimos e financiamentos	28.612	7.264
Créditos privados e depósitos	2.686	17.208
Outros	(766)	22.778
TOTAL	891.042	615.581

f) A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

CONCILIAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
Fundação Real Grandeza - FRG			
Valor presente das obrigações atuariais	761.366	636.188	610.453
Valor justo do ativo do plano	(891.042)	(653.678)	(566.021)
Deficit / (Superavit)	(129.676)	(17.490)	44.432
Limite CPC 33 - Parágrafo 58 (b) (*)	129.676	17.490	-
Limite da assunção de dívida (**)	-	-	(44.432)
Assunção de dívida FRG	83.735	102.859	126.708
PASSIVO LÍQUIDO	83.735	102.859	126.708

(*) Deduzido da conta "Ganho/perdas atuariais (Resultado abrangente). Não há perdas atuariais não reconhecidas que poderiam ser compensadas com o superávit do plano, bem como a administração não utiliza como política compensar superávits com contribuições futuras. Dessa forma, o referido ativo não foi constituído.

(**) Passivo atuarial não reconhecido, pois o montante é inferior à dívida do plano de pensão ("Assunção de dívida FRG") presentemente reconhecida.

g) Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

RESULTADO E RESULTADO ABRANGENTE DOS PLANOS					
DESCRIPTIVO	R\$ MIL				
	FRG	NUCLEOS	SAÚDE	SEGURO	TOTAL
Em 2009					
Custo do serviço corrente	12.421	11.840	970	258	25.489
Juros sobre obrigações atuariais	63.454	45.505	1.970	867	111.796
Rendimento esperado	(60.634)	(41.090)	-	-	(101.724)
	15.241	16.255	2.940	1.125	35.561
Restultado abrangente	(11.441)	(56.685)	14.500	1.339	(52.287)
Em 2010					
Custo do serviço corrente	12.359	14.373	2.645	682	30.059
Juros sobre obrigações atuariais	62.128	51.761	5.056	1.807	120.752
Rendimento esperado	(65.162)	(56.811)	-	-	(121.973)
	9.325	9.323	7.701	2.489	28.838
Restultado abrangente	(7.918)	1.027	(17.951)	(19.271)	(44.113)

h) Premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções

PREMISSAS UTILIZADAS	
HIPÓTESES ECONÔMICAS	
Taxa anual de juro atuarial real	6,00%
Taxa anual de inflação projetada	4,50%
Taxa esperada de retorno dos ativos	10,77%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual real de evolução do custos médicos	1,00%
Taxa real de evolução dos benefícios	0,00%
Taxa real de evolução dos benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	100,00%
HIPÓTESES ATUARIAIS	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca
% de casados na data da aposentadoria	10,77%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

15.2 – ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS

a) Termo de reconhecimento e consolidação de dívidas

Em 14 de dezembro de 2000, a ELETRONUCLEAR celebrou com a Fundação um "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças", no valor de R\$ 84.510 mil - base 31 de dezembro de 1999, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001.

A remuneração da obrigação foi fixada em 6% ao ano e a última parcela possui vencimento em 26 de dezembro de 2012.

O saldo do termo de reconhecimento e consolidação de dívidas em 31 de dezembro de 2010, corresponde a R\$ 49.593 mil (R\$ 65.284 - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 85.760 mil - 1º de dezembro de 2009), dos quais R\$ 24.074 mil classificados no passivo circulante (R\$ 20.506 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 19.604 mil – 1º de janeiro de 2009) e R\$ 25.519 mil no passivo não circulante (R\$ 44.778 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 66.156 mil – 1º de janeiro de 2009).

b) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidades das mesmas, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775 mil, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2010, monta R\$ 34.142 mil (R\$ 37.575 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 40.948 mil – 1º de janeiro de 2009), dos quais R\$ 6.190 mil estão classificados no passivo circulante (R\$ 5.544 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 5.052 mil – 1º de janeiro de 2009) e R\$ 27.952 mil no passivo não circulante (R\$ 32.031 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 35.896 mil – 1º de janeiro de 2009).

c) Dívida total por vencimento

TOTAL DÍVIDA COM A FRG	
VENCIMENTO	R\$ MIL
2011	30.263
2012	31.910
2013	6.773
2014	7.179
2015	7.610
TOTAL	83.735

NOTA 16 - DESCOMISSIONAMENTO DAS USINAS NUCLEARES

a) Constituição do Passivo

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas, para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes a desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento. O custo total estimado é descontado a valor presente com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado em contrapartida ao passivo para descomissionamento.

Anteriormente a esse instrumento legal, a formação dessa obrigação vinha sendo constituída em quotas mensais, durante a vida econômica da usina e complementada com ajuste a valor presente.

Para as usinas Angra 1 e Angra 2, em operação, foram realizados no exercício de 2009, os ajustes na forma de contabilização para atender à legislação em vigor. Esse ajuste não alterou o saldo do passivo para descomissionamento, uma vez que, no procedimento anterior esse saldo também representava o valor presente do valor total estimado para o descomissionamento.

As alterações tiveram influência apenas no Ativo Imobilizado, que recebeu o resultado da recomposição dos valores ao novo critério, deduzidos das contabilizações anteriores que eram realizadas diretamente no resultado.

O montante líquido contabilizado no ativo imobilizado de R\$ 21.318 mil foi feito em contrapartida a crédito no patrimônio líquido, na conta lucros (prejuízos) acumulados.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 375.968 mil (R\$ 323.326 mil em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 266.168 mil em 1º de janeiro de 2009).

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de descomissionamento:

PASSIVO PARA DESCOMISSIONAMENTO - R\$ MIL					
USINA	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AUSTE A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	511.523	(274.554)	236.969	211.690	192.504
ANGRA 2	709.801	(570.803)	138.998	111.636	73.664
TOTAL	1.221.324	(845.357)	375.967	323.326	266.168

b) Ajuste a valor presente

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço. Para o exercício de 2008, a taxa utilizada foi de 8,57% ao ano, taxa essa fixada para o ajuste a valor presente de todas as empresas do sistema ELETROBRAS.

De acordo com o que estabelece a Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovado pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, as alterações de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação, que é o caso do descomissionamento, devem refletir em atualização do ajuste a valor presente desse passivo.

A taxa de desconto aprovada para o sistema ELETROBRAS em 31 de dezembro de 2010 foi fixada em 5,65% ao ano e 6,37% ao ano para 31 de dezembro de 2009. Considerando as novas regras da Interpretação Técnica ICPC 12, a Companhia realizou a atualização do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento no valor total de R\$ 154.880 mil, sendo esse montante adicionando ao ativo imobilizado.

c) Efeitos no resultado

O efeito líquido no resultado do exercício, decorrente das operações contábeis envolvendo o passivo para o descomissionamento é uma receita de R\$ 5.782 mil, conforme segue:

DESCOMISSIONAMENTO - DEZEMBRO 2010				
EFEITO LÍQUIDO DO PASSIVO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
ITEM RESULTADO	R\$ MIL			
	EFEITO	ANGRA 1	ANGRA 2	TOTAL
Variação cambial	Despesa	(9.118)	(4.809)	(13.927)
Ajuste a valor presente	Receita	12.904	6.805	19.709
RESULTADO LÍQUIDO	Despesa	3.786	1.996	5.782

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da ELETROBRAS aprovou a transformação em adiantamentos para futuro aumento de capital e sua posterior integralização, dos créditos detidos pela ELETROBRAS junto à ELETRONUCLEAR, decorrentes do saldo devedor de financiamentos concedidos com recursos ordinários, no montante de R\$ 3.051.240 mil, em valores de 31 de outubro de 2010, a serem corrigidos até a data da efetiva liberação. Também através desse ato foi aprovada a concessão de um aporte financeiro à ELETRONUCLEAR, no valor de até R\$ 62.338 mil, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital, para cobertura de recursos em investimentos de máquinas e equipamentos destinados à manutenção das Usinas Angra 1 e Angra 2, bem como para substituições de equipamentos em caráter emergencial.

Em decorrência das aprovações acima descritas, em 28 de dezembro de 2010, foram celebrados entre ELETROBRAS e ELETRONUCLEAR os seguintes contratos:

- ECF-2889/2010 – Concessão da ELETROBRAS à ELETRONUCLEAR, com recursos ordinários, um adiantamento por conta de futuro aumento de capital, no valor de R\$ 3.051.240 mil, em valores de 31 de outubro de 2010, a ser corrigido até a data da efetiva liberação, 31 de dezembro de 2010. Em 29 de dezembro de 2010, a ELETROBRAS calculou e informou à ELETRONUCLEAR a atualização do valor do contrato para a data de 31 de dezembro de 2010, que passou a ser de R\$ 3.247.406 mil;
- CF-2893/2010 - Concessão da ELETROBRAS à ELETRONUCLEAR, com recursos ordinários, um adiantamento por conta de futuro aumento de capital, no valor de R\$ 62.338 mil.

NOTA 18 - CONTINGÊNCIAS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
TRABALHISTAS			
Data-base dos engenheiros	15.732	15.732	15.732
Diferenças de remunerações	4.820	5.206	5.871
Planos Bresser e Collor e outros	4.414	4.656	2.828
Outras	690	444	263
	25.656	26.038	24.694
CÍVEIS			
Desapropriações	1.260	8.760	8.790
Responsabilidade civil	778	778	993
Outros	2.880	2.639	785
	4.918	12.177	10.568
TRIBUTÁRIAS			
Tributos federais	126	126	6.095
INSS	10.348	11.587	11.991
	10.474	11.713	18.086
AMBIENTAL			
Contecioso	3.826	-	-
TOTAL	44.874	49.928	53.348

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando portanto correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros direitos" no ativo não circulante - realizável a longo prazo.

Conforme informações adicionais da Procuradoria Jurídica da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, montam R\$ 104.027 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 103.858 mil - 31 de dezembro de 2009), sendo R\$ 33.227 mil de processos de natureza trabalhista (R\$ 36.526 mil - 31 de dezembro de 2009), R\$ 62.673 mil de ações tributárias (R\$ 62.673 mil - 31 de dezembro de 2009) e outros de natureza cível no valor de R\$ 4.597 mil (R\$ 4.659 mil - 31 de dezembro de 2009).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços supostamente incidente sobre importação de mercadorias e efetuado indevidamente pela Companhia, sendo o valor questionado de R\$ 47.505 mil.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 3 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social. Tal procedimento gerou para a Companhia nos últimos 5 anos, uma economia fiscal a valores históricos de R\$ 130 milhões.

Também informa a Procuradoria Jurídica, que os processos de contingência ativa com expectativa de ganho possível para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não provisionados, somam R\$ 8.124 mil (R\$ 8.124 mil - 31 de dezembro de 2009), referentes a processos tributários federais.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias que geram uma posição passiva, conforme composição abaixo:

DESCRIÇÃO	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - R\$ MIL								
	2010			2009 (ajustado)			2008 (ajustado)		
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionam.	76.082	211.339	287.421	85.767	238.244	324.011	130.217	361.713	491.930
Corr.monetária imobilizado 95 a 97	20.643	57.343	77.986	21.673	60.202	81.875	22.702	63.062	85.764
Registro imobilizado descomissionam.	1.745	4.846	6.591	1.832	5.088	6.920	1.918	5.330	7.248
Baixa despesas administrativas	(23.228)	(64.521)	(87.749)	(24.151)	(67.087)	(91.238)	(21.806)	(60.572)	(82.378)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(61.511)	(170.864)	(232.375)
Vari.cambial líquida não realizada	(4.787)	(13.298)	(18.085)	8.215	22.819	31.034	(12.928)	(35.911)	(48.839)
Provisão para previdência privada	(3.104)	(8.624)	(11.728)	(5.735)	(15.931)	(21.666)	(8.982)	(24.951)	(33.933)
Provisão para devedores duvidosos	(76)	(211)	(287)	(2.171)	(6.032)	(8.203)	(2.160)	(6.000)	(8.160)
Prov.atualização depósitos judiciais	378	1.051	1.429	378	1.051	1.429	372	1.033	1.405
Prov.para contingências judiciais	(3.067)	(8.518)	(11.585)	(3.085)	(8.570)	(11.655)	(3.387)	(9.410)	(12.797)
Prov.para desvalorização de títulos	(24)	(67)	(91)	(24)	(67)	(91)	(24)	(67)	(91)
Sub-total	2.534	7.041	9.575	20.671	57.418	78.089	44.411	123.363	167.774
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(760)	(2.112)	(2.872)	(6.200)	(17.226)	(23.426)	(13.315)	(37.000)	(50.315)
TOTAL	1.774	4.929	6.703	14.471	40.192	54.663	31.096	86.363	117.459

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição acionária

SÍNTESE DO CAPITAL SOCIAL				
TIPO DE AÇÕES	DEZEMBRO/2010		DEZEMBRO/2009	
	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -
Ordinárias	9.620.213.143	2.572.829.267,12	9.620.213.143	2.572.829.267,12
Preferenciais	2.704.168.333	723.202.628,44	2.704.168.333	723.202.628,44
TOTAL	12.324.381.476	3.296.031.895,56	12.324.381.476	3.296.031.895,56

As ações ordinárias são nominativas, com direito a voto.

As ações preferenciais são nominativas, sem direito a voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;

- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias sobre alterações no Estatuto.

Também de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido, ajustado segundo a Lei das Sociedades por Ações.

b) Reservas de capital

O saldo de reservas de capital existente em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 903.064 mil (R\$ 903.064 mil em 1º de janeiro de 2009) está sendo integralmente absorvido por parte do saldo dos prejuízos acumulados na forma da Lei das Sociedade Anônimas.

c) Reservas de lucros

O saldo de reservas de lucros existente em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 123.396 mil (R\$ 120.641 mil em 1º de janeiro de 2009) está sendo integralmente absorvido por parte do saldo dos prejuízos acumulados na forma da Lei das Sociedade Anônimas.

d) Dividendos

O Estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O lucro líquido do exercício de 2009, ajustado, foi provisionado para distribuição na forma de dividendos, de acordo com o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial assinado com a controladora ELETROBRAS.

O quadro a seguir, demonstra o total dos dividendos provisionados, registrados no passivo circulante (mínimo obrigatório) e no patrimônio líquido (parcela excedente ao mínimo).

DESCRITIVO	R\$ MIL		
	AJUSTE EXERC. ANTERIORES - 2008 -	LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2009	TOTAL PROPOSTO DIVIDENDOS
Base de cálculo dos dividendos	57.489	55.107	
(-) Reserva legal	-	2.755	
Saldo a distribuir	57.489	52.352	109.841
Dividendos a pagar (mínimo obrigatório)	-	27.460	27.460
Dividendo adicional proposto	57.489	24.892	82.381

A proposta de distribuição dos dividendos originalmente apurados em 2009, conforme quadro acima, foi aprovada na Assembléia Geral de 30 de abril de 2010.

NOTA 21 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA NO RESULTADO

a) Síntese das despesas de imposto de renda e contribuição social

SÍNTESE DAS DESPESAS DE IR E CSLL						
DESPESA	R\$ MIL					
	Imposto de renda		Contribuição Social		TOTAL	
	DEZ/10	DEZ/09	DEZ/10	DEZ/09	DEZ/10	DEZ/09
Corrente	(1.359)	(15.805)	(473)	(5.656)	(1.832)	(21.461)
Diferido	46.292	59.241	16.666	21.327	62.958	80.568
TOTAL	44.933	43.436	16.193	15.671	61.126	59.107

b) Imposto de renda e contribuição social corrente – efeito no resultado

O cálculo do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social segue demonstrado:

DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	DEZ/10	DEZ/09	DEZ/10	DEZ/09
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(195.879)	159.140	(195.879)	159.140
Adições				
Varição cambial passiva total - temporária	33.186	93.592	33.186	93.592
Ajuste a valor presente - descomissionamento	70.707	94.342	70.707	94.342
Varição cambial ativa liquidada - temporária	20.364	9.513	20.364	9.513
Realização var. cambial descomissionamento-líquida	157.771	126.709	157.771	126.709
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	29.788	20.602	29.788	20.602
Provisão atuarial benefício pós-emprego	14.885	20.604	14.885	20.604
Provisão para contingências	9.763	3.191	9.763	3.191
Multas não dedutíveis - pasesp e cofins parcelamento	-	373	-	-
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	16.832	373	16.832	-
Outras	2.454	1.460	2.057	1.157
	355.750	370.759	355.353	369.710
Exclusões				
Varição cambial ativa total - temporária	61.699	306.656	61.699	306.656
Varição cambial passiva liquidada - temporária	5.154	31.369	5.154	31.369
Provisão atuarial benefício pós-emprego	-	6.548	-	6.548
Reversão de provisão para contingências	9.949	-	9.949	-
Reversão de provisão para devedores duvidosos	23.412	-	23.412	-
Ajuste a valor presente - descomissionamento	50.998	14.488	50.998	14.488
Ajustes diversos pelos CPC	-	79.940	-	79.940
Outras	754	72	754	72
	151.966	439.073	151.966	439.073
Prejuízo fiscal / Base negativa da contribuição social	-	-	-	-
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	7.905	90.826	7.508	89.777
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	2.371	27.136	2.253	27.136
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	5.534	63.690	5.255	62.641
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado	1.359	15.805	473	5.656

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2010 e 2009, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – efeitos no resultado

Imposto de Renda e e Contribuição Social Diferidos no Resultado de 2010	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a valor presente do descomissionamento - resultado	(19.700)	(1.773)	(4.925)	(6.698)
Ajuste a valor presente descomissionamento - valor cheio	55.095	4.959	13.774	18.733
Ajuste a valor presente variação cambial	11.877	1.069	2.969	4.038
Ajuste a vr presente do descomissionam. imobilizado-CPC	(154.889)	(13.940)	(38.722)	(52.662)
Variação cambial passiva não realizada - líquida	(144.467)	(13.002)	(36.117)	(49.119)
Baixa de despesas da administração central	10.264	924	2.566	3.490
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Ajuste de avaliação de ativo atuarial	29.228	2.631	7.307	9.938
Provisão para devedores duvidosos	23.281	2.095	5.820	7.615
Provisão para contingências Judiciais	206	19	52	71
Outros ajustes	(967)	(87)	(242)	(329)
sub/total	(201.510)	(18.134)	(50.378)	(68.512)
Compensação c/prejuízos fiscais exercícios anteriores	60.453	5.438	15.114	20.552
Sub-total após a compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(141.057)	(12.696)	(35.264)	(47.960)
Ajuste avaliação de ativo atuarial - Resultados abrangentes	(44.113)	(3.970)	(11.028)	(14.998)
TOTAL - em 31 de dezembro de 2010	(185.170)	(16.666)	(46.292)	(62.958)

Imposto de Renda e e Contribuição Social Diferidos no Resultado de 2009	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a valor presente do descomissionamento	(79.854)	(7.187)	(19.964)	(27.151)
Variação cambial ativa não realizada - líquida	234.921	21.143	58.730	79.873
Baixa de despesa de administração central	(26.061)	(2.345)	(6.515)	(8.860)
Baixa de Imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Baixa de de custos da usina Angra 3	(5.741)	(517)	(1.435)	(1.952)
Baixa de Imobilizado - ajuste a valor presente	(21.318)	(1.919)	(5.330)	(7.249)
Ajuste a valor presente passivo descomissionamento	(414.025)	(37.262)	(103.506)	(140.768)
Provisão para benefícios pós-emprego	54.426	4.898	13.607	18.505
Ajuste de avaliação de ativo atuarial	(18.345)	(1.651)	(4.586)	(6.237)
Provisão para devedores duvidosos	(126)	(11)	(32)	(43)
Provisão para correção monetária depósitos judiciais	3.358	302	840	1.142
Provisão para contingências Judiciais	24	2	6	8
Outros ajustes	20.351	1.832	5.088	6.920
sub/total	(263.828)	(23.744)	(65.957)	(89.701)
Compensação c/prejuízos fiscais exercícios anteriores	79.148	7.123	19.788	26.911
Sub-total após a compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(184.680)	(16.621)	(46.169)	(62.790)
Ajuste avaliação de ativo atuarial - Resultados Abrangentes	(52.286)	(4.706)	(13.072)	(17.778)
TOTAL - em 31 de dezembro de 2009	(236.966)	(21.327)	(59.241)	(80.568)

NOTA 22 - CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2010	2009
Pessoal	(330.359)	(284.682)
Material	(41.900)	(38.583)
Matéria prima - consumo de combustível	(270.842)	(241.471)
Serviços de terceiros	(147.836)	(146.190)
Depreciação e amortização	(219.220)	(202.605)
Encargos de uso da rede elétrica	(51.095)	(50.492)
Outros custos	(25.935)	(25.841)
TOTAL	(1.087.187)	(989.864)

NOTA 23 - ENCARGOS FINANCEIROS

ENCARGOS FINANCEIROS E TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2010	2009
	GERAÇÃO	GERAÇÃO
Encargos financeiros contabilizados no resultado	411.802	376.655
(-) Transferências para o imobilizado em curso	16.499	9.389
Efeito líquido no resultado	395.303	367.266

NOTA 24 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Abaixo quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL								
SALDOS	31/DEZ/10						31/DEZ/09	01/JAN/09
	Eletrobrás	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	TOTAL		
Concessionárias	-	268.582	-	-	-	268.582	328.182	284.037
Fundo descomissionam.	101.594	-	-	-	-	101.594	66.738	41.860
Contas a receber	3.611	2.325	-	-	-	5.936	6.948	2.835
Fornecedores	(3.337)	(1.237)	(133)	(97)	(124)	(4.928)	(1.642)	(5.003)
Financiamentos captados	(599.371)	-	-	-	-	(599.371)	(3.113.744)	(2.897.934)
Saldo Líquido	(497.503)	269.670	(133)	(97)	(124)	(228.187)	(2.713.518)	(2.574.205)
TRANSAÇÕES	31/DEZ/10						31/DEZ/09	01/JAN/09
	Eletrobrás	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	TOTAL		
Venda de energia	-	1.782.371	-	-	-	1.782.371	1.677.069	1.569.817
Cessão de funcionários	6.103	-	-	-	-	6.103	5.295	3.629
IR s/fundo financeiro	1.589	-	-	-	-	1.589	-	-
Despesa financeira	(106.874)	-	-	-	-	(106.874)	(163.909)	(129.410)
Receita financeira	(4.263)	-	-	-	-	(4.263)	14.102	9.961
Encargos uso rede elétr.	-	(8.984)	(5.200)	(3.749)	(4.200)	(22.133)	(21.641)	(19.900)
Auditoria externa	(267)	-	-	-	-	(267)	-	(620)
R G R	(43.302)	-	-	-	-	(43.302)	(34.365)	(43.859)
Saldo Líquido	(147.014)	1.773.387	(5.200)	(3.749)	(4.200)	1.613.224	1.476.551	1.389.618

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 13.

NOTA 25 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu no exercício, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	45.586	42.792	40.641
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	7.885	7.520	6.453
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS	77	77	66
TOTAL	53.548	50.389	47.160

NOTA 26 - SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, fornecida à FURNAS, de 13.361.399 MWh* (11.876.916 MWh* - dezembro de 2009), corresponde à uma receita no exercício de R\$ 1.782.371 mil (R\$ 1.677.069 mil - 31 de dezembro de 2009).

* Informações não auditadas

a) – Tarifas praticadas pela ELETRONUCLEAR

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR, praticados no exercício, foram os seguintes:

- De 01 de janeiro a 04 de dezembro de 2009 > R\$ 130,79 /MWh - Resolução ANEEL nº 747, de 02 de dezembro de 2008 – Faturamento integral em 2009.
- De 05 de dezembro de 2009 a 04 de dezembro de 2010 > R\$ 135,63 /MWh - Resolução ANEEL nº 916, de 08 de dezembro de 2009 – Faturamento integral em 2009 e 2010.
- Conforme previsto no parágrafo 2º, da Lei nº 12.111/2009, a tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR, a partir de dezembro de 2009, será calculada e homologada anualmente pela ANEEL, pela aplicação de fórmula paramétrica que considere a variação das despesas com a aquisição do combustível nuclear e a aplicação do IPCA para os demais custos e despesas. Assim, a ANEEL homologou através da Resolução nº 1.091, de 30 de novembro de 2010, a nova tarifa de R\$ 137,66 /MWh, ainda provisória, para ser praticada pela ELETRONUCLEAR, com vigência no período de 05 de dezembro de 2009 a 04 de dezembro de 2010.

Conforme recomendação da ANEEL, no VOTO anexo à Resolução nº. 1091/2010, a ELETRONUCLEAR acordou com FURNAS que somente realizará o refaturamento da diferença entre a tarifa de R\$ 137,66 /MWh para R\$ 135,63 /MWh, quando da divulgação da tarifa definitiva para esse período. Essa diferença foi registrada na receita da Companhia, em dezembro de 2010, como provisão em função do regime de competência.

- Também através da Resolução nº 1091/2010, a ANEEL, em conformidade com o disposto no parágrafo 2º, da Lei nº 12.111/2009, descrito no item anterior, fixou em R\$ 145,48 /MWh, a tarifa provisória a ser praticada pela ELETRONUCLEAR, com vigência no período de 05 de dezembro de 2010 a 04 de dezembro de 2011.

b) Nova regulamentação de comercialização

Em 09 de dezembro de 2009 foi promulgada a Lei nº. 12.111, incluindo a partir de 2013, a energia elétrica gerada pela ELETRONUCLEAR nas Usinas Angra 1 e Angra 2, em sistema de comercialização, sob a forma de rateio entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme regulamentação .

A mencionada lei prevê também, que a ELETRONUCLEAR fica autorizada a repassar à FURNAS, entre 2013 a 2015, o diferencial verificado no período 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência.

A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da ELETRONUCLEAR, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011.

A tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR, a partir de dezembro de 2009, será calculada e homologada anualmente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, pela aplicação de fórmula paramétrica, que considere a variação das despesas com a aquisição do combustível nuclear e a aplicação do IPCA para os demais custos e despesas.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição, atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Não haverá ganho nem perda por parte da ELETRONUCLEAR, tratando-se exclusivamente de uma operação cruzada de comercialização de energia com repasse de recursos tarifários.

A ELETRONUCLEAR mantém-se na expectativa da regulamentação da Lei nº. 12.111, quando estarão definidos os parâmetros e critérios a serem praticados para o novo modelo de comercialização da energia das suas Usinas Angra 1 e Angra 2.

NOTA 27 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida pode ser assim entendida:

RECONCILIAÇÃO RECEITAS	R\$ MIL	
	2010	2009
Venda bruta de energia	1.782.720	1.677.069
Impostos sobre vendas	(65.183)	(61.300)
Reserva global de reversão (Nota 25)	(45.586)	(42.792)
Receita líquida	1.671.951	1.572.977

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, um prejuízo de R\$ 134.754 mil, enquanto que no mesmo período de 2009, o resultado foi de um lucro líquido de R\$ 218.247 mil.

O resultado operacional do exercício corrente foi negativo em R\$ 195.880 mil, apurado pelo lucro do serviço de R\$ 387.063 mil diminuído do prejuízo financeiro de R\$ 582.943 mil. No exercício anterior, houve um lucro operacional no valor de R\$ 159.140 mil, decorrente do lucro no serviço de R\$ 417.478 mil diminuído do prejuízo financeiro de R\$ 258.338 mil.

Na análise comparativa dos resultados financeiros incorridos nos exercícios de 2010 e 2009, destacam-se alguns fatores que contribuíram para o aumento do prejuízo financeiro de 2010, a saber:

- A variação monetária sobre empréstimos e financiamentos da ELETROBRAS em 2010 somou ao longo de 2010 uma despesa de R\$ 202.098 mil, enquanto que em 2009 o montante do exercício registrou uma receita (recuperação de despesa) de R\$ 24.043 mil. Tal discrepância é explicada pela oscilação do IGMP2 (indexador contratual) que em 2010 registrou um aumento de 11,32 %, mas em 2009 registrou uma queda de 1,72 %.
- Na variação cambial sobre empréstimos da ELETROBRAS e sobre dívidas com fornecedores, nos dois exercícios, os montantes apurados apresentaram uma recuperação de despesas, respectivamente de R\$ 30.448 mil em 2010 e R\$ 45.986 mil em 2009. Verifica-se então que em 2010 o incremento negativo foi menor em R\$ 15.538 mil em relação a 2009, que é explicado pela desvalorização na cotação do EURO frente ao REAL, que no exercício de 2010, teve uma queda menor em relação a 2009 (2010 - queda de 11,14% e em 2009 - queda de 22,47 %);
- Na variação cambial sobre o passivo para descomissionamento, verifica-se uma recuperação de despesa nos dois exercícios em decorrência da desvalorização do DOLAR em relação ao REAL. O incremento a maior na recuperação de despesa no exercício de 2009 é explicado pela desvalorização maior em 2009 (2009 – queda de 25,49 % e em 2010 – queda de 2,63 %). Já na despesa de ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento o efeito foi inverso, mas a variação de um exercício para o outro não é relevante;
- Nas despesas de encargos de dívidas os resultados dos dois exercícios se equivalem, demonstrando um aumento inexpressivo em 2010.

A expectativa da Companhia para os próximos exercícios é de uma queda substancial nas despesas de encargos de dívida, em decorrência da transformação em adiantamentos para futuro aumento de capital, de parte da dívida com a ELETROBRAS, no montante de R\$ 3.247.406 mil (Nota 17).

O quadro abaixo apresenta uma síntese do resultado financeiro comparativo:

RESULTADO FINANCEIRO	2010	2009
Receitas financeiras:		
Variações cambiais sobre financiamentos - ELETROBRAS (Nota 13c)	17.012	83.145
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores	13.436	-
Varição cambial do passivo para descomissionamento (Nota 16c)	13.927	67.857
Aplicações financeiras	11.780	9.892
	56.155	160.894
Despesas financeiras:		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(389.839)	(360.565)
Encargos de dívidas com a Fundação Real Grandeza (Nota 15)	(5.465)	(6.701)
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores	-	(10.852)
Variações monetárias sobre financiamentos - ELETROBRAS (Nota 13c)	(191.262)	-
Ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento (Nota 16c)	(19.709)	(16.996)
Rendimento fundo financeiro descomissionamento (Nota 8)	(4.262)	(14.102)
Diversas	(28.561)	(10.016)
	(639.098)	(419.232)
TOTAL	(582.943)	(258.338)

NOTA 28 - SEGUROS (Não auditada)

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 4.400.121 mil, e está assim distribuído:

SEGUROS / RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO
Riscos nucleares			
- Danos materiais	31/05/2011	1.666.200	6.809
- Responsabilidade civil	31/05/2011	347.603	1.455
Armazenamento de equipamentos	Constr. Angra 3	2.106.004	5.073
Diversos	Diversas	280.315	357
TOTAL		4.400.121	13.694

NOTA 29 – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (Não auditada)

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados tendo apresentado os seguintes indicadores nos exercícios de 2010 e de 2009:

INDICADORES		DEZ/10	DEZ/09
Empregados treinados	unidade	2.154	1.847
Homem hora treinados	horas	182.122,9	123.058,0
Média de hora de treinamento p/ empregado treinado	horas	84,6	66,6
Índice de empregados treinados	%	84,9	80,0
Força de trabalho treinada	%	3,7	2,8
Investimento total	R\$ mil	4.690	4.771
Valor médio investido por empregado	R\$ mil	2,18	2,58

NOTA 30 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010, foram de R\$ 29.870,64 e R\$ 1.811,34 (R\$ 25.719,05 e R\$ 1.518,40 – dezembro de 2009) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010, correspondeu a R\$ 27.861,07 (R\$ 26.534,35 - dezembro de 2009).

Durante o exercício, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHEIROS		
Natureza	R\$ MIL	
	DEZ/2010	DEZ/2009
Remuneração dos diretores e conselheiros	2.362	2.255
Encargos sociais	698	693
Benefícios	377	305
Outros (inclui PLR)	65	259
TOTAL	3.502	3.512

NOTA 31 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possui outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 2010 e 2009. Tratam-se de contratos e termos de compromissos referentes: a aquisição de matéria prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; a compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3; e aquisição de equipamentos para substituição em seu ativo imobilizado, a saber:

a) Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, para aquisição de matéria prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, conforme quadros demonstrativos a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR USINAS ANGRAS 1 E 2		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	2010	2009
Matéria prima para produção de energia das usinas	213.983	124.105
Conversão, enriquecimento e fabricação de elementos do combustível	40.285	36.820
TOTAIS	254.268	160.925

COMBUSTIVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO		
ANO	R\$ MIL	
	2010	2009
2010	-	80.462
2011	127.134	48.278
2012	76.280	32.185
2013	50.854	-
TOTAIS	254.268	160.925

b) Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios listados a seguir, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadros demonstrativos a seguir:

COMPENSAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	2010	2009
Termos de compromissos socioambientais do empreendimento Angra 3 assinados com as prefeituras dos municípios de:		
- Angra dos Reis	142.696	150.444
- Rio Claro	14.175	-
- Paraty	46.000	-
TOTAIS	202.871	150.444

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO		
ANO	R\$ MIL	
	2010	2009
2010	-	7.748
2011	38.066	38.066
2012	5.994	5.994
2013	5.649	5.649
2014	1.611	1.611
2015	225	225
APÓS 2015	151.326	91.151
TOTAIS	202.871	150.444

c) Aquisição de equipamentos

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra 1 e Angra 2, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadros demonstrativos a seguir:

EQUIPAMENTOS PARA ANGRAS 1 E 2		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	2010	2009
Equipamentos para usinas Angra 1 e Angra 2:		
- Rotor da turbina de baixa pressão da usina Angra 1	29.321	49.961
- Rotor do gerador elétrico da usina Angra 2	9.752	18.828
- Troca da Tampa do Vaso do Reator e fornecimento dos CRDM - usina Angra 1	35.481	-
TOTAIS	74.554	68.789

EQUIPAMENTOS - DATAS DE REALIZAÇÃO		
REALIZAÇÃO	R\$ MIL	
	2010	2009
2010	-	32.832
2011	48.171	35.957
2012	26.383	-
TOTAIS	74.554	68.789

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MIGUEL COLASUONNO

Presidente do Conselho

OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA

Conselheiro

MIRIAM MARA MIRANDA

Conselheiro

ANTONIO CARLOS GOMES LIMA

Conselheiro

EDUARDO DE CAROLIS

Conselheiro

JOSIAS MATOS DE ARAUJO

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA

Diretor Presidente

PEDRO JOSÉ DINIZ DE FIGUEIREDO

Diretor de Operação e Comercialização

LUIZ ANTONIO DE AMORIM SOARES

Diretor Técnico

PÉRSIO JOSÉ GOMES JORDANI

Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente

EDNO NEGRINI

Diretor de Administração e Finanças

ROBERTO C. B. JUNQUEIRA FERRAZ

Superintendente de Finanças

LUIZ FERNANDO HENRIQUES

Contador CRC:RJ-50.602/O-4 - Gerente de Contabilidade

**DEMONSTRATIVOS DO CAPITAL SOCIAL E A COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA
DA ELETRONUCLEAR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

CAPITAL SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010			
TIPO DE AÇÕES	QUANTIDADE DE AÇÕES	VALOR DO CAPITAL	RELAÇÃO %
ORDINÁRIAS	9.620.213.143	2.572.829.267,12	78,0583850173
PREFERENCIAIS	2.704.168.333	723.202.628,44	21,9416149827
TOTAL	12.324.381.476	3.296.031.895,56	100,00

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010					
ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS	9.613.076.187	2.688.199.729	12.301.275.916	99,8125215448	3.290.021.833,27
Depto de Águas Energia Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,1084482335	3.476.562,88
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,0410486564	1.315.911,11
ELETRONUCLEAR - Ações em Tesouraria	203	193	396	0,0000032131	103,00
Associação Aposentados de FURNAS	116	116	232	0,0000018825	60,34
Pessoas Físicas	1.176.611	3.503.754	4.680.365	0,0379764697	1.217.424,96
TOTAL	9.620.213.143	2.704.168.333	12.324.381.476	100,00	3.296.031.895,56

OBS. As Ações são todas nominativas sem valor nominal



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Eletronuclear S.A. - Eletronuclear

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletronuclear S.A. - Eletronuclear (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Eletronuclear S.A. - Eletronuclear

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletronuclear S.A. – Eletronuclear em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota 6 às demonstrações contábeis que descreve que em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía R\$ 91.710 mil a receber da parte relacionada FURNAS - Centrais Elétricas S.A. vinculados a operações efetuadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e que não foram liquidadas por estarem sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento. A realização deste ativo, relativo às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, encontra-se no aguardo das decisões judiciais referentes a tais ações legais impetradas, decorrentes da interpretação das regras do mercado em vigor naquele período. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar no caso da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009


O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujo balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 27 de fevereiro de 2009, sem ressalvas e com os seguintes parágrafos de ênfase relacionados ao: (i) mesmo assunto mencionado nesse relatório de auditoria e (ii) reconhecimento de ativo atuarial pela Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.




Eletróbrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.1 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial e as respectivas notas explicativas de 1º de janeiro de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2008 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2008 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2011


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

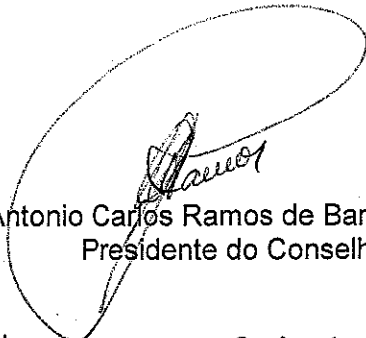

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, e as notas explicativas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Com base no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 07 de abril de 2011, apresentado sem ressalvas, e de acordo com os exames efetuados, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da ELETRONUCLEAR.

Rio de Janeiro, 07 de abril de 2011.



Antonio Carlos Ramos de Barros Mello
Presidente do Conselho

Luiz Augusto P. A. Figueira
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira
Conselheiro Fiscal

Quênio Cerqueira de França
Quênio Cerqueira de França
Conselheiro Fiscal

ANEXO 2

Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza.

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

CONTEÚDO

Relatórios dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstrativo da mutação do ativo líquido

Quadro 3 - Demonstração do ativo líquido e da mutação do ativo líquido do plano BD

Quadro 4 - Demonstração do ativo líquido e da mutação do ativo líquido do plano CD

Quadro 5 - Demonstração do plano de gestão administrativa

Quadro 6 - Demonstração das obrigações atuariais dos planos BD e CD

Notas explicativas às demonstrações contábeis



Tel.: +55 (21) 3534-7500
Fax.: +55 (21) 2221-1395
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua 7 de Setembro, 71
15º e 21º andares - Centro
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
20050-005

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, participantes e patrocinadoras da
Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.



Tel.: +55 (21) 3534-7500
Fax.: +55 (21) 2221-1395
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua 7 de Setembro, 71
15º e 21º andares - Centro
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
20050-005

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

ÊNFASE

Conforme mencionado na nota 10, em agosto de 2007 a REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social recebeu o Relatório de Fiscalização nº 006/007/ESRJ emitido pela Secretaria de Previdência Complementar -SPC, resultante do exame do período compreendido entre janeiro de 2002 a fevereiro de 2007 e abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido e ao PLAMES. O relatório estabeleceu recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano BD, como também para todos os usuários do PLAMES. No entanto, a Fundação elaborou uma manifestação contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando a elucidar a equipe de fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar -SPC quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando assim, evitar os citados aumentos. Em 17 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio do Ofício nº 176/ERRJ/PREVIC, deu como encerrada a ação fiscal acatando os argumentos da Fundação, à exceção dos itens relacionados ao plano de custeio do Plano BD e a paridade contributiva para as despesas administrativas, cujo efetivo cumprimento será objeto de acompanhamento por parte do órgão fiscalizador em uma próxima ação fiscal ou avaliado em processo apartado, devido à necessidade de se aguardar decisão definitiva na ação judicial movida pela Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas), a qual questiona a paridade contributiva nas despesas administrativas.

Com relação ao Plano BD, o Conselho Deliberativo, levando em consideração as exigências da PREVIC, os princípios de equilíbrio financeiro atuarial do plano e outros aspectos identificados pelo grupo designado para avaliação de questões legais e atuariais observadas historicamente no plano, aprovou por meio da RC nº 001/172 um novo plano de custeio definido em regulamento, em que as principais alterações são: (a) eliminação do excesso de contribuições em relação ao custo normal, (b) Transformação das contribuições eternas de 2,85% e 2,24% sobre os salários reais de contribuição, em contrato de dívida a ser firmado entre as Patrocinadoras do plano e a REAL GRANDEZA e (c) Implantação da contribuição paritária da Patrocinadora para os assistidos. Como não foram concluídas todas as obrigações para implantação do novo plano de custeio, procedeu-se ao encerramento do exercício mantendo-se inalterado o plano de custeio do Plano BD. Caso o plano proposto pudesse ter sido aplicado, o superávit acumulado de R\$1.275.407 mil seria reduzido para R\$940.498 mil.



Tel.: +55 (21) 3534-7500
Fax.: +55 (21) 2221-1395
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua 7 de Setembro, 71
15º e 21º andares - Centro
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
20050-005

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2011

Marcelo Nogueira de Andrade
Sócio-contador
CRC 1RJ086312/O-6
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RJ

QUADRO 1

REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	2010	2009		2010	2009
		(ajustado)			(ajustado)
ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL	314	417	EXIGÍVEL OPERACIONAL	19.763	19.866
REALIZÁVEL	9.213.938	8.018.006	Gestão Previdencial	14.002	15.821
Gestão Previdencial	730.817	877.945	Gestão Administrativa	5.448	3.460
Gestão Administrativa	2.861	1.448	Investimentos	313	585
Investimentos	8.480.260	7.138.613	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	124.027	20.924
Créditos Privados e Depósitos	25.707		Gestão Previdencial	104.047	2.207
Ações	19.864	21.991	Gestão Administrativa	677	
Fundos de Investimento	7.861.426	6.636.712	Investimentos	19.303	18.717
Investimentos Imobiliários	200.446	209.736	PATRIMÔNIO SOCIAL	9.074.970	7.982.548
Empréstimos	280.523	270.174	Patrimônio de Cobertura do Plano	8.983.701	7.906.626
Outros Realizáveis	92.294		Provisões Matemáticas	7.708.294	6.863.191
PERMANENTE	4.508	4.915	Benefícios Concedidos	4.181.052	3.865.430
Imobilizado	2.347	2.161	Benefícios a Conceder	3.527.242	2.997.761
Diferido	2.161	2.754	Equilíbrio Técnico	1.275.407	1.043.435
GESTÃO ASSISTENCIAL	124.557	109.081	Superávit Técnico Acumulado	1.275.407	1.043.435
TOTAL DO ATIVO	9.343.317	8.132.419	Fundos	91.269	75.922
			Fundos Administrativos	51.370	46.001
			Fundos dos Investimentos	39.899	29.921
			GESTÃO ASSISTENCIAL	124.557	109.081
			TOTAL DO PASSIVO	9.343.317	8.132.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009 (ajustado)	Var %
A) ATIVO LÍQUIDO - início do exercício	8.000.873	6.965.228	14,87%
1. Adições	1.752.077	1.576.651	11,13%
Contribuições Previdenciais	298.148	219.118	36,07%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.270.441	1.189.902	6,77%
Receitas Administrativas	47.014	43.371	8,40%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.758	6.353	-25,11%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa		3.366	-100,00%
Receitas Assistencias	131.716	114.541	14,99%
2. Destinações	(657.985)	(541.006)	21,62%
Benefícios	(389.673)	(374.670)	4,00%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(101.840)	(88)	115627,27%
Despesas Administrativas	(45.726)	(41.753)	9,52%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(677)		100,00%
Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	(5.369)	(11.337)	-52,64%
Despesas Assistenciais	(114.700)	(113.158)	1,36%
3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo Líquido (1+2)	1.094.092	1.035.645	5,64%
Provisões Matemáticas	845.103	1.093.287	-22,70%
Fundos Previdenciais		(772.561)	-100,00%
Superávit Técnico do Exercício	231.972	713.536	-67,49%
Gestão Assistencial	17.017	1.383	1130,44%
B) ATIVO LÍQUIDO - final do exercício (A+3)	9.094.965	8.000.873	13,67%
C) Fundos não previdenciais	91.269	75.922	20,21%
Fundos Administrativos	51.370	46.001	11,67%
Fundos dos Investimentos	39.899	29.921	33,35%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009 (ajustado)	Var %
1. Ativos	8.972.528	7.834.498	14,53%
Disponível	208	285	-27,02%
Receível	766.548	874.069	-12,30%
Investimento	8.205.772	6.960.144	17,90%
Créditos Privados e Depósitos	25.707		100,00%
Ações	17.962	19.856	-9,54%
Fundos de Investimento	7.612.095	6.477.775	17,51%
Investimentos Imobiliários	200.446	209.736	-4,43%
Empréstimos	257.268	252.777	1,78%
Outros Realizáveis	92.294		100,00%
2. Obrigações	140.329	37.140	277,84%
Operacional	16.991	16.227	4,71%
Contingencial	123.338	20.913	489,77%
3. Fundos não Previdenciais	81.591	58.255	40,06%
Fundos Administrativos	42.205	28.587	47,64%
Fundos dos Investimentos	39.386	29.668	32,76%
4. Ativo Líquido (1-2-3)	8.750.608	7.739.103	13,07%
Provisões Matemáticas	7.475.201	6.695.668	11,64%
Superávit	1.275.407	1.043.435	22,23%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009 (ajustado)	Var %
A) Ativo Líquido - início do exercício	7.739.103	6.763.043	14,43%
1. Adições	1.530.904	1.377.332	11,15%
Contribuições	290.274	216.123	34,31%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.240.630	1.161.209	6,84%
2. Destinações	(519.399)	(401.272)	29,44%
Benefícios	(388.508)	(373.976)	3,89%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(101.840)	(88)	115627,27%
Custeio Administrativo	(29.051)	(27.208)	6,77%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.011.505	976.060	3,63%
Provisões Matemáticas	779.533	1.035.086	-24,69%
Fundos Previdenciais		(772.561)	-100,00%
Superávit Técnico do Exercício	231.972	713.535	-67,49%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	8.750.608	7.739.103	13,07%
C) Fundos não previdenciais	81.591	58.255	40,06%
Fundos Administrativos	42.205	28.587	47,64%
Fundos dos Investimentos	39.386	29.668	32,76%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009 (ajustado)	Var %
1. Ativos	243.341	173.783	40,03%
Disponível	78	53	47,17%
Receível	15.638	3.876	303,46%
Investimento	227.625	169.854	34,01%
Ações	1.902	2.135	-10,91%
Fundos de Investimento	202.468	150.322	34,69%
Empréstimos	23.255	17.397	33,67%
2. Obrigações	570	178	220,22%
Operacional	570	178	220,22%
3. Fundos não Previdenciais	9.678	6.081	59,15%
Fundos Administrativos	9.165	5.827	57,29%
Fundos dos Investimentos	513	254	101,97%
4. Ativo Líquido (1-2-3)	233.093	167.523	39,14%
Provisões Matemáticas	233.093	167.523	39,14%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009 (ajustado)	Var %
A) Ativo Líquido - início do exercício	167.523	109.322	53,24%
1. Adições	68.699	60.809	12,98%
Contribuições	38.889	32.116	21,09%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	29.810	28.693	3,89%
2. Destinações	(3.129)	(2.608)	19,98%
Benefícios	(1.165)	(695)	67,63%
Custeio Administrativo	(1.964)	(1.913)	2,67%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	65.570	58.201	12,66%
Provisões Matemáticas	65.570	58.201	12,66%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	233.093	167.523	39,14%
C) Fundos não previdenciais	9.678	6.081	59,15%
Fundos Administrativos	9.165	5.827	57,29%
Fundos dos Investimentos	513	254	101,97%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5

REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	Var %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	46.001	34.663	32,71%
1. Custeio da Gestão Administrativa	51.772	53.089	-2,48%
1.1. Receita	51.772	53.089	-2,48%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	31.015	29.121	6,50%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	521	538	-3,16%
Resultado Positivo dos Investimentos	4.758	6.353	-25,11%
Reversão de Contingências		3.366	-100,00%
Reembolso da Gestão Assistencial	15.478	13.711	12,89%
2. Despesas Administrativas	(46.403)	(41.751)	11,14%
2.1. Administração Previdencial	(19.091)	(16.990)	12,37%
Pessoal e encargos	(12.042)	(10.999)	9,48%
Treinamentos/congressos e seminários	(119)	(53)	124,53%
Viagens e estadias	(108)	(140)	-22,86%
Serviços de terceiros	(1.962)	(2.141)	-8,36%
Despesas gerais	(3.749)	(3.160)	18,64%
Depreciações e amortizações	(434)	(497)	-12,68%
Contingências	(677)		100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	(12.010)	(11.227)	6,97%
Pessoal e encargos	(8.614)	(7.321)	17,66%
Treinamentos/congressos e seminários	(94)	(44)	113,64%
Viagens e estadias	(55)	(80)	-31,25%
Serviços de terceiros	(1.020)	(1.776)	-42,57%
Despesas gerais	(1.934)	(1.826)	5,91%
Depreciações e amortizações	(293)	(180)	62,78%
2.3. Administração Assistencial	(15.302)	(13.534)	13,06%
3. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	5.369	11.338	-52,65%
4. Constituição/Reversão do fundo Administrativo (3)	5.369	11.338	-52,65%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	51.370	46.001	11,67%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 6

REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

Plano de Benefício Definido

DESCRIÇÃO	2010	2009	Var %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	<u>8.750.608</u>	<u>7.739.103</u>	13,07%
1. Provisões Matemáticas	<u>7.475.201</u>	<u>6.695.668</u>	11,64%
1.1. Benefícios Concedidos	<u>4.177.391</u>	<u>3.862.075</u>	8,16%
Benefício Definido	4.177.391	3.862.075	8,16%
1.2. Benefício a Conceder	<u>3.297.810</u>	<u>2.833.593</u>	16,38%
Benefício Definido	3.297.810	2.833.593	16,38%
2. Equilíbrio Técnico	<u>1.275.407</u>	<u>1.043.435</u>	22,23%
2.1. Resultados Realizados	<u>1.275.407</u>	<u>1.043.435</u>	22,23%
Superávit técnico acumulado	<u>1.275.407</u>	<u>1.043.435</u>	22,23%
Reserva de contingência	1.275.407	1.043.435	22,23%

Plano de Contribuição Definida

DESCRIÇÃO	2010	2009	Var %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	<u>233.093</u>	<u>167.523</u>	39,14%
1. Provisões Matemáticas	<u>233.093</u>	<u>167.523</u>	39,14%
1.1. Benefícios Concedidos	<u>3.661</u>	<u>3.355</u>	9,12%
Contribuição Definida	882	854	3,28%
Benefício Definido	2.779	2.501	11,12%
1.2. Benefício a Conceder	<u>229.432</u>	<u>164.168</u>	39,75%
Contribuição Definida	<u>218.310</u>	<u>156.688</u>	39,33%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	90.663	65.914	37,55%
Saldo de contas - parcela participantes	127.647	90.774	40,62%
Benefício Definido	<u>11.122</u>	<u>7.480</u>	48,69%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar, restrita aos empregados, inclusive aos em cargos de direção, das suas patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e da própria Real Grandeza. A Fundação, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo conceder e manter os benefícios de aposentadoria, pensão e pecúlio a que têm direito os seus participantes e assistidos, bem como seus beneficiários e dependentes, conforme previsto nos Regulamentos dos seus Planos de Benefícios.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios previdenciários, um estruturado na modalidade de benefício definido, denominado Plano de Benefício Definido, instituído desde a sua criação, e outro na modalidade de contribuição variável, denominado Plano de Contribuição Definida, o qual foi aprovado à época pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 406/SPC/CGAJ, em 20 de março de 2002.

Em 9 de abril de 2003, a então Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida, o que possibilitou a adesão ao referido plano, a partir de 1º de maio de 2003, dos empregados do quadro próprio da Fundação.

A Real Grandeza também opera, por meio do sistema de autogestão, dois planos de assistência à saúde: o Plames (Plano de Assistência Médico Suplementar), disponibilizado aos participantes e pessoas a eles vinculadas, sendo custeado por meio de contribuições específicas dos participantes; e o Plano de Assistência Médica da Real Grandeza, destinado aos seus empregados e dependentes, o qual é custeado pela própria Fundação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em milhares de reais e em conformidade com as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores para as entidades fechadas de previdência complementar, Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e alterações posteriores, complementada pela Instrução MPAS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11.

A estrutura da planificação contábil tem por objetivo atender ao disposto na legislação vigente para o setor, no sentido de efetuar a contabilização em separado das atividades exercidas pela Fundação, visando à autonomia patrimonial entre os planos. Assim, o plano de contas segrega as contas patrimoniais e de resultados em gestão previdencial, administrativa e assistencial, além do fluxo dos investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa.

A gestão assistencial, constituída por planos de assistência médica com registro na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), terá suas demonstrações financeiras elaboradas à parte, seguindo as normas específicas para o setor de saúde, sendo nestas demonstrações contábeis apresentados os valores consolidados de ativo, passivo e a variação patrimonial.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- a. As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, bem como as variações patrimoniais da gestão assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.
- b. As aplicações em renda fixa são registradas pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos que a Real Grandeza pretende manter até o vencimento, ou pelo valor de mercado obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação para títulos classificados para negociação.
- c. Para os títulos de renda fixa, os ágios e deságios ocorridos na aquisição de títulos são apropriados mensalmente pelo método exponencial à despesa ou receita *pro rata* dia, pelo prazo que decorrer da aquisição até o vencimento do título.
- d. As ações de companhias abertas estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.
- e. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.
- f. As ações que não tenham sido negociadas por período superior a 6 (seis) meses são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor.
- g. Os empréstimos concedidos aos participantes estão registrados pelo valor atualizado conforme previsto nos regulamentos, *pro rata* dia até a data do balanço.

- h. A provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foi constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo 'A', da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, adotando os seguintes percentuais:
- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
 - 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
 - 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
 - 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.
- i. O imobilizado, em atendimento à legislação pertinente, está contabilizado no Plano de Gestão Administrativa, sendo depreciado pelo método linear, de acordo com a estimativa de vida útil econômica do bem. Para instalações, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, é adotada a taxa de 10% ao ano, e para equipamentos de informática é aplicada a taxa de 20% ao ano.
- j. Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009 permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitida a inclusão de novos valores no referido grupo contábil.
- Os custos de programas computacionais registrados no grupo "Diferido" estão sendo amortizados no prazo de 60 meses.
- Os demais itens registrados nesse grupo de contas, tais como projetos para melhoria da parte operacional da Fundação, estão sendo amortizados no prazo de 120 meses.
- k. As provisões matemáticas são apuradas por meio de cálculos atuariais realizados pela Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda., consultoria atuarial contratada pela Real Grandeza, com base em hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo e pelas patrocinadoras, quando lhe for pertinente.
- l. As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC foram alteradas a partir de 2010 e as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e do fluxo financeiro desse exercício, estão sendo reapresentadas de acordo com o novo padrão contábil para fins de comparabilidade.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Para atendimento de seu objetivo básico, a Real Grandeza recebe recursos oriundos de contribuições dos participantes, assistidos e autopatrocinados (vinculados contribuintes), e das patrocinadoras, com base nos planos de custeio dos planos de benefícios.

4.1. BENEFÍCIO DEFINIDO

De acordo com o Regulamento aprovado pela SPC por meio da Portaria nº 3.256, de 24 de dezembro de 2009, e pela Previc, por meio da Portaria nº 655, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- Participantes e assistidos

Parcelas do salário real de contribuição	Taxa (%)
Até a metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	2,4
Da metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social até o valor teto do salário de benefício da Previdência Social	4,6
Parcela excedente ao maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	13,0

- Patrocinadoras

Montante igual ao aportado pelos participantes.

Percentual eterno de 2,85% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência da adequação do plano à Lei nº 6.435/77.

Percentual eterno de 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência do Plano Especial de Custeio.

4.2. CUSTO SUPLEMENTAR DE PROVISÕES MATEMÁTICAS

Após o reconhecimento e contratação das dívidas das patrocinadoras para com o Plano de Benefício Definido, em 14 de dezembro de 2000, o valor do déficit remanescente, referido a 31 de dezembro de 2000, era de R\$380,1 milhões, a ser coberto pela constituição de uma contribuição amortizante para as patrocinadoras e de um aumento nas contribuições dos participantes e assistidos, questionado pela Associação dos Aposentados de Furnas.

Merece registro o fato de que existe uma discussão judicial específica em trâmite na 28ª Vara Federal, na qual a mencionada Associação dos Aposentados de Furnas alega que há uma dívida da patrocinadora instituidora para com a Real Grandeza no valor de R\$1.208 milhões, referida a janeiro de 1999, e, dependendo do seu desfecho, o mencionado déficit apurado em dezembro de 2000 seria coberto pelos recursos provenientes do pagamento da dívida em demanda.

O aporte dessas contribuições amortizantes mencionadas e o aumento das contribuições foram diferidos por diversas vezes, desde 2001, em face das tentativas que visavam à migração para novos planos que não lograram êxito até o momento, tendo em vista as liminares concedidas no âmbito da referida ação judicial.

Em 13 de outubro de 2003, por determinação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), foi firmado um contrato com Furnas e outro com a Eletronuclear, para garantir a cobertura da contribuição amortizante de responsabilidade das patrocinadoras.

Em face das incertezas em relação ao custeio amortizante específico, os aumentos de contribuição foram registrados em 2008 como "Provisões matemáticas a constituir", por recomendação do atuário responsável.

Na ação anteriormente referida, houve uma nova antecipação de tutela concedida à Após-Furnas, em 21 de outubro de 2008, impedindo a aplicação de reajuste na contribuição dos participantes e assistidos do Plano BD.

Em 5 de maio de 2009 o Conselho Deliberativo da Real Grandeza, amparado por parecer atuarial e jurídico baseado no Art. 4º da Resolução GCPC nº 26, aprovou a liquidação da provisão matemática a constituir de responsabilidade dos participantes e assistidos, utilizando parte dos recursos alocados no fundo previdencial, e a reversão do saldo remanescente para o resultado do plano.

Fechamento do Plano de Benefício Definido

O Conselho Deliberativo da Real Grandeza, na 59ª reunião extraordinária realizada em 7 de julho de 2005, por meio da RC nº 003/59, aprovou o fechamento do Plano de Benefício Definido, não permitindo a entrada de novos participantes, sem, contudo, considerá-lo saldado.

4.3. CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

De acordo com o Regulamento aprovado pela SPC, por meio da Portaria nº3.255, de 24 de dezembro de 2009, e pela Previc, por meio da Portaria nº 654, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- Participantes

Contribuição básica composta pelas seguintes parcelas:

- Contribuição básica de 2% sobre o salário de contribuição.
- Contribuição adicional, entre 4,5% e 10,0%, sobre a parcela do salário de contribuição excedente a 7 UR (Unidade de Referência).
- Contribuição voluntária, incidente sobre o salário de contribuição, até o limite de 10%.
- Contribuição extraordinária, efetuada a qualquer tempo, em valor não inferior a 3 UR, nem superior a cinco vezes o salário de contribuição.

- Patrocinadoras

A contribuição das patrocinadoras divide-se em três partes, a saber:

- Contribuição específica para cobertura dos benefícios de risco, calculada atuarialmente sobre o salário de contribuição (de 0,71% até março de 2010 e 0,84% a partir de abril).
- Contribuição complementar para cobertura das despesas administrativas, calculada sobre a contribuição básica (de 11,76 % até março de 2010 e de 10,67 % a partir de abril).
- Contribuição regular, em nome de cada participante, sendo seu valor igual ao da contribuição básica efetuada pelo participante menos as contribuições específica e complementar efetuadas pela patrocinadora.

A soma das contribuições regular, específica e complementar de patrocinadoras, efetuadas em nome de todos os participantes ativos deste plano, estará, a qualquer tempo, limitada à soma dos percentuais 'a' e 'b', aplicada sobre a folha mensal total do salário de contribuição desses participantes, sendo:

- a. 9,4%;
- b. soma, para o período de 12 meses anteriores ao mês em questão, da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das contribuições regular, específica e complementar.

4.4. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

As contribuições contratadas refletem a composição dos valores devidos pelas patrocinadoras à Real Grandeza.

Conforme Termos de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas assinados por Furnas e Eletronuclear em 14 de dezembro de 2000, o valor de R\$704.253 mil, a preços de dezembro de 1999, será pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrido em janeiro de 2001.

A Real Grandeza e as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear, tendo o Banco do Brasil S.A. como anuente, assinaram os Contratos de Constituição da Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações para com os respectivos compromissos acima firmados, tendo como objeto de garantia uma conta especial que será movimentada única e exclusivamente pelo banco, a qual suportará os débitos para efetuar a liquidação financeira das parcelas a partir do momento da caracterização da inadimplência.

Em 13 de outubro de 2003, as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram novos termos para a contratação do déficit remanescente de 2000, consignado como Provisões Matemáticas a Constituir, no valor de R\$273.123 mil, a preços de novembro de 2001, a serem pagos em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrido em janeiro de 2004.

<u>Realizável - gestão previdencial</u>	<u>Plano</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contribuições do mês	BD/CD	34.339	22.295
Contribuições contratadas		<u>696.457</u>	<u>855.643</u>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	BD	612.882	752.965
Contrato assinado em 14/12/2000		<u>363.685</u>	<u>478.748</u>
Contrato assinado em 13/10/2003		249.197	274.217
Eletrobrás Termonuclear S.A.	BD	<u>83.575</u>	<u>102.678</u>
Contrato assinado em 14/12/2000		49.593	65.284
Contrato assinado em 13/10/2003		33.982	37.394
Outros valores a receber	BD/CD	<u>21</u>	<u>7</u>
		<u><u>730.817</u></u>	<u><u>877.945</u></u>

5. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS

5.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Com o objetivo de aprimorar a governança e os controles internos, a Real Grandeza mantém a maior parte de seus investimentos em fundos de investimentos exclusivos categorizados como multimercado, os quais também são monitorados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Investimentos				Em 2010
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Créditos privados e depósitos	25.707			25.707
Companhias abertas	25.707			25.707
Certificados de recebíveis imobiliários	25.707			25.707
Ações	17.962	1.902		19.864
Companhias abertas	17.962	1.902		19.864
Fundos de investimento	7.612.095	202.468	46.863	7.861.426
Multimercado	7.530.842	202.468	46.863	7.780.173
Participações	81.253			81.253
Investimentos imobiliários	200.446			200.446
Edificações de uso próprio	16.091			16.091
Edificações locadas às patrocinadoras	163.883			163.883
Edificações locadas a terceiros	20.472			20.472
Empréstimos e financiamento	257.268	23.255		280.523
Outros Realizáveis	92.294			92.294
Total	8.205.772	227.625	46.863	8.480.260

O montante de R\$ 92.294 mil classificado como "Outros Realizáveis" refere-se à Ação Ordinária (processo nº. 91.0123902-3) promovida pela ABRAPP em favor de suas associadas, contra a União Federal, o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento, para obter direito ao ressarcimento dos expurgos inflacionários ocorridos nas aplicações em OFND em virtude da não utilização do IPC- Índice de Preços ao Consumidor de abril de 1990 até fevereiro de 1991, inclusive, data final esta após a qual passou a incidir a atualização da Taxa Referencial (TR), por força da Lei nº. 8.177 de 01 de maio de 1991.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Investimentos	Em 2009 (ajustado)			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Ações	19.856	2.135		21.991
Companhias abertas	19.856	2.135		21.991
Fundos de investimento	6.477.775	150.322	8.615	6.636.712
Multimercado	6.376.441	150.322	8.615	6.535.378
Direito creditório	25.309			25.309
Participações	76.025			76.025
Investimentos imobiliários	209.736			209.736
Edificações de uso próprio	16.545			16.545
Edificações locadas às patrocinadoras	169.980			169.980
Edificações locadas a terceiros	23.211			23.211
Empréstimos e financiamento	252.777	17.397		270.174
Total	6.960.144	169.854	8.615	7.138.613

A seguir demonstramos a composição patrimonial dos fundos de investimento exclusivos:

	Em 2010			
	Fundos exclusivos			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda fixa				
Certificado Depósito Bancário	109.049	5.193		114.242
Notas do Tesouro Nacional	5.538.941	96.538		5.635.479
Títulos da Dívida Agrária	6.580	72		6.652
Letras do Tesouro Nacional	326.233	51.282	46.865	424.380
Dêbentures não Conversíveis	171.855	7.322		179.177
Cotas de Fundos (FIDIC)	34.992	3.000		37.992
	<u>6.187.650</u>	<u>163.407</u>	<u>46.865</u>	<u>6.397.922</u>
Renda variável				
Ações	1.338.962	38.924		1.377.886
	<u>1.338.962</u>	<u>38.924</u>		<u>1.377.886</u>
Outros valores				
Caixa	3	2	1	6
Valores a pagar/receber	4.227	135	(3)	4.359
	<u>4.230</u>	<u>137</u>	<u>(2)</u>	<u>4.365</u>
Total fundos exclusivos	<u><u>7.530.842</u></u>	<u><u>202.468</u></u>	<u><u>46.863</u></u>	<u><u>7.780.173</u></u>

	Em 2009 ajustado			
	Fundos exclusivos			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda fixa				
Notas do Tesouro Nacional	5.188.114	109.687	8.613	5.306.414
Títulos da Dívida Agrária	8.049	88		8.137
Dêbentures não Conversíveis	56.274	2.063		58.337
Cotas de Fundos (FIDIC)	18.001	811		18.812
	5.270.438	112.649	8.613	5.391.700
Renda variável				
Ações	1.102.396	37.540		1.139.936
	1.102.396	37.540		1.139.936
Outros valores				
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	3.604	132	1	3.737
	3.607	133	2	3.742
Total fundos exclusivos	6.376.441	150.322	8.615	6.535.378

5.2. CLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, demonstramos a seguir os títulos classificados nas categorias “para negociação” e “mantidos até o vencimento”, detalhados por tipo e prazo.

- Plano de Benefício Definido

Títulos para negociação

Por natureza dos títulos	Custo atualizado	Valor de mercado
Carteira própria		
Certificado de recebíveis imobiliários	27.905	25.707
	<u>27.905</u>	<u>25.707</u>
Fundo exclusivo		
Certificado de Depósito Bancário	108.946	109.049
Letras do Tesouro Nacional	326.233	326.233
Notas do Tesouro Nacional	3.464.640	3.785.721
Títulos da Dívida Agrária	6.424	6.580
Debêntures não conversíveis	142.360	141.566
	<u>4.048.603</u>	<u>4.369.149</u>
Total da carteira	<u>4.076.508</u>	<u>4.394.856</u>
Por prazo de vencimento:	Custo atualizado	Valor de mercado
A vencer em 360 dias	436.510	436.622
A vencer entre 361 e 1080 dias	24.984	25.363
A vencer a partir de 1.081 dias	3.615.014	3.932.871
	<u>4.076.508</u>	<u>4.394.856</u>

Títulos mantidos até o vencimento

	Custo atualizado
Por natureza dos títulos	
<hr/>	
Fundo exclusivo	
Notas do Tesouro Nacional	1.753.220
Debêntures não conversíveis	30.289
	<hr/>
	1.783.509
	<hr/>
	Custo
Por prazo de vencimento:	atualizado
<hr/>	
A vencer em 360 dias	971
A vencer entre 361 e 1080 dias	29.297
A vencer a partir de 1.081 dias	1.753.241
	<hr/>
	1.783.509
	<hr/>

- Plano de Contribuição Definida

Títulos para negociação

Por natureza dos títulos	Custo atualizado	Valor de mercado
Fundo exclusivo		
Notas do Tesouro Nacional	86.731	96.538
Letras do Tesouro Nacional	51.282	51.282
Títulos da Dívida Agrária	70	72
Certificado de Depósito Bancário	5.188	5.193
Debêntures não conversíveis	5.838	5.861
	149.109	158.946
	Custo atualizado	Valor de mercado
Por prazo de vencimento:		
A vencer em 360 dias	56.485	56.490
A vencer entre 361 e 1080 dias	965	979
A vencer a partir de 1.081 dias	91.659	101.477
	149.109	158.946

Títulos mantidos até o vencimento

Por natureza dos títulos	Custo atualizado
Fundo exclusivo	
Debêntures não conversíveis	1.461
	<u>1.461</u>
	<u><u>1.461</u></u>
	Custo
Por prazo de vencimento:	atualizado
A vencer em 360 dias	450
A vencer entre 361 e 1080 dias	1.011
	<u>1.461</u>
	<u><u>1.461</u></u>

- Plano de Gestão Administrativa

Títulos para negociação

Por natureza dos títulos	Custo atualizado	Valor de mercado
Fundo exclusivo		
Letras do Tesouro Nacional	46.865	46.865
	<u>46.865</u>	<u>46.865</u>
	<u><u>46.865</u></u>	<u><u>46.865</u></u>
	Custo	Valor de
Por prazo de vencimento:	atualizado	mercado
A vencer em 360 dias	46.865	46.865
	<u>46.865</u>	<u>46.865</u>
	<u><u>46.865</u></u>	<u><u>46.865</u></u>

As aplicações em cotas de fundo de investimento em direito creditório estão classificadas como "para negociação", representando um patrimônio de R\$37.992 mil (R\$44.121 mil em 2009); as cotas do fundo de participação também estão classificadas como "para negociação", com um patrimônio de R\$81.253 mil (R\$76.025 mil em 2009).

O montante relativo aos fundos de investimentos é representado pelo valor da cota de cada fundo na data do balanço.

A Real Grandeza tem capacidade financeira para manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

5.3. AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

Em atendimento ao estabelecido na Resolução CMN nº 3.456, de 1º de junho de 2007, a REAL GRANDEZA procedeu, no exercício de 2008, à avaliação de todos os seus imóveis, por avaliadores independentes, atendendo ao grau de precisão rigoroso, conforme estabelecido nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O resultado positivo da reavaliação, R\$87.485 mil, foi registrado como receita do mercado imobiliário no exercício da reavaliação.

Localização dos Imóveis	Antes da Reavaliação	Depois da Reavaliação
Rua Real Grandeza, 219 Bloco A - RJ	30.922	56.720
Rua Real Grandeza, 219 Bloco B - RJ	20.914	36.730
Rua Real Grandeza, 219 Bloco C - RJ	46.580	73.450
Rodovia Presidente Dutra, 238 - RJ	2.372	3.500
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 - A. dos Reis Ed P.Palmeiras	1.861	2.980
Rua Teófilo Otoni, 93/93 A	1.856	3.000
Av. Imperatriz Leopoldina, 845 - SP	13.056	20.500
Rua Mena Barreto, 143 - RJ	8.834	17.000
Total	126.395	213.880

5.4. PROVISÃO PARA PERDAS

A Real Grandeza mantém provisão, no montante de R\$161.433 (R\$177.891 mil em 2009), para fazer face à perda nos investimentos realizados em Certificado de Depósito Bancário do Banco Santos S.A., tendo em vista que, após intervenção do Banco Central do Brasil, foi decretada a liquidação extrajudicial em 4 de maio de 2005 e a seguir confirmada sua falência em 20 de setembro de 2005. O valor provisionado está deduzido do realizável do programa de investimentos.

Neste exercício foram realizados dois rateios referentes aos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., sendo o primeiro creditado em julho, no montante de R\$16.458 mil, e o segundo conforme nota nº 12.

Existe ainda provisão no valor de R\$231 mil referente a uma parcela de juros não recebida da Ulbra Recebíveis S.A., que está registrada na carteira própria. O principal referente a essa aplicação no montante de R\$23.496 mil também está provisionado como perda no fundo de investimento do Plano BD.

A Real Grandeza e outros debenturistas contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para que procedesse às medidas judiciais cabíveis para cobrança dos valores devidos.

A Real Grandeza constituiu neste exercício provisão no valor de R\$1.887 mil para fazer face às possíveis perdas com os empréstimos, sendo R\$ 1.874 mil do Plano BD e R\$ 13 mil do Plano CD.

6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

6.1. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Tendo como base o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa que estabeleceu o limite de 1% dos Recursos Garantidores para realização das despesas administrativas e o orçamento, ambos aprovados pelo Conselho Deliberativo, a Real Grandeza atendendo à legislação vigente, apura o seu custo administrativo segregando-o entre as atividades previdencial (BD e CD), assistencial e de investimentos. Para este fim, foi realizado um estudo para determinar, em cada setor, o percentual para alocação das despesas administrativas em cada uma dessas atividades.

As despesas com serviços de terceiros, quando diretamente vinculadas a uma atividade específica, são apropriadas a esta; quando não vinculadas diretamente a uma atividade, são rateadas entre as várias atividades utilizando-se a mesma base de rateio apurada para o setor responsável pelo contrato.

Após a alocação por atividade, as despesas administrativas referentes à atividade de investimentos foram transferidas aos Planos de Benefícios (BD, CD e Assistencial) com base no volume de recursos aplicados.

As despesas administrativas do Plano de Benefício Definido são custeadas pelas patrocinadoras desde a sua instituição, e as do Plano de Contribuição Definida pela contribuição complementar.

As despesas administrativas assistenciais depois de apuradas são reembolsadas ao Plano de Gestão Administrativa pela gestão assistencial.

Despesas administrativas	PREVIDENCIAL		ASSISTENCIAL	TOTAL
	BD	CD		
Custo direto da gestão	(17.288)	(1.126)	(15.302)	(33.716)
Despesas comuns	(15.812)	(1.052)	(13.739)	(30.603)
Pessoal e encargos	(11.283)	(759)	(9.791)	(21.833)
Treinamentos/congressos	(110)	(9)	(95)	(214)
Viagens e estadias	(99)	(9)	(65)	(173)
Serviços de terceiros	(1.001)	(68)	(654)	(1.723)
Despesas gerais	(2.906)	(185)	(2.775)	(5.866)
Depreciação e amortização	(413)	(22)	(359)	(794)
Despesas específicas	(1.476)	(74)	(1.563)	(3.113)
Serviços de terceiros	(831)	(61)	(923)	(1.815)
Despesas gerais	(645)	(13)	(640)	(1.298)
Administração dos investimentos	(11.536)	(297)	(177)	(12.010)
Despesas comuns	(11.428)	(297)	(177)	(11.902)
Despesas específicas	(108)			(108)
Serviços de terceiros	(108)			(108)
TOTAL	(28.824)	(1.423)	(15.479)	(45.726)

A diferença de R\$677 mil para o total das despesas administrativas refere-se às despesas contingenciais que não foram transferidas aos Planos de Benefícios, sendo absorvidas diretamente pelo fundo administrativo.

6.2. OUTROS REALIZÁVEIS

Em observância ao item 21 'k' do anexo 'A' da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos a composição das contas com denominação "Outros".

Realizável	2010	2009 ajustado
Gestão administrativa	2.861	1.448
CONTAS A RECEBER	2.052	486
Responsabilidade de empregados	208	152
Outros recursos a receber	1.844	334
Contas a receber de patrocinadoras	331	331
Imposto de renda a compensar	3	3
Valores a receber do assistencial	1.510	
Despesas antecipadas	103	98
OUTROS REALIZAVEIS	706	864
Outros valores a receber		158
Depósito judicial PIS	99	99
Depósito judicial Cofins	607	607

Os depósitos judiciais referem-se às reversões das provisões constituídas em virtude do Mandado de Segurança impetrado pela Real Grandeza, postulando a inaplicabilidade da cobrança de PIS e Cofins nos moldes estipulados pela Lei nº 9.718/98, que foram revertidas com base no parecer da assessoria jurídica externa tendo em vista a manutenção do resultado favorável quando do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

7. CONTINGENCIAL

7.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Estão ajuizadas, por diversos assistidos da Fundação, ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, cujo desfecho, se a eles favorável, deverá ser absorvido por aquela patrocinadora.

Um segmento das mesmas compõe-se de ações judiciais em que assistidos reclamam paridade de suas complementações com os salários da ativa, nas quais Furnas e a Real Grandeza foram condenadas solidariamente. Todavia, dentro da estrita relação entre a Real Grandeza e aquela patrocinadora, a eventual participação da Real Grandeza na citada solidariedade ainda não apresenta indicadores suficientes de procedência, dado o caráter especialíssimo do objeto das mencionadas ações, motivo pelo qual a questão está sendo reexaminada sob todos os aspectos jurídico-atuariais, visando à confirmação definitiva dos indicadores de improcedência da solidariedade.

Um outro segmento compõe-se de ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou Real Grandeza, ajuizadas por diversos assistidos, cujo desfecho poderá gerar reflexos nas complementações de suas aposentadorias. A responsabilidade da Real Grandeza e de Furnas será delimitada em função das determinações constantes das respectivas decisões judiciais. Relativamente às condenações que majorem o benefício complementar, há possibilidade jurídica de a Real Grandeza discutir, em regresso, a responsabilidade da referida patrocinadora pelos impactos nas reservas decorrentes de tais condenações, caso não tenha havido a condenação da patrocinadora nesse sentido.

E por fim, a provisão constituída no programa previdencial no montante de R\$104.047 mil (R\$2.207 mil em 2009) refere-se a diversas ações judiciais postulando:

- Diferença de complementação de aposentadoria em razão de aumentos reais, concedidos pela Lei nº 9.032/95 e MP nº 1.415/96, nos meses de maio de 1995 e maio de 1996;
- Inaplicabilidade do redutor na complementação de aposentadoria imposto para concessão do SB-40;
- Inaplicabilidade do limitador imposto, anteriormente a maio de 2000, pelo Art. 82.2 do Regulamento nº 001.C, com redação conferida pelo plano especial, instituído em 1995;

7.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

A provisão constituída no montante de R\$677 mil refere-se em quase sua totalidade a ações trabalhistas promovidas por ex-empregados, à exceção de uma ação por danos morais.

7.3. INVESTIMENTOS

A provisão relativa aos investimentos, no montante de R\$19.303 mil (R\$18.717 mil em 2009, ajustado), refere-se a quatro autos de infração emitidos pela SRF:

- Pelo não recolhimento de IOF, efetuado pelas instituições financeiras nas operações de aquisição de títulos e valores mobiliários, inclusive fundos de investimentos, realizados entre 24 de janeiro e 16 de junho de 1999, em função do trânsito em julgado do processo nº 90.005424-6, que tramitou na 6ª Vara de Justiça Federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$8.433 mil (R\$8.209 mil em 2009, ajustado). O ajuste em 2009 refere-se à parcela do IOF de responsabilidade da gestão assistencial no valor de R\$437 mil, que está consolidada no passivo da gestão assistencial.
- Pelo não recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros de capital próprio, recebidos no período compreendido entre janeiro e agosto de 2001, no valor de R\$3.240 mil (R\$3.089 mil em 2009).
- Pelo não recolhimento do PIS (Contribuição para Programa de Integração Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de janeiro de 1997 a maio de 2002, no valor de R\$2.085 mil (R\$2.030 mil em 2009).
- Pelo não recolhimento da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de fevereiro de 1999 a maio de 2002, no valor de R\$5.545 mil (R\$5.389 mil em 2009).

A Real Grandeza impugnou os referidos autos de infração na Secretaria da Receita Federal.

8. EXIGÍVEL ATUARIAL

8.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas estão registradas de acordo com o parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e apresentam-se divididas como a seguir:

- Benefícios concedidos - totaliza o valor atual dos benefícios a serem pagos pela Real Grandeza aos seus filiados, já em gozo de benefícios, abatido das respectivas contribuições futuras;
- Benefícios a conceder - registra o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, abatido do valor atual das respectivas contribuições futuras.

8.2. COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Plano de Benefício Definido	2010	2009
<u>Benefícios concedidos</u>	4.177.391	3.862.075
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	4.177.391	3.862.075
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	3.872.878	3.590.234
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	304.513	271.841
<u>Benefícios a conceder</u>	3.297.810	2.833.593
Benefício definido estrut. em regime de capitaliz. programado	3.218.994	2.737.025
Valor atual dos benefícios futuros programados	3.543.937	3.068.492
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(201.465)	(205.510)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(123.478)	(125.957)
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	78.816	96.568
Valor atual dos benefícios futuros não programados	85.335	105.048
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(4.042)	(5.258)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(2.477)	(3.222)
Total	7.475.201	6.695.668
Plano de Contribuição Definida	2010	2009
<u>Benefícios concedidos</u>	3.661	3.355
Contribuição definida - saldo de contas	882	854
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	2.779	2.501
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	681	585
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	2.098	1.916
<u>Benefícios a conceder</u>	229.432	164.168
Contribuição definida	218.310	156.688
Saldo de contas - parcela patrocinadores	90.663	65.914
Saldo de contas - parcela participantes	127.647	90.774
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	11.122	7.480
Valor atual dos benefícios futuros não programados	14.711	17.039
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(3.589)	(9.559)
Total	233.093	167.523

8.3. PREMISSAS ATUARIAIS

A tabela a seguir apresenta, em síntese, as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida.

Hipóteses atuariais	Benefício Definido	Contribuição Definida
Taxa real anual de juros	6,00%	6,00%
Projeção de crescimento real:		
De salário		
Furnas	2,00%	2,00%
Eletronuclear	2,00%	-
Real Grandeza	-	2,50%
Do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real:		
Dos salários	100,00%	100,00%
Dos benefícios da Fundação	100,00%	100,00%
Dos benefícios do INSS	100,00%	100,00%
Rotatividade de pessoal	T-1 Service Table (- 20%)	T-1 Service Table
Tábua de mortalidade geral	RP - 2000 Geracional (segregada por sexo)	RP - 2000 Geracional (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RP - 2000 Disabled (segregada por sexo)	RP - 2000 Disabled (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt - 85 Class 1 (segregada por sexo)	Wyatt - 85 Class 1 (segregada por sexo)
Hipótese familiar dos participantes	90% casados e esposa	90% casados e esposa
Hipótese familiar dos assistidos	4 anos mais jovem	4 anos mais jovem
Hipótese de aposentadoria:	Família Informada	Família Informada
No 1º ano de elegibilidade	50%	50%
No 2º ano de elegibilidade	20%	20%
No 3º ano de elegibilidade	100%	100%

Destacamos que no exercício de 2010 a Tábua de Mortalidade Geral foi alterada de AT 83 (segregada por sexo) para RP - 2000 Geracional (segregada por sexo) gerando um crescimento nas reservas do Plano BD de R\$ 106.254 mil e que o crescimento real dos salários acima do esperado (2%) também gerou um acréscimo adicional de R\$126.033 mil.

9. FUNDOS

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados para suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Real Grandeza:

- Fundo administrativo - é formado pelo resultado entre os valores recebidos para o custeio administrativo da Real Grandeza, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$51.370 mil (R\$46.001 mil em 2009).
- Fundo de investimento (risco) - é formado por meio de uma contribuição mensal sobre o saldo devedor do empréstimo pessoal e destina-se à cobertura de inadimplências, depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança e a quitação do empréstimo na eventualidade de falecimento do participante. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$39.898 mil (R\$29.921 mil em 2009).

10. FISCALIZAÇÃO DA SPC

A Real Grandeza, ao final de agosto de 2007, recebeu o Relatório de Fiscalização nº 006/2007/ESRJ, resultante da inspeção realizada na Fundação entre os meses de fevereiro e agosto de 2007. O exame, que compreendeu o período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2007, abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido (BD) e ao Plames.

O relatório estabeleceu recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano BD, como também para todos os usuários do Plames. No entanto, seguindo o rito definido pelo órgão fiscalizador, a Real Grandeza encaminhou à SPC uma manifestação inicial, em setembro de 2007, contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando elucidar a equipe de fiscalização quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando, assim, evitar os citados aumentos.

Em 17 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio do Ofício nº 176/ERRJ/Previc, deu como encerrada a ação fiscal acatando os argumentos da Fundação, à exceção dos itens relacionados ao plano de custeio do Plano BD e a paridade contributiva para as despesas administrativas, cujo efetivo cumprimento será objeto de acompanhamento por parte do órgão fiscalizador em uma próxima ação fiscal ou avaliado em processo apartado, devido à necessidade de se aguardar decisão definitiva na ação judicial movida pela Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas), a qual questiona a paridade contributiva nas despesas administrativas.

Com referência ao Plano BD, o Conselho Deliberativo, levando em consideração as exigências da Previc, os princípios de equilíbrio financeiro-atuarial do plano e outros aspectos identificados pelo grupo designado para avaliação de questões legais e atuariais observadas historicamente no plano, aprovou por meio da RC nº 001/172 um novo plano de custeio definido em regulamento, em que as principais alterações são:

- Eliminação do excesso de contribuições em relação ao custo normal.
- Transformação das contribuições eternas de 2,85% e 2,24% sobre os salários reais de contribuição, em contrato de dívida a ser firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza.
- Implantação da contribuição paritária da patrocinadora para os assistidos.

A contratação acima, com base em 31 de dezembro de 2010, representa uma obrigação financeira no valor de R\$79.929 mil (R\$82.158 mil em 2009), sendo R\$61.458 mil (R\$62.325 mil em 2009) de responsabilidade de Furnas e R\$18.471 mil (R\$19.833 em 2009) relativos à Eletronuclear.

Entretanto, como até o final do exercício não se haviam concluído todas as obrigações necessárias para implantação do novo plano de custeio, procedeu-se ao encerramento do exercício mantendo-se inalterado o plano de custeio do Plano BD. Cabe ressaltar que, caso o plano proposto pudesse ter sido aplicado, o superávit acumulado de R\$ 1.275.407 mil seria reduzido para R\$ 940.498 mil.

11. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DAS CONSOLIDAÇÕES

Na consolidação dos balancetes são desconsiderados os lançamentos referentes à participação dos Planos Previdenciários BD e CD no Plano de Gestão Administrativa, respectivamente no montante de R\$42.205 mil e R\$9.165 mil, e aos valores a serem repassados pelos Planos Previdenciários BD e CD para o Plano de Gestão Administrativa referentes ao custeio administrativo e demais valores, no valor de R\$3.246 mil.

CONSOLIDAÇÃO DE BALANCETES

	Plano BD	Plano CD	PGA	Eliminação de Consolidação		Saldo consolidado
				Débito	Crédito	
Disponível	208	78	28	-	-	314
Realizável	8.972.320	243.263	52.971	-	54.616	9.213.938
Gestão previdencial	724.344	6.473	-	-	-	730.817
Gestão administrativa	42.204	9.165	6.108	-	54.616	2.861
Investimentos	8.205.772	227.625	46.863	-	-	8.480.260
Permanente	-	-	4.508	-	-	4.508
Gestão assistencial	-	-	-	-	-	124.557
Total do ativo	8.972.528	243.341	57.507	-	54.616	9.343.317
Exigível operacional	16.991	570	5.448	3.246	-	19.763
Gestão previdencial	16.794	454	-	3.246	-	14.002
Gestão administrativa	-	-	5.448	-	-	5.448
Investimentos	197	116	-	-	-	313
Exigível contingencial	123.338	-	689	-	-	124.027
Gestão previdencial	104.047	-	-	-	-	104.047
Gestão administrativa	-	-	677	-	-	677
Investimentos	19.291	-	12	-	-	19.303
Patrimônio social	8.832.199	242.771	51.370	51.370	-	9.074.970
Patrimônio de cobertura	8.750.608	233.093	-	-	-	8.983.701
Fundos	81.591	9.678	51.370	51.370	-	91.269
Administrativos	42.205	9.165	51.370	51.370	-	51.370
Investimentos	39.386	513	-	-	-	39.899
Gestão assistencial	-	-	-	-	-	124.557
Total do passivo	8.972.528	243.341	57.507	54.616	-	9.343.317

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Real Grandeza, em 05 de janeiro de 2011, recebeu a importância de R\$29.623 mil referente ao segundo rateio dos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., totalizando até momento R\$46.081 mil, o que representa uma recuperação de 15,58% em termos reais, atualizado pelo CDI, sobre o valor do crédito apurado pela massa falida em 20 de setembro de 2005, que foi de R\$164.575 mil.

* * *

Aristides Leite França
Diretor-presidente
CPF: 308.775.557-53

Wilson Neves dos Santos
Diretor de Administração e Finanças
CPF: 225.017.467-91

Roberto de Carvalho Panisset
Diretor de Seguridade
CPF: 263.050.707-68

Eduardo Henrique Garcia
Diretor de Investimentos
CPF: 815.247.496-72

Marcos Aurélio Naves Martins
Contador
CRC 75077-0/6-RJ
CPF: 617.721.007-49

ANEXO 3

Demonstrações Contábeis do Nucleos – Instituto de Seguridade Social.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2010 e 2009

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping strokes, located in the bottom right corner of the page.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos ativos líquidos	4
Demonstrações das mutações dos ativos líquidos	5
Demonstrações do plano de gestão administrativa	6
Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefícios	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8 - 31
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	32-33

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2010	2009 Reapresentado	Passivo	Nota	2010	2009 Reapresentado
Disponível	4	<u>116</u>	<u>1.685</u>	Exigível operacional		<u>1.053</u>	<u>1.112</u>
Realizável		<u>1.447.770</u>	<u>1.148.864</u>	Gestão previdencial		237	189
Gestão previdencial	5	303.683	287.304	Gestão administrativa		769	898
Gestão administrativa	6	74	189	Investimentos		47	25
Investimentos	7	<u>1.144.013</u>	<u>861.371</u>	Exigível contingencial	9	<u>1.516</u>	<u>10.083</u>
Títulos públicos		490	1.785	Gestão previdencial		17	2.331
Créditos privados e depósitos		31.993	42.606	Gestão administrativa		11	70
Fundos de investimento		1.032.080	774.919	Investimentos		1.488	7.682
Investimentos imobiliários		24.530	19.672	Patrimônio social		<u>1.445.842</u>	<u>1.139.946</u>
Empréstimos		13.505	15.934	Patrimônio de cobertura do plano		<u>1.441.714</u>	<u>1.136.285</u>
Outros realizáveis		41.415	6.455	Provisões matemáticas	10	<u>1.417.931</u>	<u>1.236.047</u>
Permanente	8	<u>525</u>	<u>592</u>	Benefícios concedidos		313.366	266.194
Imobilizado		412	448	Benefícios a conceder		1.162.689	1.030.821
Diferido		113	144	(-) Provisões matemáticas a constituir		(58.124)	(60.968)
Total do ativo		<u>1.448.411</u>	<u>1.151.141</u>	Equilíbrio técnico	11	<u>23.783</u>	<u>(99.762)</u>
				Resultados realizados:			
				Superávit/(déficit) técnico acumulado		23.783	(99.762)
				Fundos	11	<u>4.128</u>	<u>3.661</u>
				Fundos administrativo		3.479	3.097
				Fundos dos investimentos		649	564
				Total do passivo		<u>1.448.411</u>	<u>1.151.141</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações dos ativos líquidos

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	2010	2009
Ativos	<u>1.448.411</u>	<u>1.151.141</u>
Disponível	116	1.685
Realizável - Gestão previdencial	303.683	287.304
Realizável - Gestão administrativa	74	189
Investimento:	<u>1.144.013</u>	<u>861.371</u>
Títulos públicos	490	1.785
Créditos privados e depósitos	31.993	42.606
Fundos de investimento	1.032.080	774.919
Investimentos imobiliários	24.530	19.672
Empréstimos	13.505	15.934
Outros realizáveis	41.415	6.455
Permanente	<u>525</u>	<u>592</u>
Obrigações	<u>2.569</u>	<u>11.195</u>
Operacional	1.053	1.112
Contingencial	1.516	10.083
Total dos ativos líquidos	<u><u>1.445.842</u></u>	<u><u>1.139.946</u></u>
Patrimônio social		
Provisões matemáticas	1.417.931	1.236.047
Superávit/(déficit) técnico	23.783	(99.762)
Fundos administrativos	3.479	3.097
Fundos dos investimentos	649	564
Total do Patrimônio social	<u><u>1.445.842</u></u>	<u><u>1.139.946</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	2010	2009
Ativo líquido previdencial - Início do exercício	<u>1.136.285</u>	<u>999.138</u>
Adições	<u>411.007</u>	<u>232.860</u>
Contribuições previdenciais	134.685	107.644
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	264.463	114.800
Reversão de contingências - Gestão previdencial	2.116	1.569
Receitas administrativas	9.228	8.847
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	475	-
Reversão de contingências - Gestão administrativa	40	-
Destinações	<u>(105.578)</u>	<u>(95.713)</u>
Benefícios	(90.832)	(74.037)
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	-	(8.277)
Despesas administrativas	(9.361)	(7.673)
Custeio administrativo	(5.003)	(4.552)
Constituição de contingências - Gestão administrativa	-	(60)
Constituição de fundos - Gestão administrativa	(382)	(1.114)
Acréscimo/decréscimo no ativo líquido	<u>305.429</u>	<u>137.147</u>
Provisões matemáticas	181.884	187.539
Superávit/(déficit) técnico do exercício	123.545	(50.392)
Ativo líquido previdencial - Final do exercício	<u>1.441.714</u>	<u>1.136.285</u>
Fundos não previdenciais	<u>4.128</u>	<u>3.661</u>
Fundos administrativos	3.479	3.097
Fundos dos investimentos	649	564
Total dos ativos líquidos	<u>1.445.842</u>	<u>1.139.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	2010	2009
Fundo administrativo do exercício anterior	<u>3.097</u>	<u>1.983</u>
Custeio da gestão administrativa	<u>9.743</u>	<u>8.847</u>
Receitas	<u>9.743</u>	<u>8.847</u>
Custeio administrativo da gestão previdencial	5.003	4.552
Custeio administrativo dos investimentos	3.449	4.052
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	352	-
Receitas diretas	424	16
Resultados positivo dos investimentos	475	-
Reversão de contingências	40	-
Outras receitas	-	227
Despesas administrativas	<u>(9.361)</u>	<u>(7.733)</u>
Administração previdencial	<u>(8.663)</u>	<u>(3.681)</u>
Pessoal e encargos	(4.495)	(1.732)
Treinamentos/congressos e seminários	(71)	(88)
Viagens e estadias	(97)	(78)
Serviço de terceiros	(2.041)	(1.032)
Despesas gerais	(1.866)	(643)
Depreciações e amortizações	(93)	(48)
Contingências	-	(60)
Administração dos investimentos	<u>(698)</u>	<u>(4.052)</u>
Pessoal e encargos	(468)	(2.338)
Treinamentos/congressos e seminários	(6)	(4)
Viagens e estadias	(4)	(4)
Serviço de terceiros	(194)	(968)
Despesas gerais	(25)	(684)
Depreciações e amortizações	(1)	(54)
Sobra da gestão administrativa	<u>382</u>	<u>1.114</u>
Constituição do fundo administrativo	<u>382</u>	<u>1.114</u>
Fundo administrativo do exercício atual	<u><u>3.479</u></u>	<u><u>3.097</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	2010	2009
Patrimônio de cobertura do plano	<u>1.441.714</u>	<u>1.136.285</u>
Provisões matemáticas	<u>1.417.931</u>	<u>1.236.047</u>
Benefícios concedidos:	313.366	266.194
Benefício definido	<u>313.366</u>	<u>266.194</u>
Benefícios a conceder:	1.162.689	1.030.821
Benefício definido	<u>1.162.689</u>	<u>1.030.821</u>
Provisões matemáticas a constituir	<u>(58.124)</u>	<u>(60.968)</u>
Serviço passado:	(58.124)	(60.968)
Patrocinadores	<u>(58.124)</u>	<u>(60.968)</u>
Equilíbrio técnico	<u>23.783</u>	<u>(99.762)</u>
Resultados realizados:		
Superávit/(déficit) técnico acumulado	23.783	(99.762)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1 Contexto operacional

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (NUCLEOS) é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, criada por meio da Portaria 1.514, de 2 de maio de 1979, que aprovou seu estatuto social e autorizou seu funcionamento.

Nos termos da legislação regente de suas atividades, leis complementares 108 e 109, de 29 de maio de 2001, “*as entidades fechadas têm como objeto a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária*” (art. 32, caput, Lei Complementar 109/2001). Destina-se, pois, o Nucleos a “*instituir planos privados de benefícios de caráter previdenciário que sejam complementares ou assemelhados aos da previdência social*” (artigo 1º do estatuto da entidade).

O Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, e o próprio instituto. Atualmente conta com 3.224 participantes ativos e 969 assistidos (posição de 31 de dezembro de 2010).

Nos termos da legislação em vigor, a fonte de custeio dos respectivos planos de previdência é a totalidade das contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formarão as reservas garantidoras do pagamento dos benefícios contratados.

Essas receitas são objeto de rigorosa fiscalização pelo Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, órgão normatizador e fiscalizador de todas as atividades dos institutos de previdência complementar no Brasil.

Estão, assim, submetidos ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas entidades, inclusive e especialmente o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do NUCLEOS foram elaboradas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) para as entidades fechadas de previdência complementar, em especial a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, que dentre suas determinações, não requer a apresentação de demonstrações do resultado do exercício, demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações da movimentação do patrimônio líquido.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC foram alteradas a partir de 2010 e as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e o fluxo financeiro desse exercício, estão sendo reapresentadas de acordo com o novo padrão contábil para fins de comparabilidade.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

As receitas e as despesas são apuradas pelo regime de competência.

b. Realizável - Gestão previdencial

Registra os recursos a receber das patrocinadoras e dos participantes. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são atualizadas monetariamente, até a data das demonstrações contábeis, em conformidade com os parâmetros definidos no estatuto, no plano básico de benefícios e nas disposições contratuais.



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que contempla a constituição de provisão escalonada e equivalente a 100% para atrasos superiores a 360 dias.

c. Realizável - Investimentos

Títulos e valores mobiliários

Exceto pelas aplicações em fundos de investimento e em certificados de depósitos bancários, os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Fundos de investimento

Os fundos de investimento de renda fixa e de renda variável são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas, e ajustados pelo valor de mercado com base no valor da cota do último dia útil do mês, informada pelos administradores dos fundos.

Certificados de depósitos bancários

São registrados pelo custo de aquisição, atualizados às taxas pactuadas com os seus emissores, e ajustados pelo valor de mercado, no último dia útil de cada mês, com base no modelo de precificação adotado pelo Banco Itaú S.A, responsável pela custódia e controladoria da carteira de investimentos do NUCLEOS.

Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliado em período não superior a três anos, e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente.

Os aluguéis são registrados em conta de receita do programa de investimentos.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Operações com participantes

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros até a data do balanço. A remuneração referente aos juros e à correção monetária está registrada na rubrica de operações com participantes, atendendo aos limites mínimos que estabelecem a Resolução CMN nº 3.792.

d. Exigível contingencial

O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

e. Patrimônio social - Provisões matemáticas

São calculadas pelo atuário externo e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

f. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor residual dos investimentos imobiliários e as provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4 Disponível

Os saldos das disponibilidades, no total de R\$ 116 (R\$ 1.685 em 31 de dezembro de 2009), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

5 Gestão previdencial

As contribuições dos patrocinadores e dos participantes são compostas como se segue:

	2010	2009
Contribuições normais do mês	1.979	1.570
Contribuições extraordinárias	1.514	791
Contribuições sobre 13º salário	4	17
Contribuições "contratadas"	299.426	284.325
Outros realizáveis	760	601
	<u>303.683</u>	<u>287.304</u>

As contribuições advindas dos contratos com patrocinadoras estão detalhadas a seguir:

	2010			2009
	INB	NUCLEP	Total	
Contribuições em atraso:				
Anteriores a 31 de agosto de 1988	-	9.860	9.860	8.690
Posteriores a 31 de agosto de 1988	-	19.684	19.684	17.349
Total de contribuições em atraso	-	<u>29.544</u>	<u>29.544</u>	<u>26.039</u>
Contribuições "contratadas":				
Parcelas a vencer	<u>141.031</u>	<u>158.395</u>	<u>299.426</u>	<u>284.325</u>
Parcelas vencidas:				
Contribuições previdenciárias	-	70.650	70.650	55.333
Recursos assistenciais	-	203.970	203.970	159.749
	-	<u>274.620</u>	<u>274.620</u>	<u>215.082</u>
	<u>141.031</u>	<u>462.559</u>	<u>603.590</u>	<u>499.407</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	<u>2010</u>			<u>2009</u>
	<u>INB</u>	<u>NUCLEP</u>	<u>Total</u>	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:				
Contribuições em atraso	-	(29.544)	(29.544)	(26.039)
Contribuições “contratadas” - Parcelas vencidas	-	(274.620)	(274.620)	(215.082)
	-	(304.164)	(304.164)	(241.121)
Total	<u>141.031</u>	<u>158.395</u>	<u>299.426</u>	<u>284.325</u>

a. Contribuições em atraso

Referem-se a contribuições não recolhidas e não “contratadas”, pela patrocinadora NUCLEP, relativas aos períodos abaixo descritos:

- Anteriores a 31 de agosto de 1988 - O valor a receber em 31 de dezembro de 2010 é equivalente a R\$ 9.860 (R\$ 8.690 em 31 de dezembro de 2009).
- Janeiro de 1995 a dezembro de 1996 - Refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$ 2.213 (R\$ 1.951 em 31 de dezembro de 2009).
- Junho de 1995 a dezembro de 2000 - Valores correspondentes às contribuições da patrocinadora, que em 31 de dezembro de 2010 são equivalentes a R\$ 17.471 (R\$ 15.398 em 31 de dezembro de 2009).

Essas contribuições são objeto de cobrança nos autos de ação judicial, cujo detalhamento pode ser verificado na nota 5b.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b. Contribuições “contratadas”

Registram o montante da dívida “contratada” com as patrocinadoras INB e NUCLEP, referente a contratos firmados em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, como se segue:

- *Patrocinadora INB (parcelas a vencer)*

Em maio de 2006, conforme acordo judicial, o total da dívida da patrocinadora INB foi renegociado, tendo sua provisão para perda revertida e refletida no resultado daquele exercício. O registro contábil ocorreu após a homologação em juízo da transação, em novembro de 2006. O valor da dívida, na data da assinatura do acordo, era de R\$ 119.568, que devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano e considerando as amortizações no período, monta a R\$ 141.031 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 133.605 em 31 de dezembro de 2009).

- *Patrocinadora NUCLEP (parcelas vencidas)*

Registram o montante da dívida “contratada” com a patrocinadora NUCLEP, referente a contrato firmado em 31 de dezembro de 1994, como se segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2010, equivale a R\$ 70.650 (R\$ 55.333 em 31 de dezembro de 2009).
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2010, equivale a R\$ 203.970 (R\$ 159.749 em 31 de dezembro de 2009).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, a patrocinadora NUCLEP foi condenada ao pagamento de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006. Em 21 de novembro de 2007, e em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, que atualizada para a data era de R\$ 265.204. Assim, parte da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi revertida e refletida no resultado daquele exercício. O valor equacionado, em 31 de outubro de 2007, era de R\$ 120.111, que atualizado pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano e consideradas as parcelas de amortização, monta a R\$ 158.395 em dezembro de 2010 (R\$ 150.720 em 31 de dezembro de 2009). Os pagamentos começaram a ser efetuados em novembro de 2009, por conta da carência de dois anos prevista no acordo firmado entre as partes.

O restante da dívida, no montante de R\$ 145.093, está pendente de decisão judicial, sendo que a chance de êxito dessa ação é provável, segundo os assessores jurídicos do NUCLEOS. Assim, o valor foi provisionado e atualizado para 31 de dezembro de 2010 no total de R\$ 304.164 (R\$ 241.121 em 31 de dezembro de 2009), como demonstrado no quadro abaixo:

	2010	2009
Contribuições não recolhidas até 31 de agosto de 1988	9.860	8.690
Contribuições não recolhidas posterior a 31 de agosto de 1988	19.684	17.349
Contribuições contratadas – Previdencial	70.650	55.333
Contribuições contratadas – Assistencial	<u>203.970</u>	<u>159.749</u>
Total	<u>304.164</u>	<u>241.121</u>

c. Outros realizáveis

Correspondem aos valores a receber da gestão previdencial, relativos aos adiantamentos concedidos a participantes do convênio com o INSS e que são passíveis de reembolso, cujo montante, em 31 de dezembro de 2010, equivale a R\$ 760 (R\$ 601 em 31 de dezembro de 2009).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

d. Cobrança judicial

Em 16 de dezembro de 2002, a Entidade ajuizou contra a NUCLEP ação de cobrança no montante de R\$ 147.493, relativa às contribuições em atraso, contratadas e não “contratadas”, conforme demonstrado no quadro apresentado no início da nota explicativa nº5.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5b, em 21 de novembro de 2007 foi homologado acordo judicial para pagamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, no montante de R\$ 120.111, referente à parte incontroversa e reconhecida pela patrocinadora, ficando pendente de julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o saldo residual da dívida, que já havia sido reconhecido por meio de sentença de primeira instância. A controvérsia reside no critério de correção/remuneração desse saldo residual da dívida.

6 Gestão administrativa

Registra os valores a receber correspondente às despesas futuras de adiantamentos a empregados, a fornecedores e ao saldo do almoxarifado, bem como a outros realizáveis que representam os valores a receber dos empregados relativos a vales-transporte, vales-refeição, assistência médica, convênios e débitos de patrocinadoras.



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

7 Investimentos

	2010	%	2009	%
Títulos Públicos:				
Títulos de responsabilidade do Governo Federal:				
Letras Financeiras do Tesouro (Série B)	<u>490</u>	0,04	<u>1.785</u>	0,21
Créditos privados e depósitos:				
Certificados de depósito bancário - CDB	-	-	3.508	0,40
Debêntures não conversíveis	<u>31.993</u>	2,80	<u>39.098</u>	4,54
	<u>31.993</u>	2,84	<u>42.606</u>	5,15
Fundos de Investimento:				
Renda fixa:				
Aplicações em instituições financeiras:				
Cotas de fundos de renda fixa	534.882	46,75	407.668	47,33
Cotas de fundos de multimercado	335.363	29,31	260.619	30,26
Renda variável:				
Cotas de fundos de investimento em ações	139.076	12,16	87.332	10,14
Investimentos estruturados:				
Cotas de fundos de investimento em participações	<u>22.759</u>	1,99	<u>19.300</u>	2,24
	<u>1.032.080</u>	90,22	<u>774.919</u>	89,97
Investimentos imobiliários:				
Terreno e edificações	23.568	2,06	18.637	2,16
Direitos em alienação de investimento imobiliário	<u>962</u>	0,08	<u>1.035</u>	0,12
	<u>24.530</u>	2,14	<u>19.672</u>	2,28
Operações com participantes:				
Empréstimos	<u>13.505</u>	1,18	<u>15.934</u>	1,85
Outros realizáveis	<u>41.415</u>	3,62	<u>6.455</u>	0,75
Total dos investimentos	<u>1.144.013</u>	100	<u>861.371</u>	100

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Títulos de renda fixa

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários de renda fixa foram classificados como:

- *Títulos mantidos até o vencimento*

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados diariamente pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2010.

	2010		2009	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos privados:				
Debêntures não conversíveis				
BGPARG	2.271	2.271	4.082	4.082
Triunfo Participações (TRFP)	16.229	16.229	19.527	19.527
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	3.826	3.826	3.484	3.484
Sanesalto Saneamento	9.667	9.667	9.306	9.306
Conepa (CNCP)	-	-	2.698	2.698
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	20.630	-	16.441	-
Provisão para perda ULBRA	(20.630)	-	(16.441)	-
Textil Renaux (TXRX)	14.598	-	12.215	-
Provisão para perda TXRX	(14.598)	-	(12.215)	-
	<u>31.993</u>	<u>31.993</u>	<u>39.098</u>	<u>39.098</u>
Títulos públicos:				
Letras Financeiras do Tesouro - Série B	490	490	1.785	1.785
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	-	344.923	391.032
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	62.502	65.980
	<u>490</u>	<u>490</u>	<u>409.210</u>	<u>458.797</u>
Total	<u>32.483</u>	<u>32.483</u>	<u>448.308</u>	<u>497.895</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- *Provisão para perdas*

Em 31 de agosto de 2006 foi constituída provisão para perdas no valor de R\$ 7.477, referente à posição de 6.991 debêntures da empresa Têxtil Renaux, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão em 31 de dezembro de 2010 monta a R\$ 14.598 (R\$ 12.215 em 31 de dezembro de 2009).

Em 31 de agosto de 2009 foi constituída provisão para perdas no valor de R\$ 15.749, referente à posição de 26.829 debêntures da empresa ULBRA, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão em 31 de dezembro de 2010 monta a R\$ 20.630 (R\$ 16.441 em 31 de dezembro de 2009).

- *Títulos para negociação*

Nessa rubrica foram classificados todos os demais títulos que integram a carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo os investimentos apresentados nos fundos Nucleos I - Sulamérica Fundo de Investimento Multimercado, Nucleos II - Modal Fundo de Investimento Multimercado, Nucleos III - BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações, Nucleos IV-Votorantim Fundo de Investimento em Ações e Nucleos V - Votorantim ALM Fundo de Investimento Renda Fixa.

Os certificados de depósito bancário são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das despesas diretas incorridas, e ajustados pelo valor de mercado.

Os fundos de investimento são registrados pelo valor de mercado apurado e ajustados pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil e pela Resolução MPS/CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002, líquidos dos efeitos tributários, até a alienação ou imparidade (*impairment*) dos respectivos títulos.

As diferenças entre o valor do custo corrigido e o valor de mercado são registradas diretamente no resultado do período, quando aplicável.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos privados:		
CDB	-	3.508
Fundos de investimento: (a)		
Letras Financeiras do Tesouro	44.110	51.690
Letras do Tesouro Nacional	11.768	-
Nota do Tesouro Nacional - Série B	682.954	152.957
Nota do Tesouro Nacional - Série C	76.582	-
Nota do Tesouro Nacional - Série F	966	1.535
CDB	19.077	22.924
Debêntures	32.078	23.840
Ações	128.681	86.181
Letras Financeiras Subordinadas	7.282	-
Notas promissórias	4.293	5.786
Fundos de investimento	804	963
Outros	726	533
	<u>1.009.321</u>	<u>346.409</u>
Cotas de fundos de investimento em participações: (b)		
CRT FIP	18.580	15.086
Energia PCH FIP	4.179	4.214
	<u>22.759</u>	<u>19.300</u>
Total	<u>1.032.080</u>	<u>369.217</u>

(a) Referem-se a títulos que compõem a carteira dos fundos exclusivos. Em cumprimento ao artigo 8º, Resolução CGPC nº 04, de 30 de Janeiro de 2002, informamos que, em 31 de dezembro de 2010, os títulos públicos que compõem a carteira do Fundo Nucleos V ALM Renda Fixa foram reclassificados, ou seja, foram transferidos da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria de títulos para negociação. Os

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

montantes, a natureza e as faixas de vencimento desses títulos são os descritos na tabela abaixo. A tabela contempla, ainda, os valores de custo e de mercado (segregados por título), o montante dos títulos reclassificados e o reflexo no resultado. Note-se que os parâmetros utilizados na determinação dos valores de custo e de mercado foram: a) valores de custo - custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; b) valores de mercado - valores ajustados diariamente pelo valor dos títulos para negociação, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. A motivação precípua da reclassificação efetivada foi a melhor determinação do valor do ativo que faz frente ao passivo atuarial do Nucleos conjugada com a conjuntura econômica vigente e foi respaldada no artigo 6º, §1º, inciso II, da citada resolução.

Papel	Index.	Venc.	Qtde	Taxa %AA	PU na Curva	Valor na Curva	Taxa Indicativa	PU Mercado	Valor de Mercado	Diferencial
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	462	8,51%	1,6356	756	5,79%	2,0580	951	195
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	2.165	8,23%	1,6722	3.620	5,79%	2,0580	4.456	836
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	2.000	8,23%	1,6727	3.345	5,79%	2,0580	4.116	771
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	1.400	8,10%	1,6906	2.367	5,79%	2,0580	2.881	514
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	4.200	8,20%	1,6772	7.044	5,79%	2,0580	8.644	1.600
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	3.450	8,10%	1,6904	5.832	5,79%	2,0580	7.100	1.268
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	3.450	8,10%	1,6904	5.832	5,79%	2,0580	7.100	1.268
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	5.000	8,51%	1,6355	8.178	5,79%	2,0580	10.290	2.112
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	5.800	6,43%	1,9453	11.283	5,79%	2,0580	11.936	653
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	5.700	6,43%	1,9453	11.088	5,79%	2,0580	11.731	643
						<u>59.345</u>			<u>69.205</u>	<u>9.860</u>
NTN-B	IPCA - C	15/05/2035	20.000	6,78%	1,8145	36.290	5,63%	2,0860	41.720	5.430
NTN-B	IPCA - C	15/05/2035	52.000	8,00%	1,5818	82.252	5,63%	2,0860	108.471	26.219
NTN-B	IPCA - C	15/05/2035	20.000	7,06%	1,7564	35.127	5,63%	2,0860	41.720	6.593
						<u>153.669</u>			<u>191.911</u>	<u>38.242</u>
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	340	8,9965%	1,3779	468	5,50%	2,1432	729	261
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	37.000	7,9493%	1,5510	57.386	5,50%	2,1432	79.298	21.912
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	1.050	8,9965%	1,3779	1.447	5,50%	2,1432	2.250	803
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	304	8,9965%	1,3777	419	5,50%	2,1432	652	233
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9462%	1,7544	7.018	5,50%	2,1432	8.573	1.555
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9462%	1,7546	7.019	5,50%	2,1432	8.573	1.554
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9468%	1,7546	7.019	5,50%	2,1432	8.573	1.554
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9468%	1,7543	7.017	5,50%	2,1432	8.573	1.556
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	14.000	6,9926%	1,7439	24.415	5,50%	2,1432	30.005	5.590
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	11.000	6,9919%	1,7441	19.185	5,50%	2,1432	23.575	4.390

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Papel	Index.	Venc.	Qtde	Taxa %AA	PU na Curva	Valor na Curva	Taxa Indicativa	PU Mercado	Valor de Mercado	Diferencial
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.152	6,9451%	1,7546	7.285	5,50%	2,1432	8.898	1.613
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9451%	1,7543	7.017	5,50%	2,1432	8.573	1.556
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9451%	1,7544	7.018	5,50%	2,1432	8.573	1.555
						<u>152.713</u>			<u>196.845</u>	<u>44.132</u>
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.800	6,20%	4,1591	7.486	5,79%	4,3267	7.788	302
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.800	6,20%	4,1591	7.486	5,79%	4,3267	7.788	302
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.800	6,20%	4,1591	7.486	5,79%	4,3267	7.788	302
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.570	6,20%	4,1591	6.530	5,79%	4,3267	6.793	263
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.960	6,94%	3,8815	7.608	5,79%	4,3267	8.480	872
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.900	6,94%	3,8816	7.375	5,79%	4,3267	8.221	846
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	670	6,94%	3,8817	2.601	5,79%	4,3267	2.899	298
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	2.000	7,80%	3,5965	7.193	5,79%	4,3267	8.654	1.461
						<u>69.005</u>			<u>76.581</u>	<u>7.576</u>
Total ganho apurado										<u>99.810</u>

- (b) Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP), valorizadas pela cota do último dia útil do mês, informada pelo administrador do respectivo fundo. O NUCLEOS possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, tinha 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A., bem como aproximadamente 1% do Energia PCH FIP, que por sua vez, possui em carteira, principalmente, adiantamentos concedidos a empresa Juruena Participações S.A e ações da referida empresa, representando 55,62% e 38,53% do total da carteira do PCH FIP respectivamente.

Quanto ao CRT FIP, o NUCLEOS está desenquadrado em relação à Resolução CMN nº 3.792, por deter 100% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003. O NUCLEOS iniciou um processo para se enquadrar nos limites legais, que consiste em ofertas públicas semestrais, através de leilões eletrônicos da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Apesar de ampla divulgação, até a presente data, não houve interessados.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- *Investimentos imobiliários*

Estão registrados pelo valor de reavaliação, que ocorrem com intervalo máximo de três anos. O NUCLEOS possui os seguintes imóveis (data-base: 31 de dezembro de 2010):

Imóvel	Data da última reavaliação	Valor atual
Rua Mena Barreto, 161	11/2010	10.462
Praia do Flamengo, 200 – 7º andar	11/2010	7.321
Rua Rodrigo Silva, 26 – 15º andar	11/2010	1.921
Rua Victor Civita 66 – Barra	11/2010	3.695
Total		<u>23.399</u>

- *Direito em alienação de investimento imobiliário*

Shopping Light

Em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo, o NUCLEOS vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por R\$ 1.790, mediante o recebimento de R\$ 675 à vista e o restante em seis parcelas de R\$ 170 e uma parcela de R\$ 95, vencíveis anualmente e reajustáveis pela variação do INPC acrescido de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo a receber monta a R\$ 962 (R\$ 1.035 em 31 de dezembro de 2009).

- *Operações com participantes*

Apresentam o montante dos empréstimos simples concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do “mínimo atuarial” (rentabilidade mínima dos ativos da Entidade), INPC acrescido de 6% ao ano, para os contratos assinados a partir de janeiro de 2002, conforme determina os dispositivos da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações.

De acordo com o artigo 40, da Resolução CMN 3.792/2009, o limite para as operações com participantes é de 15% em relação aos recursos garantidores. Em dezembro de 2010, o referido percentual corresponde a 1,18%.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em março de 2010 o Instituto disponibilizou uma nova modalidade de empréstimos que, de acordo com a legislação vigente, a rentabilidade das operações de empréstimo deve ser superior à taxa mínima atuarial do Plano Básico de Benefício. Atualmente a taxa é de 7% ao ano ou o equivalente mensal de 0,6% ao mês.

- *Outros realizáveis*

	2010	2009
RET	33	33
Instituição sob intervenção	-	20
IOF a recuperar	5.406	6.402
OFND	24.969	-
BACEN	6.069	-
INSS	4.938	-
Total	<u>41.415</u>	<u>6.455</u>

RET - Corresponde aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação (RET), que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Instituição sob intervenção - Referia-se ao valor depositado junto ao Banco Santos.

IOF a recuperar - Referente à restituição do IOF criado pela Lei 8.033 de 10/04/1990 objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser pago em 10 parcelas anuais, tendo início de pagamento em maio de 2007.

OFND - Crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o BNDES e o BACEN (processo n. 91.012.3902-3) visando o ressarcimento das perdas com expurgos inflacionários nos pagamentos dos encargos e da liquidação de títulos OFND. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo perito contratado e a decisão condenatória favorável ao NUCLEOS já transitou em julgado.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

BACEN - Crédito em favor do NUCLEOS, nos autos do processo movido contra o Banco Central (processo nº 93.0012123-5), visando a correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico "cruzados novos". A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

INSS - Crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando o ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos à autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

8 Permanente

Contempla os bens utilizados no desempenho da atividade social do NUCLEOS. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses itens, fixadas por espécie de bens, sendo: móveis e utensílios - 10%; máquinas e equipamentos - 10%; e aparelho de som e imagem - 15%, de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, Instrução Nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores. O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

Ativo permanente	31/12/200	Depreciação/ amortização	Atualização monetária	Entradas	Saídas	31/12/2010
Imobilizado:						
Móveis e utensílios	73	(6)	(3)	2	(2)	64
Máquinas e equipamentos	364	(52)	-	27	-	339
Aparelho de som e imagem	11	(2)	-	-	-	9
	<u>448</u>	<u>(60)</u>	<u>(3)</u>	<u>29</u>	<u>(2)</u>	<u>412</u>
Diferido	<u>144</u>	<u>(31)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>113</u>
Total	<u>592</u>	<u>(91)</u>	<u>(3)</u>	<u>29</u>	<u>(2)</u>	<u>525</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

9 Exigível contingencial

a. Contingências passivas

Foram registradas provisões em relação aos processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados dos escritórios que patrocinam as ações em que a Entidade é parte. As provisões para contingências e seus respectivos depósitos judiciais são como se segue:

	2010	2009
Programa previdencial:		
Contingência	883	2.873
(-) Depósito judicial	<u>(866)</u>	<u>(542)</u>
	<u>17</u>	<u>2.331</u>
Programa administrativo:		
Contingência	77	111
(-) Depósito judicial	<u>(66)</u>	<u>(41)</u>
	<u>11</u>	<u>70</u>
Programa investimentos:		
Contingência	6.299	12.050
(-) Depósito judicial	<u>(4.811)</u>	<u>(4.368)</u>
	<u>1.488</u>	<u>7.682</u>
Total	<u>1.516</u>	<u>10.083</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

10 Provisões matemáticas

O exigível atuarial demonstra o total do patrimônio constituído pelos planos de benefícios em função dos compromissos atuais e futuros com seus participantes.

	2010	2009
Provisões matemáticas:		
Benefícios concedidos:		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>313.366</u>	<u>266.194</u>
Benefícios a conceder:		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.115.038	987.643
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	<u>47.651</u>	<u>43.179</u>
	<u>1.162.689</u>	<u>1.030.821</u>
Provisões matemáticas a constituir:		
Serviço passado	<u>(58.124)</u>	<u>(60.968)</u>
	<u>(58.124)</u>	<u>(60.968)</u>
	<u>1.417.931</u>	<u>1.236.047</u>

a. Provisões matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

- *Benefícios concedidos*

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano em relação aos atuais assistidos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- *Benefícios a conceder*

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano para com os participantes ativos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

- *Provisões matemáticas a constituir*

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do Plano (Serviço Passado). Essa provisão reflete o custo com os participantes que já se encontravam em atividade na empresa patrocinadora na data de criação do plano.

O custeio para cobertura dessa provisão é de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, e o término da amortização está previsto para ocorrer em novembro de 2020.

b. Premissas e hipóteses atuariais

- *Crescimento real de salários*

Em 2009, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, o NUCLEOS encaminhou carta para cada uma das patrocinadoras, solicitando pronunciamento a respeito das premissas atuariais. As patrocinadoras ELETRONUCLEAR, INB e NUCLEP, com base na Resolução CCE Nº 09/96, julgam ser mais apropriado para os próximos exercícios adotar a taxa real de crescimento salarial de 2,01% a.a. (capitalização de 1% a título de anuênio e 1% a título de ganhos e promoções). Para a patrocinadora NUCLEOS, por não dispor de massa crítica para a realização de teste estatístico para determinação desta hipótese, foi considerado o mesmo percentual de 2,01% a.a. adotado para as demais patrocinadoras.



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

11 Reservas e fundos

a. Equilíbrio técnico

Em 31 de dezembro, a Entidade apurou o seguinte resultado:

	2010	2009
Resultados realizados:		
Até o exercício anterior	(99.762)	(49.370)
No exercício atual	<u>123.545</u>	<u>(50.932)</u>
Superávit/(Déficit) técnico acumulado	<u>23.783</u>	<u>(99.762)</u>

O resultado realizado, no exercício atual, pode ser assim apresentado:

	2010	2009
Resultado positivo da Gestão previdencial	43.853	33.607
Resultado da Gestão administrativa	(515)	-
Resultado positivo dos investimentos	<u>264.938</u>	<u>106.523</u>
Subtotal	<u>308.276</u>	<u>140.130</u>
Reversão de contingências	2.156	1.569
Constituição de provisões atuariais	<u>(181.884)</u>	<u>(187.539)</u>
	<u>(179.728)</u>	<u>(185.970)</u>
Cobertura de despesas administrativas	<u>(5.003)</u>	<u>(4.552)</u>
Superávit/(déficit) técnico do período	<u>123.545</u>	<u>(50.392)</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b. Fundos

Os fundos constituídos apresentavam os seguintes saldos:

	2010	2009
Fundo administrativo	3.479	3.097
Fundo de investimentos	<u>649</u>	<u>564</u>
Total	<u>4.128</u>	<u>3.661</u>

- *Fundo administrativo*

O Fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado do Programa administrativo, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

- *Fundo de investimentos*

O Fundo de investimentos é constituído pelos valores cobrados a título da taxa de risco nas prestações e pela taxa de renovação, como fundo de cobertura para quitação de empréstimos, com a finalidade de cobrir a quitação por morte, na concessão de empréstimos aos participantes e pensionistas.


NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

12 Evento subsequente

Em janeiro de 2011 a contribuição adicional cobrada a partir de dezembro de 2010 será suspensa devido à reversão do déficit no fechamento do balanço de 2010.


Norman Victor Walter Hime
Presidente
CPF: 344.225.527-91

* * *

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF: 776.079.377-49


Mario Jorge de Lima Soares
Diretor de Benefícios
CPF: 109.344.137-20

Contador


Marcos Augusto Ferreira de Lima
CRC N° 090.623/O-2 - RJ
CPF: 025.258.497-01



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadoras do
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis (continuação)

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Charles Domingos de Almeida
Contador CRC PR-039655/O-9 T-RJ

ANEXO 4

Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e
Propaganda

(Parte C - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada – Item 4)

PÁGINA EM BRANCO

ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 17, DE 27/10/2010
Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

Ações de Publicidade	Orçamento aprovado 2010	Despesas Realizadas 2010	Agência de Publicidade
Publicidade Institucional Centro de Custos 1303	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.676.687,50	Agencia 3 Comunicação Integrada Ltda N.º do Contrato: GCC.A/CT-195/2005
Patrocínios (todos)	R\$ 1.300.000,00	R\$ 375.191,00 (Patrocínios Culturais e Esportivos)	N/A

Patrocínios Esportivos e Culturais de 2010 listados abaixo:

8ª Festa Literária Internacional de Paraty – FLIP 2010

Valor: R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Beneficiário: Associação Casa Azul

V Semana Cultural Maestro Galloway

Valor: R\$34.823,00 (Trinta e quatro mil e oitocentos e vinte e três reais)

Beneficiário: Ateneu Angrense de Letras e Artes

XXXI Regata do Colégio Naval

Valor: R\$10.000,00 (dez mil reais)

Beneficiário: Sociedade Acadêmica Greenhalgh

Programa de Artesanato 2010

Valor: R\$34.768,00 (trinta e quatro mil setecentos e sessenta e oito reais)

Beneficiário: Organização dos artistas e artesãos de Angra dos Reis

Atelier de Preparação de Atores de Angra dos Reis

Valor: R\$70.000,00 (setenta mil reais)

Beneficiário: Organização dos Artistas e Artesãos de Angra dos Reis

Projeto Fotógrafo Cidadão – 1ª turma

Valor: R\$45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)

Beneficiário: AFOCAR – Associação Fotográfica e Cultural de Angra dos Reis